



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

**SÍRIOS E LIBANESES NA CIDADE DE SÃO LUÍS (1885-1930): ENTRE TÁTICAS E  
REPRESENTAÇÕES**

**MARCELO VIEIRA MAGALHÃES**

**Fortaleza**

**2009**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

**SÍRIOS E LIBANESES NA CIDADE DE SÃO LUÍS (1885-1930): ENTRE TÁTICAS E  
REPRESENTAÇÕES**

**Marcelo Vieira Magalhães  
Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Santiago de Freitas**

**Dissertação de Mestrado apresentada junto ao  
programa de Pós-Graduação em História –  
Área de concentração em História e Culturas -  
para a obtenção do título de Mestre em  
História.**

**Fortaleza**

**2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

**TÍTULO DO TRABALHO: SÍRIOS E LIBANESES NA CIDADE DE SÃO LUÍS (1885-1930): ENTRE TÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

AUTOR: MARCELO VIEIRA MAGALHÃES

DATA DA DEFESA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CONCEITO OBTIDO: \_\_\_\_\_

NOTA OBTIDA: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. ANTONIO DE PÁDUA SANTIAGO FREITAS – UECE  
(ORIENTADOR)

---

PROF. DR. DOMINGOS SÁVIO ABREU – UFC  
1º EXAMINADOR

---

PROF.DR. GERSON AUGUSTO DE OLIVEIRA JUNIOR – UECE  
2º EXAMINADOR

Dedico à minha família, ao meu pai,  
Francisco, à minha mãe, Rita, aos meus  
irmãos, Márcio e Maura, e à minha  
companheira, Flávia.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho só foi possível devido à paciência, ao apoio e à colaboração de algumas pessoas. Agradeço ao meu pai e à minha mãe por acreditarem e investirem financeiramente e emocionalmente no meu projeto de vida pessoal e profissional, que se iniciou na graduação, continuou na especialização e não termina no mestrado. À minha amiga Rosana, que fez o levantamento e pesquisou a maior parte das fontes utilizadas nesta pesquisa. Ao amigo, compadre, colega de casa e de mestrado e irmão, Oliveira, o “garotinho”, que por onde andava, pesquisava, e o que lia trazia como referência para o meu trabalho. Aos meus alunos do curso de História da UERN, pela compreensão. Agradeço ainda aos meus colegas do mestrado, assim como aos nossos professores, pelos debates e pelas estimulantes leituras. E, finalmente, à minha linda esposa Flávia, que não me deixou fraquejar nos momentos mais difíceis, que me estimulou elogiando o trabalho quando eu o achava inadequado. A todos, muito obrigado.

## RESUMO

Apresento aqui a imigração síria e libanesa para a cidade de São Luís a partir de 1885, quando se registram os primeiros imigrantes desembarcando no porto da capital maranhense, até o final da década de 1920. Neste trabalho, discuto a chegada e a inserção desse grupo nessa cidade, no mundo do trabalho e no comércio local, disputado com os que ali já trabalhavam e habitavam; suas táticas para galgar espaço social e econômico em uma sociedade que em parte os desprezava; assim como as representações que os nativos construíram sobre esse grupo e como estes viam os moradores dessa cidade. A “guerra de representações” entre esses imigrantes e parte dos moradores de São Luís gerou imagens depreciativas e valorativas, construções positivas sobre si mesmos, como no caso dos sírios e libaneses, que atribuíam a si o valor do trabalho e desconstruções do outro, como a dos maranhenses em relação a esses imigrantes, que os descreviam como ladrões e oportunistas. Como resultado dessa pesquisa, verificou-se que saiu vencedor o imigrante, apesar da manutenção de algumas representações de seus detratores.

Palavras-chave: Imigração. Trabalho. Representações.

## **ABSTRACT**

I present here the Syrian and Lebanese immigration to the city of St. Louis in 1885, when records first immigrants arriving in the port of St. Louis until the late 1920s. Here I discuss the arrival and integration of this group in that city in the world of work and in local trade, played with those who have worked and lived, their tactics to climb the social and economic space in a society that despised in part, as well as representations that the natives have built on this group and how they saw the residents of this city. The "war of representation" among these immigrants and the residents of St. Louis derogatory generated images and values, building positive about themselves, as in the case of the Syrians and Lebanese, they gave themselves the value of work and deconstruction of the other, as that of Maranhão for these immigrants, who described them as thieves and opportunists. As a result of this research it was found that the immigrant was the winner, despite the maintenance of certain representations of its detractors.

Keywords: Immigration. Work. Representations.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 SAIR DO LÍBANO CHEGAR À CAPITAL MARANHENSE: as esperanças dos</b>	
<b>“syrios” e as condições de vida dos mascates .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 A busca de um lugar: capital ou interior? .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 As condições da viagem.....</b>	<b>34</b>
<b>1.3 O mundo do trabalho de sírios (e sírias) e libaneses (e libanesas) .....</b>	<b>45</b>
<b>1.4 Comércio, educação e preconceito .....</b>	<b>51</b>
<b>2 OS OLHARES DA ALTERIDADE: os libaneses e suas formas de se representar e ser</b>	
<b>representado.....</b>	<b>62</b>
<b>2.1 Entre textos e contextos: os imigrantes sírios e libaneses e a mudança de suas</b>	
<b>representações.....</b>	<b>84</b>
<b>3 O USO DA FORÇA, CARIDADE E CIVILISMO COMO PRÁTICAS DE</b>	
<b>RECONHECIMENTO .....</b>	<b>96</b>
<b>3.1 As várias faces do recurso à violência.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2 “Caridade” e inserção na vida cívica do Brasil .....</b>	<b>109</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>





## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma tentativa de elucidar os caminhos percorridos pelos sírios e libaneses na cidade de São Luís nos primeiros trinta anos da imigração e sua inserção na capital maranhense. As propostas para desenvolver o trabalho passam pela discussão dos meios utilizados por esses imigrantes para penetrarem em uma sociedade que, em parte, os rejeitara, obrigando-os a se aproveitarem de todas as oportunidades para conquistar espaço e reconhecimento na São Luís do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta investigação também demonstra que, para além da representação diluída na sociedade de que “todo sírio e libanês venceu na vida”, existiram, sim, aqueles que não deram certo, os quais os patrícios bem-sucedidos preferiram esquecer. Bem-sucedidos ou não, esses imigrantes muitas vezes fizeram uso de expedientes como a violência ou doações a instituições de caridade como meio de assegurar respeito para si diante de parte dos moradores da capital maranhense, que os viam com desconfiança, versão negada ou camuflada pelos imigrantes, e que preferiam uma representação da imigração sem conflitos e tensões.

O encontro com a temática da imigração síria e libanesa e sua inserção no espaço urbano da cidade de São Luís se dá não por acaso. Apesar de sua presença marcante na cidade, seja na culinária, seja nos nomes de estabelecimentos comerciais, seja na representatividade política local, só atentei para sua relevância durante a convivência com amigos descendentes de libaneses, ouvindo suas histórias de família ou do Líbano, enquanto percebia que pouco se tinha escrito sobre esses imigrantes e seus descendentes até então. Em um primeiro momento, o que mais me interessou nas histórias que ouvi foi o fato de eles usarem a força para resolver suas diferenças, com armas em punho ou agredindo verbalmente seus oponentes.

Partindo para a leitura da bibliografia específica, percebi outra questão que, diluída no dia a dia, no senso comum, era quase imperceptível: a construção de uma representação do sírio e do libanês como sujeitos bem-sucedidos economicamente, consequência do seu trabalho árduo. A bibliografia e outros textos apontavam no mesmo sentido para o que se dizia sobre os sírios e libaneses na rua, em casa, no dia a dia. Essas observações provocaram as indagações que deram origem ao projeto de pesquisa, a saber: Todos esses libaneses e sírios foram realmente bem-sucedidos? Não houve aqueles que por

um motivo ou outro não deram certo? Onde estão eles? Que mecanismos foram utilizados por aqueles que se destacaram na vida comercial, diante do preconceito de parte da sociedade? O uso da violência ou da “caridade” foi um desses mecanismos? Quais as representações construídas sobre os sírios e libaneses?

Esta dissertação busca respostas para esses questionamentos obedecendo a limites temporais e espaciais, já que não se pretende fazer uma história da imigração síria e libanesa para o Maranhão ou para São Luís.

O corte temporal desta pesquisa corresponde ao período que vai das últimas duas décadas do século XIX às duas primeiras do século XX, no qual ocorreu a imigração síria e libanesa, que tem a cidade de São Luís como seu espaço privilegiado. Apesar de se encontrarem sírios e libaneses em inúmeros municípios, nas diversas microrregiões do estado, a cidade de São Luís foi a que recebeu, efetivamente, o maior contingente se comparado com qualquer outra região do Maranhão, como pode ser percebido nas entrevistas<sup>1</sup> ou em outras fontes, como os certificados de matrícula do consulado francês<sup>2</sup>.

As primeiras presenças sírias e libanesas passam a ser notórias na capital a partir da década de 1880<sup>3</sup>. Depois de 1899, esses imigrantes já aparecem como parte (emergente) do meio social, uma vez que os registros apontam o seu envolvimento em desentendimentos com os moradores da capital e esporadicamente com os do interior, que os acusavam de ladrões e sonegadores de impostos<sup>4</sup>, ou em registros de ocorrência policial, nos quais aparecem como detidos por arruaça ou por praticar jogos de azar<sup>5</sup>. Ainda hoje se podem encontrar facilmente nomes árabes em alunos de escolas particulares, de advogados, professores universitários ou de proprietários de estabelecimentos comerciais, sem se esquecer da presença na Associação Comercial ou na Assembléia Legislativa.

Outra justificativa para a escolha da década de 1880 como início da pesquisa se dá em função de alguns estudiosos apontarem esse período como o começo da imigração síria e libanesa no Maranhão e no Brasil como um todo. França (1990) afirma, partindo de informações bibliográficas e de depoimentos coletados em sua pesquisa, que seria a partir do

---

<sup>1</sup> Todos os nossos colaboradores (ou seus pais), com exceção de D. Sarah Santos, ou migraram diretamente para São Luís, ou em algum momento de suas vidas decidiram pela mudança para a capital.

<sup>2</sup> Os certificados de matrículas expedidos pelo consulado francês entre 1920 e 1923 eram documentos que tinham a intenção de registrar a entrada de libaneses e sírios no Brasil.

<sup>3</sup> Registros do porto da entrada e da saída dos vapores de São Luís, assinalando, entre outros pontos, o nome e a nacionalidade dos que embarcavam e desembarcavam nesse local.

<sup>4</sup> Tema tratado no capítulo 1.

<sup>5</sup> Essa discussão e o uso dessa fonte serão explorados devidamente no capítulo 2.

massacre de 1860<sup>6</sup> que os libaneses começaram a emigrar para o Brasil e, consequentemente, para o Maranhão. Brito (2002), por sua vez, aponta a década de 1870, quando teriam chegado as primeiras famílias, o que ainda não pode ser caracterizado como um movimento migratório. Truzzi (1998) e Gattaz (2005) discordam dessa data, colocando como marco a década de 1880, quando se intensifica a entrada de libaneses e sírios na região. A grande quantidade de imigrantes e sua constante entrada caracterizariam um movimento migratório. Na documentação dos registros do porto da cidade de São Luís, os sírios e libaneses começam a aparecer, nesse sentido, a partir de 1885.

Entre os que se aventuraram a escrever sobre o tema no Maranhão, poucos determinam uma data específica ou pelo menos tocam no assunto. Macedo (2001) não arrisca nenhuma data, Viveiros (1992) também não, Raimundo Lopes (1970) prefere não entrar no mérito. O fato é que, como já foi colocado, é a partir da década de 1880 que os imigrantes começam a aparecer na documentação referente à entrada no porto de São Luís. Nos jornais, o registro mais antigo encontrado é um artigo de 1889, no qual o autor já se coloca contra a presença desse grupo na cidade. (JORNAL REGENERAÇÃO, 23/12/1899).

A pesquisa avança até a década de 1930, quando a presença desses imigrantes está consolidada em São Luís e nas demais regiões do Maranhão. Nesse momento, a leitura sobre os imigrantes muda de perspectiva e eles deixam de ser vistos como um ameaça ao comércio local (leia-se aos comerciantes estabelecidos já há algum tempo). Mesmo antes disso, é possível encontrar em jornais locais textos que os tratam com deferência e respeito, mas é processual, a mudança da imagem do sírio e do libanês exigiu tempo, consolidando-se de fato nessa década.

André Gattaz, em sua tese de doutorado, que trata da imigração libanesa em São Paulo, afirma que as quatro primeiras décadas do século XX, com alguns momentos de queda, representariam o tempo da chegada do maior número de imigrantes a São Paulo. (GATTAZ, 2005). Como não existem dados disponíveis para a cidade de São Luís e nem para as demais localidades do Maranhão que possam dar conta de quantificá-los, esse período será acatado como válido também para o Maranhão<sup>7</sup>.

Mesmo sem poder quantificar a imigração síria e libanesa em todo o Maranhão ou somente em São Luís, já que os censos não especificam a origem dos estrangeiros, podem-se

---

<sup>6</sup> Nesse ano, muitos libaneses cristãos foram mortos em massacre e outros imigraram fugindo de futuros ataques muçulmanos.

<sup>7</sup> A documentação consultada (jornais, certificados de matrícula, atas de entidades, documentos de polícia e judiciais, bem como o censo de 1937) não quantifica em momento algum a presença dos sírios e libaneses no Maranhão, principalmente em São Luís. Não foram encontrados documentos oficiais que dessem conta desses números ou pelo menos os discutissem.

encontrar, nas fontes pesquisadas, referências constantes a sua presença em grande quantidade circulando pelo estado e principalmente pela capital<sup>8</sup> nesse período.

A presença de imigrantes no Maranhão, principalmente na praça comercial de São Luís, levou parte da sociedade, possivelmente ligada ao comércio local, a instituir uma leitura negativa desses imigrantes, ligando-os a práticas desonestas e criticando sua escolha quase que exclusiva pelo comércio. Os sírios e os libaneses por sua vez, não só no Maranhão, mas no Brasil como um todo, elaboraram suas próprias representações sobre si mesmos, colocando-se positivamente perante a sociedade como sujeitos trabalhadores e honestos e justificando a escolha pelo comércio devido à sua origem fenícia.

Essa é a linha da bibliografia sobre o tema, nacional ou local. Alguns autores divulgam as origens fenícias dos sírios e libaneses diferenciando-os dos árabes, destacando seu espírito aventureiro<sup>9</sup> e a disposição para o trabalho e colocando essa imigração como bem-sucedida.

Há uma constante nos textos que é a glorificação da imigração, destacando o quanto os sírios e os libaneses progrediram econômica e socialmente. No Maranhão, os autores que escrevem sobre o tema não fogem a essa regra, colocam esses imigrantes sempre como muito bem-sucedidos, destacando suas vitórias e conquistas.

Essas obras representam o imigrante sírio e libanês de forma diferente do que se encontra nos jornais do início do século XX. Enquanto as obras referenciam os sírios e libaneses, destacando seu amor ao trabalho e o seu sucesso; nos jornais, eles são acusados de ladrões, de aplicar golpes e de se interessarem exclusivamente pelo dinheiro.

Nos jornais maranhenses do início do século XX, observam-se dois grupos se digladiando em torno do que representariam o sírio e o libanês para a sociedade maranhense. De um lado, os que qualificam esses imigrantes de forma depreciativa, tentando convencer os leitores de que seriam verdadeiros parasitas:

Para cumulo da nossa perturbação, em convergido para o Maranhão o rebutalho do elemento colonial, o syrio, que vem apenas argumentar o aumento de consumidores improductivos. Todos se entregam ao commercio parecendo que a nossa cidade compõe-se exclusivamente de vendedores sem compradores. A nossa condição insular, sem transportes sufficientes, a falta de cidades vizinhas dispensavam muito bem esse commercio de gente que sempre viveu por justa-posição, digo parasitando, em qualquer parte que esteja, pois só fica onde já encontra vida e quem os ature. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

---

<sup>8</sup> Documentos do consulado francês, registros dos porto de São Luís, registros de pensões e casas de cômodo e jornais.

<sup>9</sup> Como exemplo para o Maranhão, ver França (1990). Para o Rio Grande do Sul, ver Kemel (2000).

Do outro lado, os que levantavam a bandeira do libanês e do sírio, defendendo-os dos ataques dos seus desafetos, procurando dar uma conotação positiva, valorizando-os e defendendo o seu direito de trabalhar no comércio local:

Ao chegar ao Brasil, e ao pisar o solo desta terra, cuja hospitalidade tornou-se proverbial, o estrangeiro sério e honesto que traz a intenção de fixar sua residência por cá tem o direito de aplicar-se a qualquer ramo de actividade humana. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 30/01/1900).

Já as obras em que os autores tratam do assunto, esses imigrantes são apresentados de forma positiva a partir da década de 1930<sup>10</sup>. É quando os intelectuais começam a revelá-los em seus textos sem criticá-los, glorificando-os, ou, pelo menos, não os criticando. Ainda na década de 1910, Nascimento de Moraes (1915), jornalista e romancista, refere-se pelo menos quatro vezes aos “sírios” na sua obra mais conhecida: *Vencidos e degenerados*, sempre os tratando com indiferença ou desdém. Mais ou menos vinte anos depois, Raimundo Lopes (1970), autor de *Uma região tropical*<sup>11</sup>, não critica diretamente os libaneses ou sírios, apesar de chamá-los de carcamanos<sup>12</sup>, o que já denotaria certo preconceito, mas justifica “que é a acunha do sírio no Maranhão”. Afirma que tem grandes diferenças com os brasileiros e que “o único defeito dessa imigração é, como a portuguesa, o exclusivismo comercial e não o atraso do sírio, que não é bárbaro”. Outro autor, Eurico Macedo (2001), prefere elogiá-los abertamente, destacando a sua contribuição genética para a população maranhense<sup>13</sup>.

É de suma importância observar que a produção bibliográfica relacionada ao tema ocupará sempre o lugar da saudação da imigração libanesa e síria, da celebração dos membros desse grupo, da exaltação de seus atributos. Jerônimo Viveiros (1992) reservou um capítulo no terceiro volume de sua *História do Comércio do Maranhão*<sup>14</sup> para contar a história da região. Nesse capítulo, sempre promove o que de melhor teria o Líbano, como sua educação ou seus recursos naturais, destaca o espírito empreendedor dos libaneses e outras qualidades como a disciplina, a ordem e o respeito às instituições.

<sup>10</sup> Apesar de encontrar referências positivas, mesmo que em menor intensidade, nos jornais locais nas duas décadas anteriores.

<sup>11</sup> A publicação é uma compilação de diversos artigos publicados entre os anos de 1936 e 1938, no boletim do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Forma pejorativa de se referir aos libaneses. Significa aquele que engana nos pesos e medidas de mercadorias.

<sup>13</sup> Engenheiro carioca que veio trabalhar na construção da estrada de ferro São Luís-Caxias. O livro foi publicado originalmente na década de 1940, são memórias de suas andanças pelo interior do estado do Maranhão.

<sup>14</sup> A coleção é composta de quatro volumes, sendo que os dois primeiros foram publicados em 1954 e o terceiro em 1964. Foram encomendados e publicados pela Associação Comercial do Maranhão (ACM). O quarto volume é de autoria do historiador Mário Meireles. Em 1992, a ACM reeditou os quatro volumes.

No romance *Galhos de Cedro*<sup>15</sup>, de Conceição Aboud, o que se vê é a mais pura exaltação do imigrante libanês, desenhado como determinado, persistente, capaz de driblar as dificuldades que a vida impõe – um verdadeiro herói. “Terrível saga de heróis emigrantes que, tendo vivido sempre nas restritas limitações de suas aldeias, audaciosamente se atiraram num mundo de ideias, língua e costumes completamente diferentes dos seus”. (ABOUD apud VIVEIROS, 1992).

Em outro texto, bem mais recente, o jornalista Brito (2002) escreve sobre o que ele chama de a “libanização do Maranhão”. Nesse artigo, o autor descreve um pouco da história do Líbano, as motivações que os trouxeram para cá, e passa a exaltá-los, destacando os ramos em que brilharam, como o comércio, a política e as letras.

Os dois únicos trabalhos acadêmicos existentes<sup>16</sup> não fogem à tônica, tanto Magda França (1990) quanto Robson Santos (1998) descrevem a história do Líbano, o movimento migratório para o Brasil e depois para o Maranhão e o quanto a imigração libanesa foi bem-sucedida e como sua atividade mercantil levou “aos lugares mais humildes um pouco de progresso”. (FRANÇA, 1990).

O que se pode notar é uma única representação dos sírios e libaneses reproduzida em todos os trabalhos lidos. Assim, procuro demonstrar as práticas e representações decorrentes das relações entre maranhenses, sírios e libaneses na cidade de São Luís entre as décadas de 1890 e 1920. Pretendo, ainda, investigar a inserção desses imigrantes no espaço urbano da cidade e o uso de táticas para apropriarem-se da cultura local, além de perceberem a resistência de grupos nativos à sua presença, assim como vislumbrar outro grupo de imigrantes sírios e libaneses, esquecidos pela história, o dos que não deram certo, que não enriqueceram, os esquecidos por seus patrícios. Uma última análise proposta neste trabalho é o uso de artifícios pelos sírios e libaneses para conquistarem território em uma cidade que, em parte, os rejeitava. Entre esses artifícios está o uso da força, da violência, e a “caridade” – doação de dinheiro a entidades beneficentes.

O fim da escravidão percebida pela elite econômica, intelectual e burocrática faz emergir o debate em torno da imigração estrangeira no Brasil. Para a elite econômica (leia-se aqui os grandes proprietários de terras), não importava a origem do imigrante (africano, asiático ou europeu), o que estava em jogo era a substituição da mão de obra escrava, pois a

---

<sup>15</sup> Essa obra ainda não foi encontrada, a referência que se tem é a reprodução de um longo trecho no livro de Jerônimo Viveiros, *História do Comércio do Maranhão*.

<sup>16</sup> Duas monografias de graduação do curso de História da UFMA.

grande lavoura não podia correr o risco de ficar desamparada de braços, acarretando grandes prejuízos.

Para os intelectuais e altos burocratas, essa era a grande oportunidade de arrancar a mancha negra da bandeira já verde e amarela do Brasil. Para estes, o Brasil era marcado pela incivilidade, fruto da presença africana e da miscigenação, portanto, não interessava nenhuma imigração que não trouxesse a civilidade aos nativos, tão avessos ao trabalho. (ALENCASTRO, 1997). A solução estava na importação de europeus e não de africanos ou asiáticos, que seriam tão atrasados quanto os nativos.

Os altos funcionários da Coroa “estavam mais preocupados em viabilizar a nação, trazendo colonos, do que em dar continuidade ao latifúndio exportador, trazendo proletários rurais do estrangeiro.” (ALENCASTRO, 1997).

O Maranhão, apesar de já não ser, na época, um grande polo agroexportador, nem possuir um número significativo de escravos (vendidos para o Sudeste devido à crise da grande lavoura algodoeira), não ficou fora do debate. Os grandes proprietários de terras também estavam preocupados com a falta de mão de obra, na eminência do fim da escravidão, principalmente depois de 1850, com a proibição do tráfico. Um concurso chegou a ser promovido, no qual propostas para solucionar o problema foram expostas nos jornais. A conclusão da maioria não podia ser outra: o imigrante deveria ser europeu e o estado deveria fornecer condições para a imigração. (FARIA, 2001).

Inúmeras tentativas foram feitas pelo governo do Maranhão com o intuito de trazer imigrantes europeus, com pouquíssimos resultados positivos. Somente na década de 1950 é que chegou o maior contingente de imigrantes europeus, cerca de 600 portugueses, que tinham a função não somente de produzir, mas também de civilizar. (FARIA, 2001). Para parte da elite maranhense, o trabalhador local era preguiçoso e pouco afeiçoado ao trabalho, enquanto o europeu representava a vontade de trabalhar e a civilidade. Então, sua presença entre os nativos representaria um modelo a ser seguido, tirando o nativo da barbárie e inserindo-o na civilização. (FARIA, 2001).

As tentativas de trazer esses europeus foram quase sempre frustradas por falta de recursos, pelas condições climáticas pouco atraentes para quem vinha de um clima frio ou pelas próprias condições econômicas do estado, que não vivia mais o seu esplendor de outrora. (FARIA, 2001).

No entanto, para o Sudeste brasileiro, a situação era diferente, não faltaram imigrantes que se dispusessem a conhecer e, quem sabe, enriquecer nesse novo mundo. O



clima era mais favorável e os governos provinciais, a exemplo do paulista, tinham recursos para investir na imigração.

A Europa expulsora, usando a expressão de Alvim (1998), era o local preferido para atrair trabalhadores. Agenciadores circulavam pelas cidades propagandeando os países americanos que necessitavam de mão de obra para trabalhar e civilizar. Os Estados Unidos foram os preferidos pelos imigrantes europeus, em segundo lugar o Brasil, seguido da Argentina. O país para o qual se dirigiam era determinado muitas vezes pela propaganda feita pelos ditos agenciadores, que apresentavam as vantagens do mundo além-mar. Muitos imigrantes foram enganados. Com o objetivo de chegar à América do Norte, desciam no Brasil sob o argumento de que “tudo era América”. Mas os que para cá queriam vir, repousavam suas esperanças em imagens como a de que encontrariam um mundo quase mágico, a terra dos sonhos, onde árvores não podiam ser abraçadas por menos de dez homens, a terra era abundante e muito produtiva, ou seja, um verdadeiro paraíso terrestre. (ALVIM, 1998).

Mas o Maranhão parecia estar longe desse idílico lugar, porém deve-se observar que o estado, assim como sua capital, no final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, mesmo não tendo mais o mesmo esplendor econômico de outrora<sup>17</sup>, foram marcados por mudanças significativas relacionadas a seu espaço urbano e a sua população.

Ao contingente de homens e principalmente de mulheres que migraram do interior do estado após o esfacelamento da grande monocultura, atrás de melhores condições de vida (CAMPOS, 2001), juntou-se outro, vindo de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará, região bastante castigada pela falta de água no final do século XIX – os fugitivos da seca. Esse grupo trouxe transtornos para o governo provincial, quando grandes contingentes desembarcavam todos os dias no porto de São Luís, o que poderia provocar um colapso na frágil infraestrutura da cidade. Como solução, foram implantadas Comissões de Socorro, que tinham a função de direcionar os flagelados para acampamentos, onde dispunham de comida, remédio e abrigo ou para frentes de trabalho. Outros foram encaminhados para fazendas no interior do Maranhão, sendo que muitos fazendeiros recusavam sua mão de obra por não terem como alimentá-los. (FARIA, 2001).

Terminado o período mais crítico da seca, o estado deixou de prestar auxílio, fazendo com que muitos tomassem o caminho de volta, enquanto outros buscaram se integrar

---

<sup>17</sup> Até meados do século XIX, o Maranhão constava como a Atenas brasileira, produtora de grandes intelectuais e romancistas, a exemplo de Gonçalves Dias. Economicamente, destacava-se como grande produtor de algodão, chegando a ser a quarta economia nacional, com uma população que ocupava também o quarto lugar.

à realidade do interior maranhense, ou migraram para as cidades, inclusive a capital. (FARIA, 2001).

Às populações de negros livres, fugitivos da seca e nativos veio juntar-se outro grupo a partir do final do século XIX, os sírios e os libaneses, que desembarcavam no Maranhão em busca de oportunidades que não podiam ter nas suas pequenas cidades e vilas. A maioria já chegava com a certeza de um trabalho. Antes dos libaneses, os sírios abriram espaços na economia local, inicialmente mascateando e posteriormente firmando-se como pequenos e médios comerciantes. Alguns chegaram a figurar como importantes negociantes da praça comercial de São Luís e como empresários, ou ainda grandes acionistas do incipiente parque fabril que insistia em se constituir<sup>18</sup>.

Os primeiros imigrantes garantiram aos seus patrícios uma forma de sobrevivência, mesmo que muitas vezes precária, trabalhando para ganhar muito pouco. Porém, nem todos tiveram a mesma “sorte”, muitos disputavam o mercado de trabalho formal e informal por conta própria ou recorrendo a outras atividades paralelas, a da malandragem. Furtos e jogos de azar eram alguns dos “ofícios” de alguns sírios e libaneses que não “se deram bem na vida”<sup>19</sup>.

Optei por dividir o trabalho em três capítulos. O primeiro, intitulado “Sair do Líbano, chegar à capital do Maranhão: as esperanças dos ‘syrios’ e as condições de vida dos mascates”, foi dividido da seguinte forma: na primeira parte, discute-se o contexto histórico do Líbano e da Síria, apresentando alguns motivos para a imigração e a escolha de parte deles pelo interior do estado do Maranhão, já que a imigração desse grupo é caracterizada pela urbanidade. Em um segundo momento, trata-se das condições da viagem, da longa travessia do Atlântico e dos problemas enfrentados por esses viajantes, como doenças e mortes. Na terceira parte, discute-se o mundo do trabalho de homens e mulheres oriundos do Líbano e da Síria nas cidades, especialmente na capital maranhense, onde mascateavam nas ruas ou labutavam atrás de balcões de lojas no centro da cidade, além do casamento dentro e fora do grupo; no último subcapítulo, as tensões entre libaneses e sírios e parte da sociedade são contempladas.

---

<sup>18</sup> As fábricas foram erguidas entre os anos de 1875 e 1895 nos principais núcleos urbanos do Maranhão (São Luís, Codó e Caxias). Suas estruturas e equipamentos foram importados da Inglaterra, assim como técnicos e engenheiros. Esse período ficou conhecido como “a falsa euforia da economia maranhense do final do século XIX”, devido a seu curto período de duração e às enormes dificuldades em se erguer e se manter tal parque fabril. (FEITOSA apud FURTADO, 1998, p. 42).

<sup>19</sup> Delegacia de polícia de São Luís. Registros de flagrante (1905-1921).

As fontes utilizadas são os registros do porto, registros de pensões e casas de cômodo, certificados de matrículas do consulado francês, atas da Sociedade Feminina Libanesa, o censo de 1937, jornais, entrevistas e um processo crime.

As primeiras fontes, encontradas no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), possibilitaram ver os sírios e os libaneses transitando tanto pelo estado quanto fora dele. Investigada no período de 1885 a 1911, essa documentação é composta por livros que contêm o movimento do porto da cidade de São Luís, as embarcações (vapores) que entravam e saíam da cidade. O conteúdo dessa documentação é riquíssimo. Nela está descrito o tamanho das embarcações (sua tonelagem), o que pode dar a ideia do tamanho do porto e sua importância. Alguns dos registros trazem a quantidade de passageiros e sempre os seus destinos ou procedências, o nome e a nacionalidade dos embarcados e desembarcados a cidade. É possível, ainda, perceber o tempo de viagem entre duas cidades, o fluxo de pessoas que chegavam ou saíam da capital e suas nacionalidades: franceses, italianos, portugueses, alemães, russos, argentinos e chilenos, podendo indicar certa relevância econômica e cultural da cidade e/ou uma concorrência forte entre os que migravam. Há, também, o registro das doenças que acometiam os passageiros, levando-os, muitas vezes, à morte, tendo, nessas ocasiões, seus corpos jogados no mar.

Os registros de pensões e casas de cômodo, que também estão disponíveis no APEM, permitem uma visão semelhante. Por meio deles, podem-se perceber os sírios e libaneses, assim como outros estrangeiros circulando pela cidade. Os hóspedes declararam sua profissão, idade e o tempo de permanência, o que permitiu deduzir que eram locais de passagem e não de moradia. Pode-se inferir, ainda, que fossem comerciantes do interior ou de outros estados que passavam pela cidade talvez com o intuito de negociar mercadorias. Nessa documentação, a nomenclatura mais utilizada é a de sírio, em segundo libanês e a de árabe, vastamente utilizada no final do século XIX e início de XX, nesse período é de apenas três<sup>20</sup>. O período pesquisado corresponde ao intervalo entre os anos de 1923 e 1942. Os registros não obedecem a uma sequência de ano após ano, saltando longos períodos, o que dificulta uma análise mais sistemática dos movimentos desses imigrantes por aqueles estabelecimentos e, conseqüentemente, pela cidade. Nesses registros, podem-se encontrar quase 150 “árabes”, sendo que menos de 20% com idade inferior a 30 anos, e cerca de um terço declarando-se solteiro. Os homens são maioria absoluta, foram encontradas somente cinco mulheres, todas casadas.

---

<sup>20</sup> Nomenclatura e diferença entre sírios e libaneses.

Os certificados de matrículas expedidos pelo consulado francês entre 1920 e 1923 eram documentos que tinham a intenção de registrar a entrada de libaneses e sírios no Brasil. A produção dessa documentação pelo consulado francês está relacionada à dominação francesa do Líbano e da Síria entre os anos de 1920 e 1945. Esses certificados informam o nome e a profissão do viajante, seu lugar de origem e data de nascimento; lugar e data do casamento e, se for o caso, e nome do conjugue; o nome, as datas e os lugares de nascimento dos filhos e, se for o caso; o domicílio no estrangeiro; o endereço atual; a data de expedição do documento, assim como a assinatura do funcionário e a fotografia do viajante. Esses documentos vistos em conjunto podem iluminar o trajeto percorrido por alguns desses imigrantes, do nascimento, passando pelo casamento, pelo nascimento dos filhos até seu destino no Maranhão. Outra possibilidade de análise, nesse caso quantitativa, é a percepção dos lugares de origem desses sírios e libaneses, sendo possível observar as cidades sírias e libanesas que mais contribuíram na imigração para o Maranhão naquele período, assim como os lugares mais citados como endereço na cidade de São Luís, o que possibilita esquadrinhar a localização desses imigrantes no centro de São Luís. Apesar da explícita riqueza dessa fonte, ela traz alguns problemas. Um deles é a dificuldade de identificar se os donos desses “passaportes” eram imigrantes de primeira viagem ou se estariam retornando ao Maranhão depois de algum tempo no Líbano ou na Síria. A avançada idade de alguns pode apontar para a segunda possibilidade.

As atas da Sociedade Libanesa Feminina apesar de se referirem a uma década depois do final do corte cronológico da pesquisa são relevantes e revelam as ações dessa agremiação ao longo da década de 1930, desde sua fundação em 1933 até 1938. Na segunda reunião, fica determinada uma das funções da Sociedade Libanesa Feminina, que é atender aos pobres. Pode-se observar, ainda, a estreita relação com o Líbano, quando se reúnem para receber um reverendo (superior da Missão Libanesa no Brasil) “em missão especial para reorganizar as sociedades fundadas com princípios que não são baseados na nova república libanesa”<sup>21</sup>. Entre suas ações externas, está a doação de recursos a entidades que atendiam a necessitados como a Santa Casa, a Caixa de Mendigos (administrada pelo estado) ou a pessoas físicas desprovidas de recursos.

Esses movimentos em prol de entidades que atendiam aos pobres podem ser lidos não como meras ações filantrópicas, mas, sim, como táticas utilizadas por esse grupo para se inserir socialmente na cidade de São Luís, a qual, em parte, os rejeitava. Doar dinheiro para

---

<sup>21</sup> Ata da Sociedade Libanesa Feminina (18 de março de 1938).

essas entidades poderia significar um olhar diferente sobre eles, tirando proveito das lacunas sociais deixadas pelo estado para serem vistos de forma positiva, diferentemente daquela disseminada por parte da sociedade ludovicence.

O censo de 1937, encontrado no APEM, traz dados sobre o estado e a capital nos anos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Apesar de apresentar números sobre a presença de estrangeiros, trabalha com números absolutos, não distinguindo a nacionalidade, o que acaba por contribuir muito pouco.

Os jornais têm lugar privilegiado na pesquisa sobre a imigração de modo geral (LUCA, 2005) e no caso da síria e libanesa em São Luís não é diferente, pois possibilitaram perceber as tensões entre os libaneses e sírios e parte dos moradores da cidade e as representações elaboradas e difundidas sobre os imigrantes.

As denúncias crime e o inquérito policial envolvendo libaneses<sup>22</sup> estão disponíveis no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão e trazem informações dos “árabes”, como suas idades (dos indivíduos envolvidos), seu local de moradia e as relações de convivência entre “árabes” e nativos. No momento em que esses documentos forem utilizados como fonte, estará descrita uma querela entre um nativo e um libanês que tomou contornos étnicos, na qual o moleiro português Cantídio, vítima da agressão, ele não pôde contar com a ajuda de nenhum brasileiro na sua defesa. Essa documentação é particularmente interessante, pois dá voz aos elementos envolvidos, cujas versões sobre o fato são apresentadas, e as testemunhas posicionam-se em relação a um ou a outro indivíduo envolvido, surgem os lugares ideológicos de onde se constroem seus discursos.

Já as entrevistas contribuíram para revelar as trajetórias e os percalços que se impunham a estas, as dificuldades da viagem, a dura rotina do trabalho e as dificuldades em se estabelecer em um novo território.

No segundo capítulo, “Os olhares da alteridade: os sírios e libaneses e suas formas de se representar e ser representado em São Luís”, são discutidas, em um primeiro momento, as representações construídas pelos sírios e libaneses sobre eles mesmos, como portadores do progresso e da civilidade e como sujeitos com vocação ao trabalho e ao comércio, justificado a partir do mito fundador da origem fenícia desses imigrantes. Em contrapartida, outra representação ganhou relevo na sociedade: a de que sírios e libaneses representariam o contrário, ou seja, a incivilidade, construída a partir de referência a sua fala, comida e estereótipo físico. Nessa luta de representações em torno desses imigrantes, tenta-se resgatar

---

<sup>22</sup> Apesar de se ter encontrado três processos crime e um flagrante de delito, para este capítulo se fará uso somente de um processo crime.

outro imigrante, aquele esquecido ou propositalmente escondido por seus pares, o que não deu certo, aquele que escapa da imagem do bem-sucedido, ganhando visibilidade nas páginas policiais e nos registros da cadeia pública de São Luís.

Essas representações são discutidas na perspectiva de autores que se debruçaram sobre o tema da imigração síria e libanesa no Brasil. Demonstro como as obras que tratam sobre essa imigração reforçam o mito do “árabe” de sucesso econômico e social.

A discussão de Chartier (1998) sobre as representações é essencial para se compreender como estas foram elaboradas, de onde partiram e o que pretendiam com isso. Ajuda, ainda, a entender por que os sírios e libaneses que não deram certo desaparecem nos depoimentos e nas fontes bibliográficas. Nesse sentido, será utilizado o conceito de representação, na perspectiva que Roger Chartier (1998) apresenta em *A história cultural: entre práticas e representações*. Esse conceito ajudará a pensar como sírios, libaneses e nacionais idealizavam uns aos outros, ou, nas palavras do autor: [...] considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprias de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social. (CHARTIER, 1998,).

Para Chartier, a realidade é construída de várias maneiras pelos diversos grupos que formam a sociedade. Sendo assim, os sírios e libaneses construíram e mantêm um conjunto de representações sobre si mesmos – aventureiros, corajosos, trabalhadores, bem-sucedidos – e sobre os outros, os nativos maranhenses – preguiçosos –, enquanto os ludovicenses e outros grupos do interior do estado, provavelmente ligados ao comércio, construíram, por sua vez, um conjunto de representações sobre os imigrantes – espertos, ladrões, aproveitadores.

Toda essa discussão em torno das representações sobre esses imigrantes parte da bibliografia disponível, apresentando autores e obras e como suas leituras reforçam os mitos elaborados por eles sobre si mesmos.

Em um segundo momento, “Entre textos e contextos: os imigrantes sírios e libaneses e a mudança de suas representações”, analiso a mudança de perspectiva em relação aos sírios e libaneses, quando passam da representação difundida por parte da sociedade ludovicense, descritos como ladrões, desonestos, que só se interessavam por dinheiro, a outra, como sujeitos portadores de boa moral e da civilidade, destacando os que deram certo na vida, que progrediram economicamente, estendendo esse estereótipo para toda comunidade.

Essa discussão é feita a partir de artigos de jornais e da retomada dos textos e obras apresentados na primeira parte do capítulo, em uma perspectiva diferente, demonstrando

como as representações elaboradas por esses imigrantes foram apropriadas, ou melhor, assimiladas pelos escritores a partir da década de 1930.

Nesse capítulo, além dos documentos de polícia e judiciário – livros de entrada em prisões, livros de flagrantes e delitos<sup>23</sup>, processos crimes, jornais –, as entrevistas também são utilizadas como fontes de pesquisa.

Quanto aos registros de prisões em flagrante, podem-se vislumbrar “árabes” sendo presos e liberados sem pagamento de fiança. A liberação sem pagamento de fiança faz supor que eles não tinham como pagar. Outros sendo rotulados de vagabundos, sem profissão declarada, o que leva a crer que seriam elementos que não se adaptaram à rotina do comércio ou que optaram por outro caminho: o da contravenção, da marginalidade. Entre os motivos dessas prisões está o jogo e o roubo. Essa documentação é relevante porque faz emergir esse grupo de “desclassificados”, os que foram esquecidos pela história e apagados das lembranças por seus pares.

Os livros de flagrante e delitos, assim como os registros do porto e os registros de casas de cômodos e pensões permitem outro olhar sobre a cidade, uma cidade provinciana, mas com ar cosmopolita, pois ali circulam nativos, moradores de outros estados e estrangeiros de nacionalidades diversas: são chineses trabalhando em lavanderia, presos por arruaça; francês, operário, preso por está vagando; grego, por atentado ao pudor. Outro elemento que essa documentação apresenta no sentido de mostrar que a cidade está em permanente mudança são os profissionais que aparecem detidos. No começo do século, eles se resumiam a alfaiates, pescadores, carpinteiros, pintores, meretrizes, carvoeiros, caixeiros. À proporção que o século XX avança, por volta da década de 1920, surgem outras profissões, tais como serralheiros, fotógrafos e eletricitistas.

O uso de entrevistas até então se mostrou pouco produtivo no sentido de os entrevistados não admitirem a existência desse outro grupo, o dos sírios e libaneses que não deram certo, enquanto que as histórias, as memórias dos imigrantes bem-sucedidos reproduzirem-se com facilidade. A dificuldade em reconhecê-los é provavelmente devido à tentativa de reforçar uma representação positiva da imigração, de construir e difundir um modelo ideal do imigrante sírio e libanês: o afeiçoado ao trabalho, o lutador incansável, o imigrante “que venceu na vida”. Então, o que deve ser observado e analisado não é o conteúdo do depoimento em si, tomado como verdadeiro, mas sim como ele é usado por quem o pronuncia. (CRUIKSHANK, 2005).

---

<sup>23</sup> Estes podem ser encontrados no APEM.

Os jornais, por sua vez, poderão possibilitar a visão da participação de membros desse grupo em atividades ilegais, como roubo ou jogo. Outro importante ponto revelado pelos jornais é a participação dos sírios e libaneses em associações que tinham o intuito de ajudar patrícios necessitados. Essa fonte desvela ainda a inserção social de sírios e libaneses e a mudança no trato dispensado a eles.

A literatura também foi útil para revelar a dúbia representação sobre esses imigrantes. De um lado, o romance *Vencidos e Degenerados*, do escritor e jornalista Nascimento Moraes, que em poucas referências demonstra a visão negativa de parte da sociedade para com os “sírios”. Do outro lado, o romance *Galhos de Cedro*, de Conceição Aboud, descendente de libaneses que apresenta a saga de uma libanesa que migrou para o Brasil sem recursos e que foi bem-sucedida nos negócios.

No terceiro e último capítulo, chamado “Inserção síria e libanesa na cultura urbana: entre táticas e reconhecimento”, o uso da força e o expediente de doações a entidades beneficentes como formas de conquistar reconhecimento são os temas tratados. No primeiro caso, o uso da força é analisado ainda em outra perspectiva: os motivos que levariam os sírios e libaneses a usarem a força extrapolariam o desejo do reconhecimento, sendo justificado mediante outras motivações, com a proteção à família e a solidariedade de grupo.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira intitulada “As várias faces do recurso a violência” apresenta alguns autores que discutem esse tema. Chalhoub (2001), no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX; Franco (1997) em Guaratinguetá no século XIX e Vellasco (2004), também no século XIX, em Minas Gerais apresentam os motivos para o uso da violência por diversos grupos em tempos e espaços diversos.

Em um segundo momento, “caridade” e inserção na vida cívica do Brasil”, discuto como esses imigrantes se apropriaram de ações filantrópicas e cívicas, como a doação de uma bandeira em nome da mulher maranhense ao tiro de guerra ou de recursos a entidades que prestavam serviços aos necessitados, como o Asilo de Mendicidade, na busca pelo reconhecimento dos ludovicenses.

As fontes que foram usadas nesse capítulo não diferem em grande parte das utilizadas no capítulo anterior. As entrevistas nesse ponto também se mostraram pouco eficientes para se poderem vislumbrar esses atos como prática, já que o tom é sempre o da relação amistosa, o que exige que se trabalhe mais com o não dito, com a subjetividade dos entrevistados. O silêncio dos colaboradores em admitir o uso da força pelos patrícios e não admitir a existência de patrícios fracassados economicamente tem muito a dizer. Diante do passado marcado muitas vezes pela tensão e pelo preconceito, homens e mulheres constroem



uma memória sem conflitos com os nativos, dando um verniz de homogeneidade e de tranquilidade no que tange ao seu processo de inserção na cidade de São Luís, destacando sempre as relações de amizade e confiança mútua entre nativos e libaneses. Voldman (2005), quando discute a relação dos entrevistados com os entrevistadores, classifica os militantes como os mais difíceis de se trabalhar seus testemunhos, porque eles

associam a força da convicção à disciplina em face da organização e à fidelidade aos seus compromissos. Isso dá ao seu testemunho uma coerência e uma estruturação rígidas que exigem, se quisermos superar o discurso construído ou mesmo estereotipado, muita cautela, pois o indivíduo que aceita dar seu depoimento ao historiador está consciente de ter uma mensagem a transmitir. (VOLDMAN, 2005).

Essa afirmativa poderia ser estendida aos imigrantes, que parecem ter uma preocupação em sustentar uma representação que os valorize, com um discurso sobre si bastante coeso, como no caso dos libaneses que negam dificuldades com os nativos ou a existência de patrícios malsucedidos, ou ainda a ideia do libanês afincado ao trabalho. Ainda segundo Voldman (2005), “esse tipo de testemunha seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos que possam ter ocorrido no interior da organização, diminuindo a importância do oponente e tentando apresentar um movimento unânime e coeso”.

Não seria isso que os sírios e libaneses fazem quando nos seus depoimentos os sujeitos “incompetentes” e as tensões desaparecem, selecionando exemplos de vida de parentes e conhecidos bem-sucedidos e destacando sempre as relações amigáveis com os nativos e negando sempre a tensão?

Nos livros de flagrantes e delitos de 1905 a 1921, aparecem constantemente prisões de “árabes” ou “sírios” por usar da força física ou armas para resolver querelas. Em um flagrante de delito, um libanês atira em um brasileiro no centro da cidade. A prática do uso da força está presente entre os “árabes” mais abastados, assim como entre os menos favorecidos, como se pode notar nos flagrantes e delito. “Árabes” são detidos por distúrbio, arruaça e também por espancamento e agressão. Esses flagrantes são mais comuns entre os “árabes” do que entre outros grupos, talvez por serem em maior número se comparados a outros grupos de estrangeiros. O fato é que foi encontrado um número maior de “árabes” do que de outros grupos sendo detidos por esses motivos e, entre eles, o de distúrbio é o que mais aparece entre os motivos que levam à prisão desses elementos.

Os jornais ajudam a visualizar as experiências desses imigrantes com o uso da força, relatando casos envolvendo “árabes” em querelas entre eles e os maranhenses e entre eles mesmos. Essas fontes revelam ainda as doações e seu uso pelos sírios e libaneses.

Assim, espera-se que o resultado desta pesquisa contribua significativamente para o estudo da imigração síria e libanesa na cidade de São Luís e nas demais localidades do Maranhão.

## **1 SAIR DO LÍBANO CHEGAR À CAPITAL MARANHENSE:** as esperanças dos “syrios” e as condições de vida dos mascates

O título para este capítulo é uma tentativa de enunciar a mudança operada pelos imigrantes sírios e libaneses nas suas vidas desde a escolha de sair daquela região até a sua inserção social na cidade de São Luís nas quatro primeiras décadas do século XX. O que chamo de esperanças dos “syrios” e as condições de vida dos mascates pode ser entendido a partir dos percalços que são impostos a esses imigrantes: as dificuldades religiosas e econômicas na sua terra natal, a demorada travessia do Atlântico, a tensão existente entre parte da sociedade ludovicence<sup>24</sup> e esses imigrantes, outra língua, uma série de obstáculos que dificultaram a sua inserção social e econômica na capital e no interior maranhense.

O capítulo está subdividido da seguinte forma. Na primeira parte, discuto o contexto histórico da Síria e do Líbano, apresentando alguns motivos para a imigração síria e libanesa e a escolha de parte deles pelo interior do estado do Maranhão, já que a imigração desse grupo é caracterizada pela opção de centros urbanos. Num segundo momento detenho-me nas condições da viagem, na longa travessia do Atlântico e nos problemas enfrentados por esses viajantes. Na terceira parte, analiso o mundo do trabalho de homens e mulheres oriundos do Líbano e da Síria nas cidades, especialmente na capital maranhense; e no último subcapítulo, as tensões entre sírios e libaneses e parte da sociedade são contempladas.

A imigração síria e libanesa no Maranhão se dá ao mesmo tempo em que se pode notá-la no Brasil como um todo. Iniciada por volta de 1880, ganhou força no Brasil e no Maranhão nas primeiras décadas do século XX. De caráter espontâneo, ao contrário do que se assistiu no Sul e Sudeste brasileiro, onde o Estado subvencionava a importação de imigrantes europeus, os sírios e libaneses desembarcaram em nossas terras sem a ajuda do Estado ou o interesse da elite agrária brasileira.

Com o eminente fim da escravidão, os grandes proprietários de terras se articularam junto ao Estado para solucionar o problema da falta de mão de obra que estava por vir. Estado e proprietários tinham visões diferentes da solução do problema. Para o primeiro, essa era a grande chance de eliminar ou pelo menos aliviar a presença negra na formação étnica do brasileiro, a vinda de imigrantes essencialmente europeus (brancos, “civilizados” e de preferência católicos) parecia ter dupla solução para seus defensores: embranquecer o Brasil e civilizá-lo. O europeu traria ainda novas técnicas agrícolas e serviria

---

<sup>24</sup> Quem nasce em São Luís.

de exemplo ao trabalhador nacional, pois tinha amor ao trabalho, enquanto o nativo era pouco afeiçoado à labuta, defendiam os burocratas. Já para os grandes proprietários de terras, o imigrante era indispensável, independentemente de onde vinha, o que era mais urgente para estes era solucionar o problema da mão de obra. (ALENCASTRO, 1997).

No caso dos sírios e libaneses, Estado e grandes proprietários não se interessaram, sua chegada ao Brasil estava ligada a fatores conjunturais de sua região e a oportunidades que se abriam na América. Tomo a região do Líbano como exemplo para entender esse processo migratório nas últimas décadas do século XIX.

Marcada pela dominação turca até o fim da Primeira Guerra Mundial e depois pela francesa até a década de 1940, o que hoje conhecemos como Líbano pode-se dizer que é extremamente recente.

Não é objetivo deste trabalho discutir o contexto histórico, econômico, social ou cultural do Líbano ou ainda exaurir a discussão sobre os motivos que levaram a emigração de milhares de libaneses, muito menos os por quês da escolha pelo Brasil, pois entendemos que outros trabalhos já o fizeram muito bem<sup>25</sup>, porém se fazem necessárias algumas considerações.

Durante os anos de dominação otomana, parte da população libanesa sofreu uma série de perseguições, a mais conhecida e que muitos estudiosos atribuem como fator preponderante para a saída de milhares de libaneses do Líbano é o massacre de 1860, quando milhares de cristãos foram mortos ou se tornaram refugiados. Para Truzzi (1997), deve-se dar uma importância secundária à perseguição religiosa como fator relevante da imigração, já que os massacres contra os cristãos aconteceram em 1860 e o processo migratório ganhou força a partir de 1880.

Mesmo que discorde de Truzzi e considere esse fato como relevante para a imigração libanesa, tenho que pensar em outros obrigatoriamente. A partir de 1903, os turcos passaram a obrigar os libaneses cristãos a servirem em seu exército e a lutarem nas guerras dos Bálcãs, “o que os deixou ainda mais inconformados com seus dominadores, forçando muitos jovens a emigrar como meio de fugir ao recrutamento” (GATTAZ, 2005). Para Gattaz, os prejuízos do recrutamento eram não somente físicos, já que corriam o risco de morrer ou ferir-se gravemente, mas também econômico e psicológico:

Para os cristãos libaneses, o recrutamento, além de complicar a vida econômica da família e o desenvolvimento pessoal do indivíduo, significava verdadeiros riscos

---

<sup>25</sup> Ver GATTAZ, 2005.

físicos, além de simbolizar uma submissão total e humilhante aos dominadores otomanos. (GATTAZ, 2005).

É óbvio que esses motivos bastariam para justificar a saída de qualquer pátria, mas muitos se lançaram na aventura da imigração em função de um:

[...] conjunto de necessidades econômicas e materiais decorrentes da relação entre a pequena produtividade agrícola e a alta densidade populacional que desde meados do século XIX caracterizou aquele país. (GATTAZ, 2005).

A pouca quantidade de terra distribuída em pequenos lotes familiares não suportou o crescimento populacional vertiginoso assistido no século XIX, gerando pobreza nas zonas rurais. Esse problema, segundo Gattaz (2005), desempenhou papel importante nas motivações para a imigração ao longo da primeira metade do século XX.

A fuga da pobreza e da perseguição religiosa, assim como a busca ou a manutenção de estilo de vida mais promissor, levou os libaneses ao continente australiano, à África, ao Oriente Médio e à América, sendo os Estados Unidos o lugar escolhido pela maioria. O Brasil, segundo destino mais procurado na América, foi para muitos dos primeiros imigrantes um acidente de percurso, interessados em residir nos Estados Unidos, muitos tiveram suas expectativas frustradas pelo Serviço de Imigração Americana ou pelas falsas promessas dos agenciadores, que os faziam desembarcarem no Brasil, “afinal tudo era América”.

Os primeiros imigrantes sírios e libaneses emigraram ao Brasil por não terem conseguido visto para os Estados Unidos ou por não contemplarem as condições de exigência de entrada em solo americano. E para não retornarem a pátria de origem, desembarcaram no Rio de Janeiro, uma vez que faz parte do continente americano. Outros desembarcaram em Santos, por vezes acreditando fielmente estarem nos Estados Unidos, muitas vezes até enganados por agentes de navegação. Finalmente, há aqueles que vieram justamente por já terem parentes no país [...]. (SIQUEIRA, 2006,).

O Brasil, por sua vez, oferecia menos resistência à imigração como um todo, mesmo defendendo a imigração européia como a ideal, além disso, as andanças de “desbravadores” libaneses e sírios pelo Brasil atraíram seus parentes.

### 1.1 A busca de um lugar: capital ou interior?

Os principais pontos de atração no Brasil foram São Paulo e o Amazonas (CABREIRA, 2001), o primeiro por ser o grande centro comercial e estar próximo do porto de Santos, uma das principais portas de acesso dos libaneses ao Brasil, e o segundo pela promessa do enriquecimento através da exploração da borracha. Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, o Nordeste e Sul do país também receberam grandes contingentes de estrangeiros. Um indicativo da pulverização de imigrantes no Brasil pode ser percebido por meio da distribuição geográfica das produções histórica, jornalística e memorialista que discutem a imigração sírio-libanesa no território nacional, bem como de documentos históricos<sup>26</sup>. A imigração síria e libanesa se caracteriza por ser essencialmente urbana, mas as capitais e as grandes cidades nem sempre foram de sua preferência, muitas vezes os imigrantes buscaram alternativas de sobrevivência, longe dos grandes centros.

Trabalho com a tese de que a concorrência e os altos preços dos aluguéis desestimulavam a inserção de alguns na capital. Truzzi reproduz uma história de um libanês que desembarcou no porto de Belém e foi abordado por um grupo de patrícios que o aconselhou a voltar para o navio e descer em outro local, pois naquela cidade já havia libaneses demais. (TRUZZI, 1991). O médico e antropólogo maranhense Olavo Correia Lima (1981), em um pequeno trabalho dedicado a imigração síria e libanesa, já levantava a hipótese da concorrência para justificar a procura pelo interior. Magda França (1991) afirma, categoricamente, baseada em depoimentos, que a maioria iniciou sua morada no Maranhão primeiramente no interior, para posteriormente migrar para a capital.

Em artigos dirigidos contra a imigração síria e libanesa no início do século XX na capital maranhense, surgem referências ao aumento do aluguel de pontos comerciais, que por sua vez é atribuído à presença dos imigrantes no comércio. No dia 13 de janeiro de 1900, no jornal *Diário do Maranhão*, um leitor, que assinava com o pseudônimo de Golias e que

---

<sup>26</sup> Só para citar alguns exemplos, podemos encontrar trabalhos no Pará: “Os libaneses no Pará” (Desconheço o nome do autor), obra escrita por um jornalista, descendente de libaneses; no Maranhão temos duas monografias de graduação do curso de História da Universidade Federal do Maranhão: uma delas é a de Robson Ruitter M. Santos: “Estudo da imigração libanesa no estado do Maranhão”. No Rio de Janeiro, um artigo de Ana Maria Mauad: “Trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro” em *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*; No Rio Grande do Sul, podemos citar o livro *Sírios e libaneses: aspectos da identidade no sul do Brasil*, de Cecília Kamel, uma professora de línguas que faz pesquisa antropológica. Na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Amazonas e no Piauí, as referências aparecem na documentação pesquisada (Registros do porto de São Luís e Registros das pensões e casas de cômodos de São Luís) que cita esses lugares como pontos de origem ou destinos de viajantes libaneses.

escrevia em defesa da presença dos “syrios”<sup>27</sup> no comércio local, confirmava o aumento no preço dos aluguéis, mas eximindo-os de qualquer culpa. “Alguns ingênuos queixão-se que depois da chegada dos syrios as casas próprias para estabelecimentos subirão os alugueis, e atribuem este facto, não à carestia da vida, mais á influência desta colônia [...]”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 de outubro de 1900).

Apesar de negar a culpa dos “syrios” pelo aumento dos aluguéis, em outro trecho do mesmo artigo, Golias afirma que os antigos locatários de pontos comerciais se deixaram seduzir pelo dinheiro dos comerciantes libaneses, que buscavam lugares privilegiados para instalar seus negócios, como deveriam ser as barracas da Intendência Municipal:

[...] no momento em que pretenderão elles sublocar alguns aposentos nas antigas Barracas da propriedade da Intendência Municipal, os ex-locatários lhes facilitarão essa aquisição mediante não pequena remuneração que então receberão como indenização pela chave que passarão. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13/01/1900).

Ambos os fragmentos do texto deixam transparecer a forte presença desse grupo no comércio de São Luís já no início do século XX, se não em quantidade, certamente como um grupo com poder econômico incipiente, mas crescente. Essa tensão entre comerciantes locais e sírios e libaneses também pode ter estimulado alguns desses imigrantes a se desinteressar pela capital e procurar espaços menos densos (e tensos). Mas a escolha pelo interior do estado muitas vezes estava relacionada a outros fatores, como por exemplo a presença de patrícios que imigraram anteriormente e atraíam os parentes e amigos com a garantia de emprego.

O sr. Abdon Salem, nascido no Líbano, imigrou ainda muito jovem para o interior do Maranhão, em 1936, para a cidade de Codó, a convite do irmão Nabi: “Meu irmão tava aqui trabalhando, lutando com meu tio Abdon Murad. Nabi, meu irmão, mandou me chamar para ajudar ele trabalhar [inaudível], eu vim pra cá, eu saio do colégio, eu vim diretamente pra cá pro Maranhão<sup>28</sup>”.

Com trabalho garantido antes mesmo de sair do Líbano, Abdon não encontrou grandes dificuldades para se adaptar. Em Codó, trabalhou muitos anos junto com o irmão na compra e venda de gêneros alimentícios e depois com curtume. Só deixou a cidade e a atividade por não se entender mais com os sobrinhos, filhos de Nabi, indo morar na capital,

<sup>27</sup> Sírios, árabes, turcos, carcamanos eram alguns dos nomes usados para se referir aos sírios e libaneses, seja por falta de conhecimento da história e geografia daquela região, seja por seus passaportes carregarem essa denominação devido à dominação turca.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem, em São Luís, em março de 2007.

onde abriu seu próprio negócio, uma lanchonete no centro da cidade, atividade comercial bastante difundida entre aqueles que imigravam, como afirma Gattaz (2005).

Outro imigrante, o pai do sr. Antonio de Jesus Santos, libanês que emigrou para o Maranhão no início do século XX, escolheu a cidade Arari, interior do estado, por influência dos patrícios que viviam na capital. “De Belém ele veio para São Luís e de São Luís foi pra Arari. Geralmente, eles vinham pra cá para São Luís e aqui que eles procuravam informações com os antigos, patrícios que se deslocavam para diversos locais, no interior <sup>29</sup>”.

Além da influência de parentes e patrícios, outro fator que poderia ter estimulado os libaneses e sírios a se fixarem no interior foi a atividade de mascate, que muitas vezes os obrigava a percorrer longas distâncias, possibilitando-os explorar outros espaços para desenvolver seus negócios. Truzzi (1997) lembra que “a zona rural constituiu uma base espacial importante às atividades do mascate”. Andando com malas cheias de mercadorias, de barco, a pé ou no lombo de animais, batendo de porta em porta (o “turco da prestação”, como ficaram conhecidos os mascates sírios e libaneses), andavam de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, cruzavam divisas municipais e estaduais a procura de compradores para suas mercadorias.

Em *Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo* (GREIBER, MALUF; MATTAR, 1998)<sup>30</sup>, um dos colaboradores, Chafic Nicolau, narrando o início da vida do pai no Brasil, lembra que este chegou ao final do século XIX e em parceria com outros oito patrícios juntaram dinheiro e compraram mercadorias para mascatear no interior de São Paulo, viajaram durante oito meses a pé, chegando ao Mato Grosso.

Em outro depoimento coletado pelas autoras, Maria Estefno Maluf conta que seu pai, um imigrante libanês que desembarcou no Brasil em 1879, com apenas dezessete anos, trabalhou aqui durante quatro anos como mascate, visitando muitas cidades a procura de fregueses para suas mercadorias. Logo depois desses quatro anos, resolveu voltar ao Líbano, não se readaptando, acabou retornando ao Brasil, onde se fixou definitivamente. Maria Estefno relata que durante aqueles “primeiros quatro anos que ele mascateou” foi “a Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Campinas [...] tudo a pé”. Posso sugerir que as andanças dos mascates pelo interior podem ter interferido na escolha do lugar para morar e trabalhar, pois o olhar voltado para o comércio possibilitava a eles perceberem espaços mais interessantes para exercer tal atividade.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Antonio Jesus Santos, em São Luís, em julho de 2007.

<sup>30</sup> O livro escrito por três descendentes de libaneses, uma formada em Letras e as outras em Sociologia, traz uma série de cento e um depoimentos de homens e mulheres nascidos no Líbano e na Síria, outros de filhos e filhas de libaneses e de sírios que chegaram ou nasceram no Brasil entre 1880 e 1912.



Por mais que não tome esses depoimentos como descrições fidedignas do real, o que não devemos fazer mesmo, e que os relatos sobre as longas caminhadas contenham um (forte) verniz de exagero, como uma forma de exaltar a imigração síria e libanesa, tenho de convir que o trabalho de mascate exigia que se percorresse longos trechos e que a viagem era realmente demorada, devido às péssimas condições dos meios de transporte na época.

No Maranhão, as dificuldades não pareciam ser menores para quem havia escolhido a atividade de mascate, Alberto Duailibe, filho de um libanês que imigrou para o Brasil em 1898, fala das dificuldades pelas quais o pai passou:

Ele veio pra cá, veio pra cá que o irmão se estabeleceu aqui e a primeira profissão que ele teve foi mascate, ele resolveu vender coisas no interior. Você imagina em 1898 a dificuldade que era levar coisas para o interior, nós fomos ter estradas há pouco tempo, pouco tempo que eu falo é de 50 anos pra cá que as estradas começaram a aparecer e a melhorar e essas viagens a maioria das vezes acontecia de barco<sup>31</sup>.

Mas a opção pelo interior podia ser determinada não pelo próprio conhecimento do território, mas pela indicação de terceiros, como me disse Antonio Santos<sup>32</sup>. Ana Maria Mauad (2000)<sup>33</sup>, visitando a trajetória de sua família, mostra como seu bisavô, Elias Giban, que chegou ao Brasil vindo do Líbano no final do século XIX, iniciou seu primeiro negócio no interior de Minas Gerais. Ao desembarcar no Rio de Janeiro com a esposa e os filhos, foram levados por um parente à casa de uma senhora que era uma espécie de protetora dos recém-chegados do Líbano. Ali, os imigrantes encontravam abrigo e eram encaminhados, por ela, para regiões onde o comércio poderia lhes render um bom lucro. Apesar de ter trabalhado para essa senhora durante o tempo que lá se hospedou, foi a madrinha de Sayde, sua esposa, quem conseguiu por meio de contato com uma comunidade de libaneses encaminhá-los para o interior de Minas Gerais, onde montou uma venda com o dinheiro trazido do Líbano e com “uma ajuda extra da madrinha de Sayde”. (MAUAD, 2000).

Essa marcante presença do libanês, e também do sírio, no interior dos estados brasileiros, mais especificamente no Maranhão, na primeira metade do século XX, pode ser confirmada por documentos e relatos de viajantes da época. Um desses viajantes foi Eurico

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe, em São Luís, em março de 2007.

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Antonio Santos, em São Luís, em maio de 2007.

<sup>33</sup> A autora se utiliza de séries fotográficas de sua família para a reconstituição das memórias e mostra ainda como o seu uso por aqueles que a produziram poderia representar o seu sucesso econômico e social. O manuseio dessa tecnologia era para poucos, devido ao alto custo das máquinas fotográficas e da revelação dos fotogramas, ou seja, ter uma máquina fotográfica e possuir numerosas fotos reveladas já denotava certo poder aquisitivo. Ser fotografado ao lado de seus automóveis e casarões exuberantes, assim como em passeios pelo campo ou na praia representava exemplos do vigor econômico experimentado por algumas famílias libanesas.

Teles de Macedo, engenheiro, carioca, que se mudou para o Maranhão em 1906 quando foi contratado para trabalhar na construção da estrada de ferro que ligava a capital à cidade de Caxias. O seu relato sobre o Maranhão está em um livro publicado pela primeira vez em 1947 e reeditado em 2001 pelo governo do estado do Maranhão. O livro foi feito de memória e elaborado a partir das impressões que tivera durante suas viagens pelo interior do estado. O autor dedica um pequeno capítulo aos sírios e libaneses, intitulado “Colônia síria”, uma verdadeira apologia aos “sírios”, em que exalta a constituição física privilegiada do imigrante, seu amor ao trabalho e sua contribuição “no desbravamento de regiões quase desertas”, assim como sua obstinação em começar “a sua atividade nos mais recônditos lugarejos do interior e do alto sertão” (MACEDO, 2001). Os argumentos de Macedo em relação aos “sírios” estão inseridos em uma tradição literária e historiográfica de exaltação dos libaneses, tema que trataremos devidamente no capítulo 2. Mas, o que é relevante no momento é que ele não deixa dúvidas sobre a presença desse elemento étnico no interior do estado.

Outra importante fonte que me permite percebê-los longe de São Luís é a documentação do consulado francês. Essa série documental possibilita vislumbrar o nível de inserção geográfica dos libaneses e dos sírios, que tinham como destino além da capital, diversas cidades do interior, a exemplo de Arari, Codó, Viana, Cururupu, Itapecuru, Anajatuba, Coroatá<sup>34</sup>, entre outras. Essas cidades estão localizadas em microrregiões diversas, muitas extremamente distantes umas das outras, o que aponta para a pulverização da imigração libanesa naquele estado.

---

<sup>34</sup> Essa última é controlada politicamente pelos Murad, família descendente de libaneses.



Figura 1: Mapa do Maranhão

Fonte: GuiaNet. Disponível em: <http://www.guianet.com.br/ma/mapama.htm>.

## 1.2 As condições da viagem

Cruzar o Atlântico obedecia a estímulos variados, poderia estar relacionado à realidade socioeconômica ou religiosa do sujeito no Líbano e na Síria, como foi explicado no início do capítulo, ou a fatores externos, como as realizações econômicas de patrícios no Brasil<sup>35</sup>. Dinheiro e cartas com notícias do Brasil que chegavam ao Líbano e a Síria, exaltando as vantagens de imigrar e a facilidade de enriquecer, estimulavam novos candidatos à travessia. Kaaran (1998), citando o livro de Mintaha Alcuri Campos, *Turcos pobres, sírio remediado e libanês rico: a trajetória do libanês no Espírito Santo*, afirma que 32,42% dos

<sup>35</sup> Não é objeto deste trabalho discutir todas as motivações apresentadas por diversos autores relacionadas com a escolha pelo Brasil, procuramos assim restringir a discussão dessas motivações à relação com os parentes que aqui viviam e às impressões construídas por eles sobre o Brasil, por entender que estes respondem a problemática colocada neste capítulo. Para uma melhor compreensão das motivações relacionadas à escolha pelo Brasil, ver GATTAZ (2005) e TRUZZI (1995, 1998).

entrevistados sofreram “a influência dos mesmos aqui residentes, através de cartas e relatos de amigos” (CAMPOS apud KAARAN, 1998) e que a maior parte (39,42%) dos entrevistados afirma que vieram para o Brasil porque tinham algum parente.

O chamado de um parente ou amigo podia trazer algumas certezas, o que servia de incentivo. Esse chamado significava para muitos um lugar para morar ou trabalhar, ou ambos. O sr. Michel Rabane<sup>36</sup>, libanês que imigrou para São Luís no início do século, foi atraído pelos tios que “[...] já estavam velhos e não tinham quem tomasse conta da loja, por isso me chamaram [...]”. No Líbano, Rabane, ainda jovem, estudava para ser alfaiate, em São Luís, os tios eram proprietários de um armarinho na Rua Grande, principal centro comercial da cidade. Trabalhando atrás do balcão depois de alguns anos tornou-se sócio dos tios e casou-se com uma de suas filhas.

Em um artigo da *Revista Brasileira de História* de 2002, Alister Thomson, analisando a relação da história oral e a migração, afirma que a prosperidade de alguns indivíduos que imigravam gerava “imaginários culturais” sobre os futuros locais de destino que alimentava a imaginação dos que ficavam. O autor cita o exemplo dos imigrantes barbarianos

que foram atraídos para a Grã-bretanha pela imagem idealizada de “pátria”, que foi parte de sua formação cultural. Mesmo sendo “perfurado” pelas realidades da discriminação e do trabalho mal remunerado, as cartas dos migrantes mantinham essa imagem para evitar frustrar as famílias que haviam emprestado dinheiro para a viagem. (THOMSON, 2002, p. 5).

Na história da imigração libanesa na América, no Brasil especialmente não foi diferente, uma imagem extremamente positiva foi sendo elaborada pelos primeiros viajantes, que representavam o país como a terra das oportunidades, do dinheiro e da prosperidade, uma imagem quase idílica foi sendo desenhada, como conta Eduardo Tamer, um descendente de sírio, nascido em São Paulo: “a fama que corria na Síria é que na América a gente pegava um punhado de pedra e virava ouro” (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998). As histórias se reproduzem com facilidade quando se trata das representações entorno do Brasil. Truzzi (1997), em seu livro *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, reproduz um longo trecho da obra literária de Emil Farhat, *Dinheiro na Estrada: uma saga de imigrantes*, baseada em cartas de imigrantes e na sua própria experiência. Farhat descreve que a ideia que se tinha da América era que aqui muito facilmente se enriquecia, que “o dinheiro estava na estrada, pra quem quisesse pegar”. Em outro trecho, uma personagem diz: “volto podre de rico”.

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Michel Rabane, em São Luís, em novembro de 2005.

Se para alguns desses imigrantes do início do século XX o Brasil parecia encantador e cheio de riqueza, para outros havia a certeza de que aqui encontrariam trabalho e abrigo, bem como os aspectos negativos de uma mudança para um continente distante. O primeiro sem dúvida era deixar o lugar onde nasceu e cresceu, abandonar amigos e família, deixar toda uma história de vida. Ali, iniciava os dissabores de uma viagem que começava em casa, sonhando ou devaneando em algum cômodo da moradia.

No Líbano, as relações interpessoais eram extremamente ligadas à região em que o indivíduo vivia, a aldeia onde morava, não havendo para muitos uma identidade com o país, mas sim com a região que habitava ou nascera, suas relações se processavam nesse nível. (GATTAZ, 2005). A decisão de migrar e a escolha de quem migraria eram muitas vezes decididas não individualmente, mas dentro da família, era um investimento que traria resultados para parte da parentela que se envolvia na decisão de viajar. A ideia de que os que migravam eram somente os necessitados, devido às condições econômicas do Líbano, é rechaçada pela maioria dos autores. Para Truzzi (1997), havia uma necessidade de melhorar (ou manter) o padrão de vida da família frente às outras, ou seja, as remessas de dinheiro que saiam do Brasil para a família possibilitavam o acesso a mercadorias até então difíceis de possuir devido ao preço, o que consequentemente gerava prestígio na aldeia. Outros migraram já com uma formação superior, formados em universidades no Líbano, mas não conseguiam emprego, o que os obrigava a sair em busca de melhores condições de vida e da possibilidade de exercer o ofício para o qual haviam estudado.

Em relação ao Maranhão, não há como avaliar o nível de educação dos libaneses e sírios<sup>37</sup>, os dados censitários disponíveis para a época não apontam para qualquer possibilidade de avaliação. Para o Brasil, alguns autores trabalham com o número de 50% de analfabetos. As entrevistas realizadas mostram indivíduos analfabetos, mas também alfabetizados, alguns até bilíngues.

O sr. Antonio Santos, quando questionado sobre o nível de alfabetização dos pais, lembra que

ele (seu pai) sabia muita matemática intuitivamente, ele não sabia ler, nem escrever, fazia tudo mentalmente, de cabeça mesmo, mas não sabia ler nem escrever, fazia tudo mentalmente, a matemática, letra depois de velho. Adulto, velhão já. Ele aprendeu a escrever o nome dele só, só, só e mais nada. Minha mãe nem o nome aprendeu a escrever.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Sobre o papel da educação superior, discutiremos na última parte deste capítulo.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Antonio Santos, em março de 2007.

Em uma denúncia crime, em que o acusado de agredir um moleiro era um “sírio”, mas talvez um libanês, ele e seu irmão se declaram analfabetos<sup>39</sup>.

O analfabetismo com toda certeza trazia uma série de dificuldades para o imigrante que se propunha a negociar, porém, para muitos, já alfabetizados ou mesmo letrados, as dificuldades devem ter sido menores. Henry Duailibe<sup>40</sup>, filho de libaneses que imigraram no início do século XX, nascido no Maranhão, relembra que seus pais depois do casamento, no Líbano, voltavam de navio quando este teve de parar em Paris para manutenção e sua mãe que falava fluentemente francês serviu de intérprete entre os libaneses que viajavam no navio e a tripulação. Abdon Salem conta que suas dificuldades de adaptação foram amenizadas devido ao conhecimento da língua francesa:

Eu não sabia ler, escrever português, era francês, eu cheguei lá sozinho, muito bem. Nessa situação de francês/português, eu comprei um dicionário português/francês aqui, qualquer palavra que eu não sabia e tudo eu procurava no dicionário, lia jornais, lia revistas, tudo eu lia direitinho algumas delas eu compreendia, outras eu não compreendia é porque não estava a par do estudo em português<sup>41</sup>.

A dificuldade dos imigrantes em se comunicar com a tripulação do navio e com o pessoal de terra nos portos europeus e nas cidades brasileiras para onde se dirigiam não era o único problema dos viajantes. Passagens caras, travessia longa e demorada, condições pouco confortáveis, doenças, muitas paradas e trocas de navios eram outros percalços enfrentados por aqueles que decidiam emigrar.

O trajeto para o Maranhão era penoso para os primeiros que desembarcaram no porto de São Luís no final do século XIX e início do XX, devido à lentidão dos navios movidos a vapor. Mauad (2000) relata que a viagem do seu avô Elias com a família, do Líbano para o Rio de Janeiro, demorou três meses. Já Guilherme Afif<sup>42</sup>, que chegou ao Brasil em 1908, diz que no tempo de sua viagem elas demoravam trinta, quarenta dias. Esses depoimentos podem ser confirmados pela documentação do Registro do porto de São Luís. O vapor inglês “Amazonense”, procedente de Liverpool, demorou 42 dias para chegar à cidade de São Luís<sup>43</sup>. Do Rio de Janeiro para São Luís, por exemplo, podia-se demorar até quatorze dias<sup>44</sup>; vindo de Manaus, seis<sup>45</sup>.

<sup>39</sup> Denúncia crime contra Filippe Aboud, acusado de agressão, 1903.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Henry Duailibe (filho de pais libaneses que imigraram no início do século XX), em março de 2007.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem, em São Luís, em março de 2007.

<sup>42</sup> Depoimento cedido a Greiber, Maluf e Mattar (1998).

<sup>43</sup> Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada: 19/08/1895. A embarcação fez escalas em algumas cidades da Europa e no Pará.

<sup>44</sup> Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada: 17/07/1897.

A travessia se tornava demorada devido às inúmeras paradas em portos europeus e brasileiros ou pela troca de navios, como relatou Gib Farah a Magda França (1991):

Primeiro viemos em Itália, Gênova. Passamos um mês e três dias em Gênova, passamos de navio, eu estava grávida de Conceição, buchada já. De lá viemos pra cá. Passamos em África, de África viemos para o Rio. Do Rio pegamos navio [...] e viemos para cá, para São Luís. Passamos em Bahia, passamos em Pernambuco, passamos nessas cidades, passamos de navio. Passamos em Tutoia e de Tutoia viemos para São Luís.

A permanência em cidades portuárias, que podia durar semanas, muitas vezes estava condicionada à oportunidade de amealhar recursos para continuar a viagem, como narra Conceição Aboud no seu romance *Galhos de cedro* <sup>46</sup>. O texto traz a história da viagem de Nabira e de outros libaneses, sobre os quais diz: “[...] muitos se empregavam em Marselha, fazendo trabalho bruto, para arranjar dinheiro que os transportariam para a terra da promessa”.

Nem todos eram obrigados a permanecer dias ou semanas naquelas cidades a fim de tentar juntar dinheiro para continuar a viagem. Como já foi colocado, muitos vinham com o dinheiro da família, suficiente para a viagem ou até para iniciar um negócio. Essa permanência era muitas vezes para esperar outro navio ou aguardar a manutenção da embarcação em que viajavam, como contou Abdon Salem em entrevista:

P - O senhor pegou o navio onde?

Abdon Salem - Navio em Beirute, navio Galilia, italiano.

P - O senhor descia e pegava outro navio?

Abdon Salem - Outro navio sim, nós descíamos e pegava outro navio na Itália.

P - Mas nessa mudança o senhor ficava quantos dias na Itália mais ou menos?

Abdon Salem - Quatro dias, cinco dias, até o navio ajeitar as coisas dele e tudo, com passageiro, passageiro aos monte, era. Aí pegava Netúnia, o nome do navio italiano... Eu desci em Recife <sup>47</sup>.

Para Abdon Salem, a viagem durou cerca de vinte e dois dias, o que ainda era bastante sacrificante. Abdon começou sua viagem no porto de Beirute em 14 de setembro de 1936, e vinte e dois dias depois desembarcava no Recife. Depois de atravessar o Atlântico (da Itália para Recife) em um navio de luxo, teve que trocar mais uma vez de embarcação e enfrentar a maresia e a dificuldade de navegar a costa maranhense. (ALENCASTRO, 2000). Em seu depoimento afirma: “Aí passei dois, três dias, eu vim no navio Itanajé, ave maria

<sup>45</sup> Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada: 28/02/1895.

<sup>46</sup> As referências a essa obra são retiradas de parte de uma reprodução encontrada em Jerônimo de Viveiros, *História do Comércio do Maranhão* (1896-1934). Reedição fac-similar promovida pela Associação Comercial do Maranhão, em 1992.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem, em março de 2007.

quase morro, quase morro nesse navio, saí de um luxo, um luxo para o navio Itanajé. Deus me livre, navio costeiro dos brasileiros, horrível, aí desci aqui na rampa, desci na rampa, quem recebeu era o delegado marítimo<sup>48</sup>”.

Apesar do privilégio do sr. Abdon Salem de viajar em um navio de luxo, a maioria dos imigrantes era, certamente, transportada de terceira classe. Nos registros do porto de São Luís foi encontrada uma única referência a um passageiro libanês viajando de terceira classe, como também acontece no romance *Galhos de Cedros*, com a personagem Nabira e o grupo de libaneses que com ela imigra. Pode-se imaginar que essa era a regra, já que muitos dos imigrantes compravam suas passagens com dinheiro emprestado ou tinham que trabalhar em cidades portuárias para completar o valor do bilhete. Mas mesmo os que traziam recursos suficientes, provavelmente preferiam uma passagem mais barata, já que o que traziam tinha destino certo: começar um negócio. Independentemente da classe que se viajava, a escolha pelo Brasil saía mais cara:

Maior distância e dificuldade de chegada do que os EUA e Canadá – no começo do século, os vapores saídos da Itália ou de Marselha levavam em média onze, doze dias para chegar aos Estados Unidos: para a América do Sul, gastavam de 16 a 23 dias. A relação refletia-se nos preços das passagens, que eram bem mais baratas para os Estados Unidos. (GATTAZ, 2005).

Além de mais cara, a viagem para o Brasil era também mais degradante, considerando a longa jornada, o desconforto e o descuido que havia na terceira classe. Mais uma vez recorro à narrativa de Conceição Aboud: “Enganados pelos intermediários, passagens de terceira classe em porões infectos custavam-lhes os olhos da cara”.

Essas viagens eram cansativas não somente pelo longo tempo de permanência no vapor ou pelo valor das passagens, mas também devido às condições por que os passageiros passavam, pois constantemente tinham que conviver com doenças e mortes presentes nas embarcações em que viajavam no final do século XIX e início do XX – como se pode observar nos Registros do Porto de São Luís.

Entre os anos de 1895 e 1901, foram encontrados trinta registros de mortes durante as viagens. Apesar de os anos que registram mortes nas viagens<sup>49</sup> não coincidirem com os períodos de maior movimentação dos libaneses em terras maranhenses, como se verá mais adiante, o perigo era eminente. A alternância de anos com mortes e anos sem mortes

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem, em março de 2007.

<sup>49</sup> Para 1895 (08 mortos); 1897 (06 mortos); 1900 (10 mortos); 1901 (05 mortos).



pode caracterizar ondas de epidemias que se davam nas grandes cidades do Brasil naqueles momentos. A cidade de São Luís, por exemplo, durante toda a década de 1920 sofreu ameaças de epidemias de febre amarela e varíola. Antes disso, entre 1903 e 1904, a cidade foi aterrorizada pela peste bubônica. (PALHANO, 1988). No interior de São Paulo, a personagem Nabira, antes de chegar ao Maranhão, deparou-se com três famílias de libaneses doentes de febre amarela, cuidando de seus patrícios até se restabelecerem. (VIVEIROS, 1992).

As embarcações que traziam e levavam brasileiros, europeus e “árabes” eram em sua maioria vapores que variavam de tamanho, capacidade de carga e passageiros, o que com certeza influenciava no tempo de viagem. Era possível encontrar vapores de 250 até 1999 toneladas<sup>50</sup>. A tonelagem da embarcação influenciava diretamente no número de pessoas (tripulantes e passageiros) e na carga que podia transportar<sup>51</sup>. A tripulação do vapor Pernambuco (1999 toneladas), por exemplo, podia ter até 59 tripulantes; outro, com menor tonelagem, como o Odorico Mendes (250 toneladas), podia levar apenas 21 pessoas como tripulação. Esses homens eram vítimas fáceis das doenças que acometiam os viajantes naqueles anos. Entre os trinta mortos encontrados, somente de seis são declaradas as profissões, sendo que três deles eram marinheiros. As longas viagens em condições precárias, a má alimentação, a parada em vários portos e o contato direto com passageiros e pessoal de terra possivelmente deixava-os mais vulneráveis.

Mas as condições econômicas dos viajantes colocavam-nos como vítimas preferenciais dessas doenças, tanto em terra quanto no mar. É verdade que muitos embarcavam já adoecidos, alguns em estado grave, como foi o caso do passageiro de terceira classe Joaquim Batalha, que embarcou no Pará, no vapor Cabral, com destino a Camocim, no Ceará, morrendo no dia seguinte a seu embarque e sendo enterrado em São Luís<sup>52</sup>. Assim como Batalha, outros passageiros, a maioria viajando de terceira classe, morreram durante sua jornada. Muitas famílias não tiveram a mesma sorte da de Joaquim Batalha, de ter um lugar para visitar seu ente querido. Para muitos, o lugar do sepulcro foi o mar, como aconteceu com o pequeno Manoel, de apenas oito meses, filho de um cearense que retornava a sua terra natal: “seu corpo depois de amortalhado e estando em estado de decomposição foi lançado ao mar depois das formalidades do estilo”<sup>53</sup>. O motivo do lançamento dos corpos ao mar era,

---

<sup>50</sup> É possível que outros, maiores ainda, ancorassem no porto de São Luís. Como não é objeto da pesquisa o tamanho das embarcações, fica registrado como maior o que foi encontrado (1999 toneladas) durante a procura por passageiros libaneses.

<sup>51</sup> Alguns desses vapores transportavam carvão, mas a maioria da carga era declarada como “diversos gêneros”. Além disso, eram eles que transportavam as “malas” que deveriam conter correspondências e dinheiro.

<sup>52</sup> Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada. 15/03/1902.

<sup>53</sup> Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada. 28/02/1895.

normalmente, o estado de decomposição e as longas distâncias a navegar, o que tornaria impraticável a sua manutenção nas embarcações.

Apesar de não ter sido encontrado nenhum libanês entre os mortos, fica claro que viajar era perigoso e qualquer um estava sujeito às doenças, apesar de, como se afirmou, os passageiros de terceira classe estarem mais suscetíveis a elas. Crianças, adultos, ricos ou pobres eram vítimas em potenciais do beribéri, doença causada pela ausência de vitamina B1, que provocou inúmeras mortes nos séculos XIX e XX. Foi o caso do brasileiro Manoel Belmiro de Sousa, que viajava na primeira classe do vapor “Manaós”, de Manaus para o Ceará, já embarcado naquela cidade “gravemente doente” e vindo a falecer de Beribéri<sup>54</sup>.

As doenças não eram, necessariamente, contraídas nas embarcações. No entanto, a demora e as condições das viagens, principalmente para passageiros de terceira classe, contribuíam para o agravamento das enfermidades que levavam, muitas vezes, ao óbito.

Em *Galhos de cedro*, um ataque de febre durante a viagem acaba por matar, em terra, um jovem libanês, apesar dos cuidados de Nabira. O falecimento acontece no barracão que a personagem dividia com um grupo que com ele viajava:

Sofriam muito, principalmente pela falta de alimentação forte e saudável, à qual estavam habituados. Alguns adoeceram. O rapazinho imberbe teve um febrão e o carinho com que Nabira o tratou [...]. O rapaz imberbe morreu ali mesmo, esvaindo-se em disenteria. (ABOUD apud VIVEIROS, 1992, p. 154-156).

Embora a maioria das vítimas fosse os brasileiros, o que pode ser explicado em parte por serem mais numerosos entre os viajantes, não eram, no entanto, as únicas. Além do jovem libanês cuidado por Nabira, encontram-se, entre os mortos, franceses e portugueses que viajavam em embarcações que passavam pelo Maranhão.

Muitos dos vapores levavam um médico a bordo, mas não é possível afirmar se a presença do médico se dava nos momentos mais críticos (de epidemias) ou se era de praxe. O fato é que, dentre os trinta óbitos encontrados, quatorze foram assistidos por um médico de bordo.

A documentação do porto traz outras informações relevantes. Ela registra, entre os anos de 1885 e 1911, mais de 185 “árabes” embarcando ou desembarcando em São Luís e outras capitais ou ainda em trânsito para cidades no interior do Maranhão. Os números com certeza não refletem a realidade em relação à quantidade de libaneses morando ou transitando

---

<sup>54</sup>Registro do Porto. Movimento do dia. Entrada. 11/04/1900. São atribuídas outras causas-morte aos passageiros, entre elas “síncope cardíaca”, “lesão cardíaca”, impaludismo, inanição, cirrose etc.

pela capital maranhense, o que, nesse período, é impossível de mensurar<sup>55</sup>. Além dos vapores, que eram o principal veículo para entrar e sair do Maranhão, possivelmente muitos utilizavam embarcações menores ou as poucas e precárias estradas; é bem provável, ainda, que alguns viajantes catalogados como se estivessem chegando a São Luís podem ser os mesmos que estão registrados como se tivessem saído ou feito mais de uma viagem no período pesquisado, o que diminuiria o número de “árabes registrados” circulando pelo Maranhão, mas, por outro lado, evidenciaria o intenso trânsito desse grupo.

Outro problema dessa documentação é que não se pode afirmar se os sírios e libaneses registrados naqueles livros eram visitantes, moradores ou imigrantes. As informações contidas ali relacionadas aos passageiros restringiam-se ao nome, à nacionalidade, à data da viagem, ao destino ou à procedência; se viajavam sozinhos ou acompanhados. Mas, definitivamente, a documentação comprova a presença dos passageiros na cidade, embarcando ou desembarcando, e em relativo intercâmbio com outras partes do estado e do país. Entre as cidades do interior do Maranhão, destacam-se, como destino dos imigrantes, Cururupu, Guimarães e Tutoia. Já em relação aos estados, há uma maior relação dos “árabes”, destacando-se Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará, e em menor intensidade o Amazonas e o Rio Grande do Norte.

Uma questão que necessita de maior investigação é descobrir por que em alguns anos não há registros de imigrantes “árabes” embarcando ou desembarcando em São Luís e, em anos seguintes, se registra uma quantidade significativa, voltando a desaparecer os registros. Não há uma ordem ascendente ou descendente em relação à presença libanesa ou síria a partir dessa fonte, o que se vê, como se pode notar a partir das tabelas abaixo, é uma inconstância do fluxo de imigrantes libaneses ou sírios nos registros do porto, justamente em um período em que é denunciada a chegada semanal destes e a sua forte presença no comércio da capital. É o que se lê em um texto de jornal em 1901, no qual um leitor que se posicionava contra a presença libanesa no comércio da cidade reproduz um artigo publicado em uma revista local, a revista do Centro Caxeiral. O autor do artigo conclui que “por sentimentalismo ou indiferentismo, estamos recebendo toda semana pelos Lloyds que entram mais libaneses”. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

Vejam-se os anos em que mais entraram ou saíram libaneses ou sírios do Maranhão:

---

<sup>55</sup> O censo de 1937, que traz dados sobre o estado e a capital, no de 1900 e 1920, apesar de apresentar números sobre a presença de estrangeiros, trabalha com números absolutos não distinguindo a nacionalidade.

TABELA 1  
Procedência e quantidade

ANO	CE	PE	BA	RJ	PA	AM	TOTAL
1885	02	01	-	01	02	-	06
1890	12	04	02	12	03	-	33
1898	-	02	-	-	02	01	05
1902	-	-	-	03	03	-	06
1903	04	06	-	01	03	05	19
1906	01	-	-	-		-	01
1907	02	05	-	09	06	02	24
1908	-	-	-	-	04	01	05
1910	01	-	-	-		-	01
1911	01	-	-	-	03	-	04
TOTAL	23	18	02	26	26	09	103

Fonte: Registro do porto de São Luís-MA.

Os anos com maior número de desembarque coincidem com os de embarque, com exceção de 1906, quando desembarca no porto de São Luís um “árabe” procedente do Ceará e não se registra a saída de nenhum, de 1897 e de 1904, anos que registram o embarque desses estrangeiros com destino a outros estados, sem que nenhum patricio destes chegasse à cidade por aquele porto. A coincidência dos anos pode sugerir que alguns deles seriam os mesmos viajantes, ou seja, parte dos que embarcavam ou desembarcavam na capital maranhense fazia o movimento inverso.

TABELA 2  
Destino e quantidade

ANO	CE	PE	BA	RJ	PA	AM	TOTAL
1885	02	-	-	-	01	-	03
1887	01	-	01	-	-	-	02
1890	09	-	-	01	04	-	14
1898	-	-	-	01	01	-	02
1902	-	-	-		03	-	03
1903	02	03	-	04	02	01	12
1904	-	-	-		02	-	02
1907	04	03	-	05	02	-	14
1908	02	01	01		01	-	05
1910	02	-	-	04	-	-	06
1911	-	01	-	01	-	01	03
TOTAL	22	08	02	16	16	02	66

Fonte: Registro do porto de São Luís/MA.

Os números apontam que entre embarcados e desembarcados, os últimos superaram os primeiros, o que pode sugerir que parte do excedente veio para ficar ou fez a viagem de volta nos anos seguintes. Esses dados podem indicar, ainda, não a chegada ou a saída de imigrantes libaneses e sírios na cidade com o intuito de se fixarem, mas, sim, o deslocamento deles de uma cidade a outra, para tratar de negócios – como compra e venda de mercadorias – de doenças, experimentar novas possibilidades ou realizar passeio.

Para muitos dos sírios e libaneses que se radicaram em São Luís, essa não foi a primeira parada. O senhor João Mouchereck, filho de libanês, conta que seu pai, ao chegar do Líbano, primeiro instalou-se no Piauí, mudando-se para a capital maranhense em função de um convite de um amigo que apontava o lugar como mais vantajoso, pois já tinha um comércio estabelecido. D. Vitória Duailibe<sup>56</sup> afirma que seu pai, antes de decidir viver em São Luís, passou por Minas Gerais, mas o parente que o recebeu não o tratou bem, o que fez com que ele migrasse para São Luís, onde tinha também membros da família: “Ele foi primeiro para Minas Gerais, para [inaudível], lá tinha um parente nosso, mas ele não foi muito bem

<sup>56</sup> Vitória Dualibe, filha de libanês. Depoimento retirado do site Family D. Esse site, financiado por um empresário de São Paulo, Roberto Duailibe, coleta histórias de vida dos Duailibe, conta a história da família e tenta aproximar seus membros. Disponível em: <[http://www.familyd.net/\\_comunidade/acontece.asp?temp=5&id=28](http://www.familyd.net/_comunidade/acontece.asp?temp=5&id=28)>. Acesso em: abril de 2007.

recebido lá e se mandou pra cá. Nós tínhamos parentes aqui, aí foi trabalhar como mascate, de cidade em cidade [...]”

Muitos desses sírios e libaneses podiam escolher ou experimentar novas oportunidades em lugares distintos, pois contavam com uma grande rede de parentes e amigos que os acolhessem e ajudassem.

### **1.3 O mundo do trabalho de sírios (e sírias) e libaneses (e libanesas)**

Muitos dos primeiros viajantes que desembarcaram em terras ludovicenses tiveram como trabalho o ofício de caixeiros viajantes, negociantes ambulantes que, com suas quinquilharias, cruzavam o interior do Maranhão, viajando a pé, de navio ou em lombos de burros. Essa atividade inicial proporcionava um acúmulo de pecúlio mais rápido do que outras atividades, e muitas vezes não necessitavam de nenhum recurso para começar o negócio, trabalhando para terceiros, parentes ou patrícios que entregavam as mercadorias em consignação. Essa facilidade ou essa menor dificuldade em acumular capital pode justificar a escolha majoritária pelo comércio no Brasil como um todo. Apesar de muitos não exercerem a profissão de comerciantes no Líbano ou na Síria, como relata o sr. Alberto Duailibe: no Líbano seu “pai era carpinteiro”. Ou o sr. Rabane, que antes de ser convidado para trabalhar no armarinho de parentes na praça comercial de São Luís, era aprendiz do ofício de alfaiate. A família de Salem também não era comerciante, seu pai possuía uma chácara no Líbano e sustentava a família com a venda de frutas e legumes produzidos na pequena propriedade. Apesar de os exemplos com base nos entrevistados serem facilmente multiplicados<sup>57</sup>, é interessante notar que esses imigrantes quando entravam no Maranhão declaravam-se majoritariamente comerciantes, como se pode notar nos certificados de matrícula do consulado francês, no período de 1921 a 1923, nos quais dos noventa e três imigrantes, setenta e nove se declararam como tal. Mesmo admitindo que muitos dos certificados não sejam de imigrantes de primeira viagem, mas de libaneses e sírios já radicados no Maranhão e que retornavam de viagens ao Líbano ou à Síria, o número ainda é bastante significativo. (74,47%).

Essa relação com o comércio pode ser observada ainda em outras fontes de períodos posteriores, quando a “vocação” para o serviço público e para as profissões liberais

---

<sup>57</sup> A maioria dos autores aponta para esse fato.

ainda não tinham se destacado<sup>58</sup>. Nos registros de pensões e casas de cômodo da cidade de São Luís no período de 1923 a 1942<sup>59</sup>, dos mais de cento e cinquenta registros de “árabes” hospedados em várias casas de cômodo e casas de pensão, apenas oito não se declaravam comerciantes, sendo dois industriais, dois comerciários, um mecânico e três domésticas<sup>60</sup>. Para Siquera (2006), a escolha pelo comércio era porque,

de modo geral, os imigrantes trouxeram muito pouco ou nenhum capital, desse modo o comércio oferecia uma recompensa mais rápida que a agricultura, pois exigia a aquisição de terras e investimentos iniciais. Como a mercadoria para o comércio podia-se obter a crédito e o retorno era mais rápido e lucrativo, essa era uma forma conveniente de se obter capital.

Os primeiros que chegaram trabalharam como mascates, acumulando algum pecúlio que fosse suficiente para abrir seu próprio negócio. Restaurantes, bares, armazéns de secos e molhados e lojas de tecidos eram alguns dos ramos explorados pelos sírios e libaneses. (GATTAZ, 2005). Apesar da preferência por esses ramos do comércio, esses imigrantes participaram ativamente de outras atividades comerciais na cidade de São Luís e no interior, como curtume e loja de couros, como foi o caso dos pais da esposa do sr. Abdon Salem, que “[...] há muito tempo foram para Belém, vieram para o Maranhão, do Maranhão foram para Rosário, lá abriram um curtume, lá no Rosário”<sup>61</sup>. Eles estavam presentes, também, entre os acionistas das indústrias têxteis do Maranhão.

O capital para fundar esses empreendimentos tinha origens variadas, podia ser fruto do acúmulo depois de anos de trabalho para um parente ou patrício, como mascate, ou atrás de um balcão de loja; recursos trazidos do Líbano ou da Síria ou ainda através de empréstimos e facilidades de conterrâneos. Alguns exemplos já foram citados, como o caso de Abdon Salem, que depois de anos trabalhando com o irmão no interior do Maranhão resolveu abrir uma lanchonete de comidas árabes no centro de São Luís, ou o de Michel Rabane, que depois de anos trabalhando como vendedor para os tios tornou-se sócio deles. Alberto Duailibe, rememorando a atividade comercial do pai, Salim, em São Luís, revela as redes de solidariedades que facilitavam a consolidação dos negócios dos libaneses na praça comercial de São Luís:

<sup>58</sup> Esse tema será discutido apropriadamente na última parte deste capítulo.

<sup>59</sup> Não foram encontrados registros anteriores a essa data.

<sup>60</sup> Qualquer quantificação de “árabes” encontrados registrados nessa documentação seria sem relevância. Muitos nomes se repetem ao longo dos meses ou em anos posteriores, são aqueles que passavam mais de um mês hospedados ou então voltavam a se hospedar por mais de uma vez.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem em São Luís, em março de 2007.

Pegou meu irmão que trabalhava com ele já, chamado Jorge: “Jorge vai lá falar com Abraão Seckeff, diz pra ele se ele pode me emprestar uma quantia” que eu não sei o valor “e qual a garantia que eu preciso dar” e o irmão foi falar com Abraão Seckeff, que era o libanês radicado na Rua Grande, tinha uma loja de couro e era uma pessoa bem-sucedida, “rapaz quanto é que o Salim tá precisando, é só isso, tá aqui o dinheiro... olha não tem garantia, não tem nada, Salim é um homem de palavra o que ele precisar, tá à disposição dele”, no dia seguinte papai foi lá, queria assinar uma promissória, ele não aceitou, emprestou o dinheiro, papai pagou a dívida que tinha que pagar<sup>62</sup>.

A exemplo dos entrevistados, nem todos puderam começar com uma “lojinha”, com um ponto comercial fixo, nem contar com a ajuda financeira de patrícios no início de sua vida em São Luís. Muitos tiveram que exercer a atividade primeira do libanês no Brasil, a mascateação, como foi o caso do sr. Salim Duailibe.

Essa profissão era majoritariamente masculina, uma vez que a característica marcante da imigração do trabalho, como é o caso da libanesa, é por ela ser formada em sua maioria por homens solteiros, como esclarece a bibliografia sobre o tema e a documentação referente ao consulado francês e a dos registros do porto. Em *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*, Truzzi (1991) reforça a ideia de que a imigração fora marcada por homens solteiros. Márcia Siqueira, em um artigo intitulado “*Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração sírio-libanesa no Brasil*” (2006) corrobora com a tese de Truzzi (1991), afirmando que “o perfil do imigrante na sua maioria era o adulto, solteiro e do sexo masculino, em geral cristão professante de diferentes igrejas, maronita e grego-ortodoxa”. (SIQUEIRA, 2007).

A documentação do porto de São Luís, apesar de não evidenciar, como foi colocado acima, que os sírios e libaneses registrados eram imigrantes, ou seja, estariam entrando pela primeira vez em São Luís, revela, por sua vez, a presença majoritária de homens viajando sozinhos. Entre os cento e seis registros de viajantes dessa etnia que desembarcaram na capital maranhense, apenas treze são de mulheres e, dentre elas, somente três declararam viajar sozinhas, as outras estavam em companhia do pai ou do marido. As certidões do consulado francês demonstram números semelhantes. Dos noventa e seis “árabes” que chegaram do Líbano e da Síria, apenas dez são mulheres, das quais oito são casadas e duas viúvas. Tomando-se outro conjunto de documentos oficiais, mesmo em período posterior ao estudado aqui, os registros de pensão e casa de cômodos, os números se aproximam. Entre os anos de 1923 e 1940 foram registrados em sete estabelecimentos um

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe em São Luís, em março de 2007.



total de 156 registros de hóspedes “árabes”, sendo que entre eles encontram-se somente quatro mulheres, todas casadas.

Fica claro que as mulheres tiveram um espaço menor (quantitativamente) nesse movimento migratório por se tratar de uma imigração de trabalho. (OSMAN apud SAYD, 2000). Em todas as fontes a que se teve acesso, elas são minoria, aparecendo quase sempre como esposas. Para Gattaz (2005), “o padrão seguido no movimento migratório é o de acompanhamento dos pais, irmãos mais velhos, noivos ou maridos”. Ainda segundo o mesmo autor, os primeiros registros de mulheres que imigraram de forma independente só são encontrados a partir dos anos 1980. É a necessidade dos homens sírios e libaneses que amplia a participação das mulheres no processo migratório (OSMAN, 2006), como passavam o dia na rua mascateando ou atrás dos balcões de lojas, necessitavam de quem cuidasse dos afazeres domésticos, de sua comida, de sua roupa e da casa. Mas ao contrário do que possa parecer, essas mulheres tiveram uma participação extraordinária na história da imigração e na manutenção da família e de tradições, não como coadjuvantes, mas, sim, como sujeitos históricos que participavam ativamente, ou ao lado do marido e filhos ou construindo sua própria história desvinculada da presença masculina.

Essa necessidade masculina fez com que muitos dos homens libaneses e sírios voltassem à terra natal para casar-se e, depois, retornassem ao Brasil, outros preferiam as filhas ou irmãs dos patrícios ou descendentes que aqui habitavam. Salim, pai de Alberto Duailibe, um dos colaboradores deste trabalho, foi um dos que preferiram buscar sua companheira no Líbano. Depois de alguns anos trabalhando, “sentiu a necessidade de casar”. Economicamente independente e estabilizado, decidiu voltar ao Líbano para procurar uma esposa, convencendo o pai de que chegara o momento de casar-se. O pai de Salim prontamente solucionou o problema: “vamos assistir uma procissão, aí que vai passar muitas moças, tu olha uma”<sup>63</sup>. Escolhida a moça, o próximo passo era conhecer a família e comunicar sua intenção. Foi à casa da pretendida, apresentou-se com suas devidas credenciais (a qual família pertencia) e em pouco tempo casaram-se e retornaram a São Luís. O pai de Henry Duailibe também se casou no Líbano, com uma prima, logo depois que se sentiu seguro financeiramente. Abdon Salem, por sua vez, procurou sua esposa no Maranhão, filha de pai e mãe libaneses. Abdon conta que teve que insistir muito para conquistá-la, a futura esposa não se agradara muito do pretendente, obrigando-o a várias investidas.

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe em São Luís, em março de 2007.

A escolha por patrícias pode estar relacionada à dificuldade, no início da imigração, de encontrar moças nativas interessadas em casar-se com aqueles estrangeiros ou a uma referência cultural relacionada à língua, à culinária, à mesma aldeia ou região de origem. Inácio Abdulkader (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998) relembra que em 1920, quando ficou sócio do Clube Paulistano, em São Paulo, por ser “turco”, as meninas não dançavam com ele. Pode ter havido realmente uma resistência por parte das moças e das famílias em relação àqueles estrangeiros, diferentes na língua e nas feições, bem como hábitos alimentares. Muitos preferiam as patrícias por terem a certeza de que seriam boas esposas; a família e o exemplo da mãe serviam de referência na hora de escolher. Essa prática foi se perdendo ao longo do tempo, possivelmente em função da relação mulheres/homens ser desfavorável aos homens ou pela maior integração do elemento sírio e libanês na sociedade, que contribuía na diminuição do preconceito e também por muitos terem se tornado “bons partidos”, indivíduos bem-sucedidos economicamente. Ainda hoje se vê descendentes de sírios e libaneses buscarem suas esposas na Síria e no Líbano.

A viagem de retorno ao Líbano para a escolha de uma noiva, empreendida pelos imigrantes bem-sucedidos, marcou as duas primeiras fases da imigração libanesa, quando a quantidade de mulheres imigrantes era muito baixa em relação à de homens e não havia muitas descendentes disponíveis na colônia. Com o passar do tempo, o padrão predominante para a imigração feminina tornou-se o acompanhamento dos pais e irmãos mais velhos, embora até a década de 1990 registrem-se casos de imigrantes libaneses ou seus filhos que indo ao Líbano a passeio ou a trabalho, acabam por casar-se com jovens libanesas da mesma aldeia. (GATTAZ, 2005).

Em São Luís, o descendente de libaneses Faïçal Saad Maluf foi ao Líbano em 1990 e encontrou sua esposa, na cidade de Furzol, local de origem da família do seu pai. Em uma viagem em busca de suas raízes, Faïçal conheceu sua prima Zeina. Sem falar árabe, inglês ou francês, línguas dominadas pela futura esposa, pediu a um amigo que escrevia em inglês que redigisse cartas para a pretendida. Retornou mais duas vezes, uma para noivar e outra para casar. Hoje vivem em São Luís<sup>64</sup>.

Essas mulheres, esposas, irmãs, tias ou sobrinhas tinham, muitas vezes, sua função primeira, a de doméstica, ultrapassada. No comércio, essas mulheres exerciam a função de vendedoras, muitas delas compartilhavam essas tarefas desde cedo com os outros membros da família. (SIQUEIRA, 2006). Apesar de o mundo do trabalho sírio e libanês ser fortemente marcado pela presença masculina, o trabalho feminino era facilmente notado na

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Faïçal Saad Maluf em São Luís, em março de 2007.

cidade. Vendendo suas mercadorias em lojas da família ou no meio da rua, essas mulheres imprimiam sua presença no cotidiano do trabalho nas ruas de São Luís, como informa um jornal local: “Duas mulheres árabes, que andam vendendo, pelas ruas, fazendas e miudezas, já estavam, às 10 horas do dia entregues a seu modo de vida [...]”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 31/05/1902).

Alberto Duailibe<sup>65</sup> recorda, em seu depoimento, a informação passada por seu irmão João, que escrevia um livro sobre a saga libanesa no Maranhão, não tendo terminado devido a seu falecimento. Lembra que Antonio dissera que a presença das mulheres libanesas vendendo suas mercadorias na rua causou grande indignação em parte da sociedade maranhense nas primeiras décadas do século XX.

Nabira, antes de chegar a São Luís, também começou vendendo quinquilharias pelas ruas de São Paulo: “Um dia viu-se com algum dinheiro. Comprou quinquilharias – pentes, grampos, latas de talco e de pomada cheirosa para cabelos de negro. Pôs tudo num tabuleiro e foi vendê-los numa das esquinas de São Paulo”. (ABOUD apud VIVEIROS, 1992). Outro espaço privilegiado para se vislumbrar as mulheres em atividade fora do lar são as agremiações, onde grupos se reuniam para festas, casamentos e atividades beneficentes. No Maranhão, os libaneses nunca constituíram grandes agremiações, com exceção da Sociedade Libanesa Feminina fundada em 1933 e existente até hoje. Essas entidades beneficentes junto aos clubes tiveram seu auge entre as décadas de 1920 e 1950, quando se reproduziram em grande quantidade pelas capitais brasileiras. (GATTAZ, 2005).

Gattaz (2005) analisa a presença dos clubes como locais de sociabilidade, onde a cultura original era revivida e mantida. Pode-se pensar algo semelhante para a Associação Feminina Libanesa, que no dia de sua inauguração contou com a presença de um “jovem orador, José Citta, que proferiu um belo discurso em língua árabe<sup>66</sup>”. Mas apesar de essa associação congregar mulheres (libanesas, descendentes e esposas brasileiras) ligadas de alguma forma à cultura libanesa e contar, esporadicamente, pelo menos nas primeiras reuniões, com a presença de homens que discursavam em árabe, não era objetivo daquela entidade a conservação da cultura libanesa na cidade de São Luís. Na segunda reunião, ficava determinada a função da Sociedade, “que era ajudar os pobres” e “auxiliar as sócias que necessitassem de ajuda<sup>67</sup>”. Durante toda a década de 1930, as sócias buscaram angariar

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe em São Luís, em março de 2007.

<sup>66</sup> Ata da fundação da Sociedade Libanesa Feminina, em 03 de outubro de 1933.

<sup>67</sup> Ata da fundação da Sociedade Libanesa Feminina, em 03 de outubro de 1933.

donativos para instituições que necessitavam de ajuda, como a Santa Casa e o Asilo de Mendicidade, bem como fazer esporádicas doações a necessitados, libaneses ou não.

Nenhum outro clube, associação ou similar progrediu ou teve expressão social igual à Sociedade Libanesa Feminina, apesar da existência de outras agremiações, como o Sport Club Syrio-brasileiro, a Sociedade Libanesa Masculina<sup>68</sup> ou a Jovem Síria.

Truzzi (1997), quando analisa o papel das associações beneficentes em São Paulo, restringe seu papel ao mero exercício de filantropia, ou ainda a um lugar onde as mulheres abastadas podiam exercer outras funções além daquelas do lar, já que para muitas o trabalho fora de casa ou os estudos não eram aceitos por seus pares.

Se for verdade que essas agremiações contavam com a participação de mulheres abastadas que não podiam trabalhar e estudar, é também verdade que entre as sócias da Sociedade Libanesa Feminina estavam mulheres que trabalhavam e progrediram economicamente sem a ajuda de maridos ou irmãos, como é o caso da senhora Chames Aboud, a inspiradora da personagem Nabira do romance de Conceição Aboud. Essa senhora, que começou a vida mascateando e depois de alguns anos de trabalho abriu a Casa Otomana – loja bastante conhecida na cidade, que nos anos seguintes expandiu seus interesses para outros ramos de negócios, comprando em 1933 a indústria de tecidos Santa Isabel (FRANÇA, 1990) –, pôde ser vista participando das reuniões durante a década de 1930. Ainda na mesma década, a participação de jovens libanesas e descendentes nessa sociedade é estimulada com a fundação de uma subseção, com direito à presidência<sup>69</sup>, em uma tentativa de atrair mais sócias e engajar as demais jovens na sociedade.

#### **1.4 Comércio, educação e preconceito**

A existência de uma tensão com parte da sociedade ludovicence pode justificar a escolha de muitos dos filhos de imigrante pelas profissões liberais, apresentando-se como uma alternativa de ascensão socioeconômica. Truzzi (1997) analisa a inserção de imigrante sírio e libanês nas profissões liberais em São Paulo e conclui que sua participação nos bancos das universidades foi modesta até 1930, aumentando consideravelmente a partir desse momento. Se comparada a outros grupos étnicos que numericamente eram maiores, o número de descendentes de sírios e libaneses foi bastante elevado.

---

<sup>68</sup> Ata da Sociedade Libanesa Feminina, 29 de julho de 1938. Não foi possível encontrar nenhum documento dessas entidades até o momento.

<sup>69</sup> Ata da Sociedade Libanesa Feminina, 16 de dezembro de 1938.

O levantamento dos descendentes de origem estrangeira nas três faculdades de São Paulo, formadoras da elite das profissões liberais (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica) entre 1880 e 1950, levantamentos parciais e outras indicações coletadas junto ao Mackenzie e a Escola de Comércio Álvares Penteado não deixam dúvidas quanto ao notável avanço da etnia na conquista de posições nesse mercado. (TRUZZI, 1997, p. 123).

A educação superior era um “valor a ser perseguido” pelos sírios e libaneses que procuravam investir na educação da maioria dos filhos (TRUZZI, 1997), estimulando-os a seguir a carreira para a qual se prepararam e desestimulando-os, muitas vezes, a ficar no ramo do comércio, onde geralmente permanecia o mais velho<sup>70</sup>. Alberto Dauilibe e seus irmãos são exemplos do que a educação superior representava para os pais:

Como eu disse no início, são doze filhos, pra todos ele deu condição de estudar, estudar o que quisesse, tanto é que minha irmã mais velha não é o caso ela era doméstica, o José trabalhava com ele, o Jorge trabalhava com ele, os outros todos estudaram, um dos mais velhos, Alfredo, foi médico, tá vivo até hoje, um médico bem conceituado aqui e estudou fora, antigamente não tinha faculdade aqui... o outro, Antonio, estudou medicina no Rio de Janeiro<sup>71</sup>.

O sr. Mouchereck<sup>72</sup>, um descendente de libanês de noventa e sete anos que trabalhou cinquenta no comércio, fala orgulhoso de ter formado seus quatro filhos, com muito trabalho em lojas e escritórios de indústrias em São Luís. Esse discurso está presente em todos os entrevistados que conseguiram formar seus filhos ou cujos pais fizeram o mesmo. A valorização da educação, o orgulho de ter filhos formados, mas acima de tudo bem-sucedidos, era garantia de que não passariam pelo que os pais passaram.

Para Truzzi (1991), os motivos para essa valorização da educação estariam relacionados:

A influência ocidental de instituições de ensino fundadas por missões estrangeiras, sobretudo no Líbano e a rápida ascensão econômica propiciada pela trajetória explorada no tópico anterior: mascate/pequeno comércio/comércio por atacado/indústria.

Durante o domínio francês, escolas e universidades de missões religiosas francesas instalaram-se no Líbano e impuseram uma educação aos moldes europeus. Essa “tradição” escolar e acadêmica justificaria a insistência dos imigrantes sírios e libaneses em

<sup>70</sup> Para Truzzi (1997), não é regra, porém os negócios mais patrimoniados exigiam que pelo menos um dos filhos não estudasse ou conciliasse as duas atividades.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Alberto Dauilibe em São Luís, em março de 2007.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por João Mouchereck em São Luís, em abril de 2007

formar seus filhos, além disso, o autor aponta a rápida ascensão econômica de parte do grupo como facilitador do investimento em educação.

Além dos motivos colocados por Truzzi (1991) para essa “difusão da educação profissional como valor a ser perseguido”, poderia sugerir outro, partindo de um questionamento: se o comércio era tão vantajoso, se havia transformado alguns mascates em comerciantes e outros em industriais<sup>73</sup>, por que investir em educação superior, em profissões que não tinham relação com o comércio?

Esse mesmo autor indica um terceiro viés de análise: a formação superior pouparia os filhos do duro trabalho no comércio. Os pais, muitas vezes mascates, donos de lojas ou funcionários de balcões, pareciam não querer isso para os filhos, pois o trabalho vinculado ao comércio não parecia recompensador o suficiente para muitos: “Muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que conseguiram estabelecer-se como lojistas não queriam para os filhos os sofrimentos de uma atividade que no início lhes fora muito dura”. (TRUZZI, 1997).

Na visão de um filho de mascate e comerciante, como Alberto Duailibe, era “o trabalho duro, a incerteza<sup>74</sup>” do comércio que compelia o libanês a estimular os filhos a seguirem outros caminhos. O trabalho de mascate exigia longas caminhadas e parcos lucros, o comércio estabelecido, por sua vez, era muitas vezes incerto, arriscado e cansativo devido às viagens que precisavam ser feitas para a compra e venda de mercadorias e as longas jornadas atrás dos balcões. Segundo Abdon Salem, assim que chegou à cidade de Codó, no interior do Maranhão, trabalhava na “mercearia” do irmão Nabi, pesquisando e colocando os preços nas mercadorias enquanto seu irmão viajava pelo interior<sup>75</sup>. O pai do sr. Antonio Santos, comerciante que se estabeleceu no interior do Maranhão, na cidade de Arari, no início do século XX, viajava sempre para o Rio de Janeiro para fazer compras: “Comprava aqui, quando ele já está adaptado, ele fazia compra no Rio, nesses navios [inaudível], passava quinze dias de ida quinze dias de volta, trazia mercadoria, daqui botava em lancha e barco para Arari<sup>76</sup>”.

---

<sup>73</sup> A bibliografia que trata da imigração síria e libanesa para o Brasil tanto em nível local quanto nacional quase que unanimemente exalta a imigração como positiva, devido ao sucesso econômico de muitos sírios e libaneses nos ramos comercial e industrial. Esse tema e o mito do imigrante do libanês bem-sucedido será discutido no capítulo II.

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe, em São Luís, em março de 2007.

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Abdon Salem, em São Luís, em março de 2007.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Antonio Santos, em São Luís, em julho de 2007.

A tentativa de melhorar de vida obrigava-os a arriscar investir em produtos que nem sempre traziam os resultados esperados. O pai do sr. Alberto Duailibe e seu irmão, depois de mascatearem pelo interior do Maranhão, resolveram abandonar essa dura vida investindo seu dinheiro em farinha:

Papai com o irmão, tio Miguel, eles dois foram para o interior mascatear e numa certa ocasião acharam o negócio não estava rendendo muito e resolveram se transferir pra cá. O interessante é o que eles tinham conseguido amealhar com o trabalho, eles resolveram investir em farinha, trouxeram pra cá e tiveram um prejuízo danado e papai, bom “mascate nunca mais”<sup>77</sup>.

Outro aspecto que pode ser considerado é o preconceito com o comerciante sírio e libanês, taxado de ladrão, por sonegador de impostos e ludibriar seus clientes. Essas características atribuídas por parte da sociedade marcaram negativamente a profissão de comerciante para sírios e libaneses. Apesar de trazer fortuna para muitos, o comércio foi um fardo duro de carregar diante do preconceito e do ressentimento de parte daqueles que outrora controlavam o comércio local: “[...] o quanto vale a decantada imigração árabe para esta terra, o seu modo de negociar, de forma a prejudicar o comércio sério e honesto desta praça [de São Luís]”. (A PACOTILHA, 31/01/1900).

Esse preconceito contra os sírios e os libaneses, especialmente com os que abraçaram o comércio como meio de sobrevivência, pode ser percebido dentro de uma outra proposta de análise: a tensão existente entre esses dois grupos que dominavam o comércio: os libaneses e sírios de um lado e os nacionais do outro. Se são notáveis as críticas ao elemento sírio e libanês pelos nacionais, podem-se também perceber críticas em sentido inverso, que apesar de menos explícitas ficam evidentes. Rabane, quando se refere ao elemento nativo e o compara com seus patrícios, chega à conclusão de que “os maranhenses são preguiçosos, enquanto os libaneses gostam de trabalhar duro”<sup>78</sup>.

Mas a campanha contra os libaneses e sírios era bastante evidente no início do século XX, os jornais *A Pacotilha* e o *Diário do Maranhão* trazem rotineiramente artigos produzidos por leitores que se posicionam contra ou a favor da presença síria e libanesa na praça comercial de São Luís. Apesar de criticá-los por sua “língua feia” ou seu modo de viver (A PACOTILHA, 12/03/1902), esses argumentos estão sempre embutidos na questão do comércio. No jornal *A Pacotilha* de 08 de janeiro de 1900, um leitor que assina como Al Arab critica a presença dos “sírios” no comércio da cidade de São Luís, exigindo dos poderes públicos o fim da participação dessa etnia no comércio local. O autor da crítica considera que

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Alberto Duailibe, em São Luís, em março de 2007.

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Michel Rabane, em São Luís, em 11 de novembro de 2005.

os outros comerciantes não podiam concorrer com os “sírios”, que obtinham suas mercadorias “sem pagamento de impostos a que estão sujeitas o que seria contrabando; ou ainda lhes iludindo sempre a boa fé dos compradores, falso nome, falsa qualidade o que seria o estelionato”. (A PACOTILHA, de janeiro de 1900).

Em outro artigo no mesmo jornal, o autor, que não se identifica, os chama de elementos extremamente perniciosos e diz que se permitirem que continuem na cidade eles devorarão o comércio local. (A PACOTILHA, 17/04/1900).

Essa reação nada amistosa por parte dos nacionais não é um “privilégio” da sociedade local. Boris Fausto, citando Jean Delumeau, chama a atenção para a ojeriza dos nativos em relação ao estrangeiro:

[...] apesar de os relatos de viagem durante a Idade Média e o Renascimento constituírem uma atração extraordinária, a massa da população tinha relativamente ao estrangeiro, no seu dia a dia uma atitude muito restritiva. Daí a hostilidade contra os de fora [...]. (FAUSTO, 1998, p. 20).

A campanha contra os “sírios” é revertida em um debate que envolveu dois grupos que se digladiaram durante pelo menos dois anos (janeiro de 1900 e março de 1902) nos jornais *Diário do Maranhão* e *A Pacotilha*. De um lado, os que acusam os “sírios” de “roubos”, “falcatruas”, chamando-os de “criminosos”, exigindo providências do governo local, e apelando “para os poderes públicos, pedindo uma lei proibitiva, no intuito de impedir o comércio deste ou daquele estrangeiro.” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 07/02/1900). De outro lado, havia aqueles que os defendiam, também anonimamente.

No artigo supracitado, apesar de se referir de modo vago à presença “destes ou daqueles estrangeiros”, trata sobre os “sírios”. O texto faz parte de um amplo debate, conforme já citamos, no qual o alvo não é o estrangeiro, mas sim os “sírios”, ou melhor, o comerciante sírio e libanês. Na cidade, apesar de contar com um baixo contingente de estrangeiros se comparada a outras capitais, era possível notar, a partir da documentação pesquisada, a presença de estrangeiros de várias nacionalidades circulando pela capital ou mesmo estabelecida formalmente<sup>79</sup>.

Truzzi (1997) afirma que os mais incomodados com a ascensão dos sírios e libaneses em São Paulo eram os membros de uma elite comercial decadente, principalmente os portugueses, que tiveram de ser deslocados de suas funções e espaços para dar lugar aos comerciantes sírios e libaneses. Não há evidências para afirmar se a campanha foi promovida

<sup>79</sup> Para os primeiros vinte anos do século XX, foram encontradas referências à lavanderia chinesa, padaria de propriedade de um francês, comércio de secos e molhados de portugueses, ingleses ou descendentes.



por comerciantes portugueses residentes em São Luís, mas tendo ou não a participação deles na campanha contra os “sírios”, movida no início do século XX, o fato é que essa campanha, além de pedir providências do governo para inibir a participação da etnia no comércio local, lançou mão de outro expediente: tentativa de mobilizar a população, pedindo para que não comprassem nada desses comerciantes, emitindo circulares para as cidades do interior do estado com o mesmo objetivo. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 03/02/1900).

Em São Paulo, campanha semelhante foi promovida por italianos, que vendo seus negócios de venda de tecidos minguaem, chamavam o público para não adquirir mercadoria dos libaneses e sírios, conseguindo até mesmo que uma fábrica de tecidos italiana não vendesse a esses comerciantes. (TRUZZI, 1997). As campanhas em São Paulo, assim como as realizadas em São Luís, fracassaram.

Como já dito, se existiam críticos, havia também quem se propunha a defendê-los, usando para isso pseudônimos. Plínio, Epaminondas, Justus e Golias rebatiam as críticas e acusavam os desafetos dos sírios e libaneses de moverem tal campanha por interesse na permanência do controle do comércio da capital e que “homens de certa ordem têm posto seus serviços intelectuais a disposição d’esse grupo, com a mira na gorda gorjeta com que lhes acenão.” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 01/02/1900).

Epaminondas, em artigo denominado “questão vigente I”, publicado no jornal *Diário do Maranhão*, defende a presença e a livre escolha pela profissão de comerciante dos “sírios”:

Ao chegar ao Brasil, e ao pisar o solo desta terra, cuja hospitalidade tornou-se proverbial, o estrangeiro sério e honesto, que traz a intenção de fixar sua residência por cá, tem o direito de aplicar-se a qualquer ramo de atividade humana, escolhendo este ou aquele meio de vida, escolhendo livremente a profissão para a qual estiver habilitado. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 11/12/1900).

A defesa toca em outro ponto, o da honestidade dos “sírios”, negada veementemente por seus detratores. O autor procura exaltar as qualidades desses estrangeiros, caracterizando-os como sérios e honestos, indivíduos que procuram o Brasil para exercer a atividade comercial pautada nessas qualidades<sup>80</sup>.

Embora os jornais do início do século mostrem as tensões entre os grupos que tinham interesse no comércio da capital e de alguns interiores, não se pode dizer o mesmo dos depoimentos dos entrevistados para essa pesquisa.

---

<sup>80</sup> Esse tema será devidamente discutido no capítulo 2.

Nas entrevistas realizadas, é quase unânime a negação de qualquer preconceito dos nativos contra os sírios e libaneses. Todos os entrevistados afirmam as relações cordiais e citam exemplos de solidariedade e de amizade para comprovar tal afirmação. Muchereck recorda que suas relações com os nativos em São Luís sempre foram muito boas, tendo inclusive muito mais amigos brasileiros que libaneses e descendentes. Para Alberto Duailibe também não havia preconceito. Esse militar da reserva reafirma as relações de cordialidade e amizade lembrando a relação entre seu pai e um grande comerciante da praça comercial de São Luís:

No começo da vida dele, ele fez amizade com um senhor chamada Emílio Lisboa, que era um cidadão muito rico, dono de muitas propriedades, inclusive ele tinha um “shopping”, cheio de mercadorias importadas na Rua Afonso Pena e esse senhor gostava muito de papai e ofereceu pra ele uma lojinha, pra papai iniciar o comércio<sup>81</sup>.

Mas essas tensões, apesar de negadas, existiam e puderam se deixar revelar sutilmente, quando fugiam ao controle do entrevistado que preferia representar suas relações com os maranhenses de forma amigável e cordial. Dois fragmentos de depoimentos, um de Henry Duailibe e outro de Michel Rabane, podem dar visibilidade a essas tensões que se pretendia camuflar. O primeiro, apesar de negar qualquer dificuldade em se relacionar com os nacionais, quando fala das relações familiares, do convívio com o pai e a mãe, lembra que o “pai não queria ensinar a língua [árabe], depois a gente foi saber por que, por causa disso, para não ser chamado de carcamano”.<sup>82</sup>

A referência à língua árabe como “feia” e inapropriada pode ser percebida em várias ocasiões no tempo e no espaço. Truzzi (1997) cita dois exemplos. Em um deles reproduz um trecho do livro de Alfredo Eliis Jr., *Populações paulistas*, no qual o autor se refere aos indivíduos desse grupo como homens “abundantemente servido por pellos, falando idioma muito gutural e incompreensível”. Outro exemplo, retirado da obra *Oeste paulista*, de A. Tavares de Almeida, é o de um vereador da cidade de São José do Rio Preto, Porfírio de Alcântara Pimentel, que em 1906 apresentou um projeto sugerindo que “todos os turcos que fallar na língua turca perto de um brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na boca do cofre municipal”.

<sup>81</sup> Alberto Duailibe. Depoimento concedido em São Luís, em março de 2007.

<sup>82</sup> Henri Duailibe. Depoimento concedido, em São Luís, em março de 2007.

Em São Luís, o vereador Firmino Saraiva afirmou em artigo que o “sírio [...] não se liga com o indígena, fala uma língua arrevesada e feia [...]”. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

No sentido inverso, o pensamento expresso pelo sr. Rabane que coloca os maranhenses como preguiçosos<sup>83</sup> poderia ser compartilhado por seus patrícios, o que pode ser lido como indício de hostilidade e atitude preconceituosa.

A visão de Rabane está inserida em uma representação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, maranhense, do final do século XIX e início do XX, quando a discussão da importação de trabalhadores europeus ganhou fôlego. Nos grandes centros econômicos do Sudeste brasileiro, a tônica do discurso era a da necessidade de trazer imigrantes para trabalhar na lavoura, pois o ex-escravo não estava apto para esse trabalho na condição de livre, e preferia as cidades ao campo. O Maranhão não estava à margem dessa discussão. Desde meados do século XIX, tentava-se trazer europeus para trabalhar, mas também para civilizar e servir de exemplo para o caboclo. As tentativas, porém, foram frustradas<sup>84</sup>.

A falta de aplicação de recursos por parte do governo local, o lugar pouco atraente devido ao clima quente, as constantes epidemias que assolavam a população e a economia debilitada tornavam o Maranhão pouco atraente para o imigrante europeu. Os poucos magotes que chegaram, acabaram não atendendo às expectativas dos seus defensores, que viam na presença desses elementos a oportunidade de civilizar e de fazer com que o caboclo, seguindo o exemplo do europeu, se afeiçoasse ao trabalho. Por volta de 1850, chegou o maior contingente de imigrantes portugueses. Parte destes foi recrutada para trabalhar na construção do Canal do Arapapai<sup>85</sup>, porém as reclamações eram constantes por parte das autoridades que se queixavam das faltas e da possível simulação de doenças, além da fuga do trabalho, desmontando toda a expectativa dos defensores do trabalhador europeu como laborioso.

Muitos desses imigrantes, principalmente portugueses, já que havia uma predileção por estes devido à língua, à religião e ao fato de virem de uma monarquia, deixaram de trabalhar em fazendas e em outras atividades que exigiam um patrão e migraram para a atividade comercial. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 01/01/1900).

Já para os nacionais, havia toda uma mitologia, impressões em torno do Oriente, uma representação forjada pelo ocidente europeu. (SAID, 1990). As impressões sobre esses

<sup>83</sup> Depoimento concedido por Michel Rabane, em São Luís, em de novembro de 2005.

<sup>84</sup> Para uma melhor compreensão dessa discussão no Maranhão, ver a dissertação de mestrado da profa. Regina Faria, *O trabalho nos tópicos: propostas e realizações*. Recife, 2001. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>85</sup> Obra que pretendia ligar o porto da ilha de São Luís ao continente, objetivando evitar que as embarcações passassem pelo Boqueirão, lugar de forte correnteza, famoso até hoje por afundar embarcações.

árabes eram muitas vezes pura fantasia, criada a partir dos seus hábitos. No interior de São Paulo, algumas pessoas acreditavam que aqueles homens de “fala estranha” que vendiam quinquilharias de porta em porta comiam crianças. (GREIB; MALUF; MATAR, 1998).

Em São Luís, o preconceito se materializava, por exemplo, na expressão utilizada para se referir aos sírios e libaneses como *carcamanos*, ainda bastante utilizada, além da *chacota* com os nomes diferentes e na crítica à língua<sup>86</sup>.

Em um processo crime<sup>87</sup>, o libanês Filipe Aboud foi acusado de agredir um nativo, moleiro, que cobrava um serviço feito para ele. Alexandre Aboud, irmão do acusado, em seu depoimento, declarou que o dito moleiro, depois de discutir com o tio e com Filipe, chamou o último de “*carcamano besta*”, numa tentativa de ofendê-lo. Por isso, foi colocado para fora do estabelecimento. Cantídio, a vítima, armou-se com um pedaço de pau e partiu para o interior da loja novamente, e no caminho foi desarmado por um ou mais patrícios do libanês Aboud. Desarmado, foi espancado pelo acusado.

O desenrolar do processo é bastante interessante quando se percebe que no conjunto de testemunhas arroladas, três brasileiros (comerciantes) e um português tentam desacreditar a versão apresentada pelo libanês: a de que o moleiro estava bêbado.

Alguns elementos dessa breve descrição do processo devem ser observados. Primeiramente, é o uso do termo “*carcamano*” pelo moleiro Cantídio, expressão depreciativa, ainda em uso atualmente, para ofender o libanês. O moleiro poderia tê-lo xingado de qualquer coisa, mas para ele, o que de mais ofensivo poderia ser dito a seu devedor era chamá-lo de “*carcamano besta*”, ou seja, ladrão, mau pagador. Segundo, o moleiro, na tentativa de agredir seu desafeto, foi desarmado por um ou mais patrícios que assistiam ao desenrolar da confusão. É possível perceber pelas fontes<sup>88</sup> que o centro era o local privilegiado de seu comércio e/ou moradia, logo, a existência de patrícios próximo ao local não é estranha. Um indivíduo chamado Zacarias que aparece em alguns dos depoimentos, declarado por alguns como “sírio”, teria sido um dos que desarmaram o moleiro.

---

<sup>86</sup> “A fala gutural e o fato de comerem carne crua muitas vezes se traduziam em formas de não aceitação fora do grupo a que pertenciam. A pronúncia de algumas palavras (as letras *p* e *v* não existem no alfabeto árabe e o *g* é pronunciado como *c*: *brimo* por *primo*, *fale* por *vale*) e as dificuldades em distinguir o feminino do masculino tornaram-se, muitas vezes, motivo de *chacota* e *piada*”. (CABREIRA, 2001).

<sup>87</sup> As três denúncias crime e o inquérito policial encontrados que envolvem libaneses trazem informações dos “árabes” referentes a suas idades (dos indivíduos envolvidos), seu local de moradia, das relações de convivência entre “árabes” e entre estes e os nativos. Com relação à denúncia crime (1903) citada, a questão toma contornos étnicos para o moleiro Cantídio, quando reclama, segundo o depoimento do comerciante português, de não contar com a ajuda de nenhum brasileiro.

<sup>88</sup> Nos Certificados de matrícula dos quarenta e quatro indivíduos que declararam seu destino a cidade de São Luís, vinte e um apontam ruas do centro como seu endereço na cidade. Muitos dos documentos não têm declarado o endereço, somente “São Luís” ou “Maranhão”.

A solidariedade do grupo assim aparece, formando redes de proteção não só econômica, como se viu no caso do sr. Salim Duailibe, que precisou de dinheiro emprestado e foi prontamente atendido pelo sr. Sekeff, mas também como no caso de uso de força contra um patrício. A própria vítima teria se queixado a uma das testemunhas da falta de apoio dos brasileiros, que mesmo o vendo naquela situação, não o ajudaram.

Pode-se, finalmente, analisar, sobre o caso, a posição que as testemunhas tomam diante do acontecido. Das cinco testemunhas arroladas, duas desmentem categoricamente os libaneses em relação ao estado de embriaguez da vítima. As outras três, com exceção de um artista dramático português, teriam deposto favoravelmente a Cantídio.

Há certamente um preconceito impregnado na sociedade maranhense em relação aos sírios e libaneses. Poucos exemplos coletados em entrevistas dão conta disso. D. Sarah Santos<sup>89</sup>, filha de libanês, conta que seu pai, o sr. Charut, devido à insistência dos nativos em chamá-lo de “charuto”, provavelmente por maldade, decidiu trocar de nome, passando a atender pelo sobrenome de Santos. Em janeiro de 1900, Golias, um dos que escreviam em defesa dos sírios e libaneses nos jornais locais, critica Sansão, que junto com Al Arab encabeçavam os ataques a esses imigrantes, por “está em completo estado de cegueira, pois não pode tolerar que os syrios tenham nomes feios e diferentes dos nossos”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 15/01/1900). Henry Duailibe, comentando a pronúncia de um sobrenome de uma família libanesa em São Luís, diz que “antes era Azar, depois que se formaram botaram um acento no A”, mudando a pronúncia, provavelmente pelas chacotas que o nome podia proporcionar.

Em outros depoimentos (Duailibe, Rabane, Mouchereck, Salem), há uma dificuldade em se realçar esse preconceito, pois os entrevistados fazem questão de afirmar que se davam muito bem com os nacionais, que não sofriam nenhum tipo de discriminação.

Cabreira (2001), em sua pesquisa sobre cultura e identidade dos libaneses em São Paulo, também identificou a dificuldade dos libaneses em admitir que sofriam preconceito e esse é um dado importante de se apreender. Portelli (1996), quando analisa a questão da subjetividade nos depoimentos orais, chama a atenção daqueles que pretendem trabalhar com a oralidade para que não se superestime as informações dadas em relação aos fatos propriamente ditos e subestime a subjetividade dos entrevistados. Como bem coloca o autor, todo entrevistado “não aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos”, cada narração está carregada de subjetividade, onde as pessoas “atribuem o significado à própria experiência

---

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Sarah Santos, em São Luís, em outubro de 2005.

e à identidade”. Entende-se que quando esses imigrantes negam qualquer preconceito em relação a eles, pode-se concluir ser esta uma forma de se valorizar, colocando-se como muito bem-aceitos pelos moradores locais e criando uma identidade positiva e valorizativa de si próprio e da imigração. Os imigrantes e descendentes têm dificuldades em admitir preconceitos sofridos por eles durante sua jornada de vida, buscando, assim, construir sua própria versão dos fatos, mascarando a realidade.

Se por um lado percebe-se um preconceito latente por parte dos ludovicenses, membros da elite ou das classes menos abastadas, nota-se que outros souberam tirar vantagem da ocasião e revertê-la em benefício próprio, como a Senhora Chames Aboud, que fundou a loja “Casa Otomana”. A denominação “turco” (otomano) atribuída aos sírios e libaneses é definitivamente rechaçada pela comunidade no Brasil e provavelmente em todos os lugares onde insistentemente, por desconhecimento ou preconceito, os chamavam assim. A astúcia da sra. Aboud em usar o termo “otomano” trazia vantagens imediatas, como a facilidade de associar a figura da proprietária ou das mercadorias que disponibilizava ao estabelecimento. A tática parece ter funcionado, pois além da aquisição da fábrica de tecidos, os Aboud se tornaram proprietários de usina de descaroçar algodão, fábrica de óleo, sabão e pilar arroz. (VIVEIROS, 1992).

O uso dessas bricolagens em um lugar onde constantemente sofriam algum tipo de discriminação ou preconceito foi reproduzido pela comunidade em questão. Doações de bustos de figuras importantes que davam nome a praças públicas, além de caridade e contribuição “para abertura de estradas e limpeza do que atualmente existe” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 15/01/1900), foram algumas das ações que marcaram a existência da comunidade sírio-libanesa nas primeiras décadas do século XX.

Para os sírios e libaneses que decidiram imigrar para o Brasil e que tiveram como destino o Maranhão, mais especificamente a cidade de São Luís, a trajetória foi marcada por grandes desafios, desde a decisão de migrar até uma inserção definitiva na sociedade ludovicence. As escolhas feitas por muitos deles tiveram resultado extremamente positivo, seja visto individualmente, seja coletivamente. A imigração síria e libanesa foi um sucesso, assim como a imigração de modo geral. Sendo hoje vistos como homens e mulheres de sucesso, os libaneses e libanesas, sírios e sírias contam a seu favor com uma visão que faz parte do senso comum na cidade de São Luís, de que todos são bem-sucedidos, corroborando com a representação construída por eles para eles mesmos. Mas será que todos prosperaram e que o sucesso libanês pode ser generalizado? É o que será discutido no capítulo seguinte.

## 2 OS OLHARES DA ALTERIDADE: os libaneses e suas formas de se representar e ser representado

“Eu sei que o povo libanês é um povo francamente maravilhoso. Onde quer que vá, ele luta e vence”.

“O patrício faz negócio dentro da própria casa, está no sangue”.

“Mas olha, são uns bandeirantes mesmo”<sup>90</sup>.

“Porque a vocação do libanês é ser empresário, você não vê um, vem pra cá monta restaurante, dono de padaria”<sup>91</sup>.

“Para cúmulo de nossa perturbação, tem convergido para o Maranhão o rebutalho do elemento colonial (libanês) [...]”<sup>92</sup>.

“A ganância [dos libaneses], um systema do commercio todo vicioso [...]”.

“Ou obter as mercadorias, que espõe á venda, illudindo o pagamento de impostos [...]”<sup>93</sup>.

Como pode-se perceber, a partir desses fragmentos da memória oral e de escritos em jornais, que existiam no início do século XX duas representações em torno dos libaneses, seja no Maranhão ou fora dele. O trabalhador incansável, o bem-sucedido e o desbravador são algumas das representações recorrentes elaboradas e difundidas por esses imigrantes e seus descendentes. Em sentido contrário, percebo outra representação, elaborada e difundida por maranhenses, que nega esses valores e lhes atribuem outros, negativos, tais como: ladrões, sonegadores de impostos e enganadores.

A memória positiva elaborada e difundida pelos libaneses e seus descendentes, mais tarde, foi, em parte, incorporada e reelaborada por frações da população que os associavam diretamente, como ainda hoje, ao comércio e à vida economicamente estável – “todo libanês é bem de vida”, diz o senso comum. A relação deles com o comércio produz outra associação recorrente: o apego ao dinheiro, como se pode observar a partir do anedotário maranhense a respeito do carcamano. O antropólogo Olavo Correia Lima catalogou algumas dessas anedotas no início da década de 1980. Em uma delas,

<sup>90</sup> *Memórias da imigração libaneses e sírios em São Paulo*. “Sr. Eduardo”. p-127.

<sup>91</sup> Henry Duailibe. Depoimento concedido, em São Luís, no dia 23 de março de 2007

<sup>92</sup> *A Pacotilha*, 31/12/1901

<sup>93</sup> *Diário do Maranhão*, 25/01/1900

a parturiente estava em penoso trabalho de parto. Nada de ter a criança. Neto Guterres, famoso parteiro e conceituado clínico da colônia Sírio-libanesa, já pensava em fazer fórceps, quando interveio velha patrícia:

– Dotô, mim bode dar um jeito...

Pôs uns níqueis numa lata vazia de leite condensado e os sacudiu. Ao ouvir o tinlilat característico do dinheiro, o menino “meteu a cara”. (LIMA, 1981).

Em outra, que também da ênfase ao seu apego ao dinheiro, Salim é procurado por um emissário:

– Seu Salim está?

– Saieu

– Trouxe uma carta, com uma importância para ele.

– Sou eu, Salim está para receber. (LIMA, 1981).

Além disso, a representação positiva desses imigrantes faz referência ao momento que antecede sua chegada ao Brasil ou mesmo a sua origem no Líbano ou na Síria. Esses imigrantes vão buscar na suposta origem fenícia a explicação para algumas das características a eles atribuídas por eles mesmos: o seu afinho ao trabalho, o gosto pelo comércio e o seu espírito desbravador.

Essa relação foi e é bastante difundida por intelectuais e escritores libaneses e alardeada pelos membros dessa etnia. (GATTAZ, 2005). Mas, podemos encontrar dentro do meio acadêmico brasileiro, especificamente maranhense, quem difunda tal teoria. Lima (1981), que tinha como objetivo “traçar o seu [dos sírios e libaneses] perfil antropológico, exclusivamente”, se propõe a buscar as origens do que ele chama de “fenícios maranhenses”. Para isso, remete-se a mais de 2000 anos a. C., demonstrando uma espécie de árvore genealógica dos libaneses e sírios. Lima explica a relação entre sírio-libaneses e fenícios:

Embora os Krethis tivessem esbarrado no Delta, sofrendo a primeira derrota de sua invasão asiática, ficaram, porém, senhores de toda a costa sírio-libanesa, cortando o caminho da velha influência egípcia sobre o país dos Cedros. Com o tempo, os heróis homéricos se miscigenaram com os descendentes de Abraão e Moisés, fundindo-se num só povo os fenícios fusão étnica e cultural essa, que se tornou mitológica e só recentemente desvendada pela arqueologia. (LIMA, 1981, p. 13).

O professor Olavo C. Lima (1981), explicando a descendência dos sírios e libaneses a partir da mitologia e da arqueologia, reforça a tese da origem fenícia e assim contribui para a



manutenção desse mito fundador. No seu pequeno livro<sup>94</sup>, frases surgem para incrementar a tese que tem como fim explicar o “espírito aventureiro” e o “gosto pelo comércio” desses imigrantes. Vejamos alguns trechos:

A origem dos sírios e libaneses se confunde com a dos fenícios, seus ancestrais históricos. (p. 9).

Os próprios gregos, ignorando os fatos homéricos, não entendem a crescente grandeza fenícia, como hoje dificilmente compreendemos como pobres e desprotegidos emigrantes fizeram fortuna em tão pouco tempo e com tão pouco capital. (p. 14).

Esse poder de adaptação ecológica nos parece uma qualidade fenícia importante quer física ou cultural que esclarece perfeitamente a vitalidade e o êxito das migrações modernas dos sírios e libaneses, inclusive dos fenícios maranhenses. (p. 16).

Muitos dos judeus que acompanharam os bandeirantes, fazendo mascatagem e agiotagem, deviam ser sírios e libaneses. Como os fenícios, viajar negociando devia ser para eles grande prazer. (p. 23).

A tese da origem fenícia é reproduzida no Maranhão por outros dois estudos, frutos de trabalhos de conclusão do curso de História da UFMA<sup>95</sup>. Nestes, os autores mencionam, mesmo que vagamente, a origem fenícia dos libaneses e sua relação com o comércio e com o espírito aventureiro. Em *Estudos da imigração libanesa no estado do Maranhão*, Santos (2000, p. 18-19), citando entrevistas que realizou, diz:

Outro fator é destacado pelos descendentes destes imigrantes. Trata-se da convicção existentes entre eles, de que o libanês tem espírito aventureiro e conquistador, por ser descendente de “um dos povos mais brilhantes da antiguidade, os fenícios, como orgulhosamente costumam dizer. Por isso, seria intrépido e desbravador, condições necessárias para migrar e alcançar sucesso em terras desconhecidas”.

O autor sem questionar a afirmativa tão comum entre os entrevistados, como ele mesmo coloca, parece concordar com a afirmação, pois encerra o subcapítulo com essas palavras, sem qualquer reflexão ou questionamento.

---

<sup>94</sup> Olavo Correia Lima foi médico e professor de antropologia da Universidade Federal do Maranhão, publicou uma série de livros com temáticas variadas, além dos sírios e libaneses escreveu também sobre pré-história e índios no Maranhão. Suas publicações tinham formato artesanal: eram datilografadas, fotocopiadas, encapados e colocados à disposição dos interessados. Os textos eram distribuídos em quantidade pequena de páginas.

<sup>95</sup> FRANÇA, Magda. *O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão*. São Luís, 1990. SANTOS, Robson Ruiter Mendonça. *Estudo de imigração libanesa no estado do Maranhão*. São Luís, 2000.

França (1990) é mais enfática afirmando que “esses pioneiros foram assim aventureiros no mais típico exemplo de seus antepassados fenícios”. Sem mais delongas, começa e encerra o assunto com essa frase, preferindo não questionar ou aprofundar o tema.

A postura evasiva dos autores parece estar relacionada a pouca importância que dão ao tema, já que seu objeto, em ambos os casos, é a chegada, a permanência e a ascensão social desses imigrantes, o que por outro lado não inviabilizaria uma discussão sobre o tema, já que é tão recorrente nas falas dos imigrantes e de seus descendentes entrevistados pelos pesquisadores.

A origem fenícia é questionável, como demonstra Oswaldo Truzzi (1991). Esse autor se utiliza dos argumentos de Antum Saadê, intelectual e deputado no Líbano, que viveu no Brasil durante anos. Para Saadê, é “estúpido pensar que as fronteiras do Líbano atual, traçadas num escritório por um francês e um inglês, pudessem coincidir, retroativamente, com as de um país fenício tendo existido há cerca de três mil anos”.

Se coincide ou não, a questão é que os libaneses difundiram essa tese com a intenção de se diferenciar dos árabes e consequentemente dos muçulmanos, os quais foram seus dominadores. Valorizando a origem fenícia, desprestigiam a história árabe na região, além de vinculá-los (os sírios e libaneses) a um povo de grandes habilidades no comércio e na navegação, o que justificaria suas afirmativas sobre si mesmos, assim como os ligariam a quem inventou o alfabeto, uma das mais importantes invenções da civilização. (TRUZZI, 1991).

A tese difundida pelos libaneses de que seriam aventureiros, de que gozavam de um espírito desbravador, leva-os (e leva outros) a se comparar com os bandeirantes em São Paulo, local para onde se dirigiu a maior parte dos imigrantes dessa etnia. É comum os entrevistados referirem-se a seus antepassados como verdadeiros bandeirantes, homens intrépidos e corajosos.

Eduardo<sup>96</sup>, filho de um sírio que emigrou para São Paulo em 1898, quando fala da saga de seu pai, afirma: “porque os imigrantes são verdadeiros bandeirantes que vieram no passado, não conheciam a língua, trabalhavam e aqui ficavam”. Chafic<sup>97</sup>, filho de um libanês da cidade de Zarhle, que emigrou no mesmo ano também para São Paulo, quando se refere aos seus patrícios diz que “[...] o verdadeiro bandeirante não foi o bandeirante brasileiro que saiu daqui; o verdadeiro bandeirante foi o patrício, esse que saiu batendo mato e mostrando ao povo, ao menos, como é que se come”.

<sup>96</sup> Eduardo Tamer em entrevista concedida a Greib, Maluf e Mattar em *Memórias da Imigração* (1998).

<sup>97</sup> Chafik Nicolau Aun em entrevista concedida a Greib, Maluf e Mattar em *Memórias da Imigração* (1998).

Pode-se perceber através dos discursos uma tentativa de valorização desse grupo quando se comparam aos bandeirantes, homens intrépidos, desbravadores de lugares pouco habitados, perigosos e longe de qualquer civilidade. O libanês seria então não somente o desbravador, mas também o vetor da civilidade e do progresso, “mostrando ao povo, ao menos, como se come”. O mostrar como se come é uma referência aos novos hábitos alimentares que estes encontraram no Brasil, diferente e “exótico”. No caso daqueles que vieram para o Nordeste, longe de uma cultura cosmopolita, mesmo no início do século XX, que se poderia encontrar nas grandes cidades do Sudeste, outra cultura alimentar se sobrepôs. Em vez de Kafta, carne seca na brasa; no lugar de Baba-ganuj, macaxeira cozida, farinha de mandioca e não Keshk; óleo de babaçu em vez de azeite de oliva. É verdade, também, que ensinaram aos brasileiros a apreciar sua culinária, hoje tão presente nos banquetes de finais de semana, nos restaurantes e nos petiscos dos botecos espalhados por todo o Brasil<sup>98</sup>.

A culinária local percebida como exótica não foi exclusividade dos sírios e libaneses, os japoneses também não se adaptaram de início as propostas alimentares dos brasileiros. A carne de porco, por exemplo, não comiam, sentiam-se enjoados, pois participavam da matança dos animais como forma de estreitar laços com outros grupos. (FAUSTO, 1998). Ainda sobre os japoneses, Alvim (2001) afirma que “o arroz e o feijão à moda brasileira talvez nunca tenha sido tão odiado como o foi pelos japoneses”. Estes sem ter quem lhes instruisse comiam bacalhau e carne seca sem deixá-las de molho, assando-os salgados e duros, tiveram que aprender a duras penas o seu preparo. A solução para os que trabalhavam no campo foi o cultivo de seus alimentos. Já os italianos parecem ter se adaptado mais facilmente, incorporando a sua dieta baseada em pão, macarrão, polenta ou broa, o arroz e feijão. (ALVIM, 2001).

Mas a dificuldade em conseguir ingredientes do seu lugar obrigou os sírios e libaneses a se adaptarem a dieta brasileira, como fizeram os italianos, incorporando o tradicional arroz e feijão a seu repertório alimentar. Parte do problema mais tarde foi solucionado com a abertura de casas comerciais que importavam e vendiam ingredientes e alimentos oriundos da Síria e do Líbano. Lima (1981) lembra que a “casa Mohana, na rua Formosa, n. 119, vendia até 1970 diversos artigos: trigo para quibe, tahine, haleue, grão de bico, lentilha, figada, mahátara e azeitona de preferência grega e síria”. Outra casa comercial, a “Merciaria Aliança”, anunciava produtos a um público bastante seletivo em um jornal local:

---

<sup>98</sup> Entre os pratos mais comuns estão o quibe frito, assado ou cru, a cafta, o arroz de lentilha, a esfirra e o charuto, facilmente encontrados em restaurantes, mesmo não especializados, lanchonetes, bares e botecos de médias e grandes cidades brasileiras.

À COLLONIA SYRIA-À Mercearia Aliança leva ao conhecimento da colônia syria que recebeu pelo ultimo vapor carneiro com repolho e carneiro com couve, em latas de ½ kilo, o que constitui um prato de 1 ordem e sempre prompto para ser servido.

Todos por tanto, ao carneiro preparado! (A PACOTILHA, 01/01/1912).

Por outro lado, essa imagem, relacionada aos primeiros anos da imigração que os colocam na posição de civilizadores, é rechaçada pelos nacionais, que os percebem de outra maneira: a partir dos seus hábitos alimentares, sendo que estes não passariam de bárbaros, “comedores de carne crua e de criancinhas”<sup>99</sup>. A carne crua é certamente uma referência ao quibe cru, que aos olhos dos brasileiros ganhava tonalidade de barbárie, pois eram acostumados a comer seus alimentos cozidos ou assados. O “comer criancinhas” estaria relacionado, segundo um colaborador de Greib, Maluf e Mattar (1998) – o sr. Chafic – ao hábito de se alimentar de carne crua: “Devia haver, entre essas comidas que vinham, pedacinhos de carne, ou eles mesmos pagavam um pedaço de carne crua; daí ter surgido essa história de que turco come carne e come, naturalmente, criança. Isso de comer criança é por que eles comiam carne crua”. (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998, p. 106).

Na cidade de Piracicaba (SP) circula até os dias atuais a lenda do “turco que come criancinha”, que o compara ao “bicho papão”, criatura folclórica que é anunciada pelos pais com o intuito de assustar as crianças teimosas. O jornal *A Província*, de 12 de novembro de 2007<sup>100</sup>, da cidade de Piracicaba, traz uma matéria intitulada “turco que come criança” que tenta explicar a origem desse folclore como credence dos matutos que viam com estranhamento os “civilizados” turcos. A estória ganhou contornos tão sérios que jornais da cidade noticiaram, nas primeiras décadas do século XX, a queixa de pais contra “turcos antropofágicos”. (A PROVÍNCIA, 12/11/2007).

Para os brasileiros, causava certo estranhamento, principalmente para aqueles que viviam em pequenas cidades do interior ou no campo, não acostumados com a presença estrangeira, vê-los comer carne crua, gerava distanciamento, fazendo-os elaborar uma representação que aproximava os “turcos” de “uma raça inferior e de costumes exóticos” (LIMA, 1981). Essa imagem ligada à barbárie pode ter sido reforçada pelo modo de comer, já que tinham “o costume de comer algumas iguarias sem o uso de talheres. [pois] [...] não se deve ter vergonha de partir o pão com a mão”. (KEMEL, 2000). Para uma sociedade que se pretendia civilizada, essas atitudes tinham uma conotação negativa, que os distanciava dos

<sup>99</sup>Chafik Nicolau Aun, em entrevista concedida Greib, Maluf e Mattar em *Memórias da Imigração* (1998).

<sup>100</sup> Disponível em: <www.aprovincia.com/texto.spx?idContent>.

valores, hábitos e comportamentos modernos<sup>101</sup>, como se pode observar em um artigo do Centro Caxeiral citado no capítulo anterior, no qual o autor se refere pejorativamente ao modo de vida dos “sírios”, associando o lugar onde moram e comem à sujeira e à desorganização:

Certas ruas da capital já apresentam ao transeunte um aspecto sórdido, com aposentos provisórios, abandalhados, achiqueirados, porque ali os sírios vivem, cosinham, dormem, etc. no carater nômade, peculiar a essa gente que tem sido expulsa das colonas inglesas e de muitos estados do Brasil. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

A manutenção da cozinha étnica tinha grande relevância para os imigrantes de um modo geral, representava, “sobretudo nos primeiros tempos da imigração, uma ponte para a terra de origem, a manutenção de um paladar, assim como uma afirmação de uma identidade”. (FAUSTO, 1998). No romance de Conceição Aboud, a personagem Nabira critica a tendência do neto em não querer casar com patricias, destacando os supostos atributos negativos da mulher brasileira, entre eles o de não saber fazer comida árabe: “Sérgio, pelo amor de Deus, case com moça de sua raça. Brasília é fraca, de te filhos. Non gosta de cozinha. Quem vai fazer quibe pra ocê? Ocê non faz bobage, me netinho”. (ABOUD apud LIMA, 1981).

São valores, comportamentos e identidades que estão mergulhados em cada prato da cozinha libanesa ou síria. Para esses homens que comem e para as mulheres que comem e preparam os alimentos (na maioria das vezes), sua cozinha, seu modo de comer, logicamente, não representaria a falta de civilidade ou uma barbárie alimentar<sup>102</sup>, pelo contrário, seria o que teriam de mais representativo de sua cultura, plasmado em uma memória olfativa e palativa que precisava ser preservada, cabendo à família, especialmente à mulher, essa função: “Mesmo assim, as famílias continuam a exercer o papel de núcleo mantenedor e distribuidor desse hábito, e a mulher continua a centralizar a preservação do sistema de produção da comida, em cada detalhe conduz à terra dos ancestrais”. (KEMEL, 2000).

A ideia de civilidade e progresso relacionado aos sírios e libaneses pode ser notada também entre alguns brasileiros. Eurico Macedo (2001), escrevendo na década de quarenta, observou atentamente vários aspectos da vida social e econômica do estado (indústria,

<sup>101</sup> Refiro-me aqui ao final do século XIX e início do XX, em que parte da elite brasileira se pretendia moderna, civilizada e reivindicava o progresso. Esse ideário no Maranhão pode ser traduzido a partir da constituição de um parque fabril que representava o progresso, a intenção de trazer imigrantes europeus, como exemplo de civilidade; a mudança de hábitos que se traduzia na inauguração de lojas que vendiam produtos europeus, com as últimas novidades daquele continente moderno e as tentativas de instalar equipamentos urbanos na capital.

<sup>102</sup> No ocidente, a mudança na forma de comer foi lenta, como demonstra Norbert Elias em *O Processo Civilizador*. O uso de garfo e faca, assim como o costume de apresentar os alimentos à mesa em pedaços pequenos, foi processual, como se pode notar a partir da insistência nos manuais ao longo dos séculos XVI e XVII, na França e na Alemanha.

comércio, população, transporte fluvial, clima), não esquecendo “o elemento sírio” presente no sertão e na baixada maranhense<sup>103</sup>. Quando discorre sobre estes chega à conclusão de que “pode-se considerar o sírio como ótimo elemento educacional e disciplinador nesses meios atrasados onde ele começa a lutar pela vida” (MACEDO, 2001). O mesmo autor vai mais longe em relação à contribuição destes para a melhoria do povo do Maranhão, chegando a afirmar que “traria um melhoramento genético aos caboclos no cruzamento da nossa raça com a dos sírios proporcionando tipos excelentes de rapazes e de moças brancas, quer do ponto de vista da robustez física como da coragem e dos bons costumes”. (MACEDO, 2001).

Já Lopes (1970), escrevendo na segunda metade da década de 1930, no capítulo em que analisa a “formação Humana” do “torrão maranhense”, passa em revista os diversos grupos de estrangeiros que habitaram o Maranhão ao longo do tempo: ingleses, franceses, portugueses e “sírios”. Caracterizando-os, diz sobre os sírios que “*o único defeito, porém, dessa imigração, e, como na portuguesa, é o exclusivismo comercial, e não o atraso do sírio, que não é bárbaro [...]*”. (LOPES, 1970, grifo nosso). Ora, se não é bárbaro, é então civilizado.

França (1991) é categórica quando se refere à relação da presença libanesa no Maranhão e ao progresso: “[...] levando aos lugares mais humildes um pouco de progresso”. Se observarmos a história desses imigrantes com base em suas falas e nos textos escritos sobre eles, pode-se afirmar que para a maioria dos autores ela se resume como muito bem-sucedida<sup>104</sup>.

Os sírios e libaneses que desembarcaram no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XIX, por conta própria, sem qualquer auxílio ou incentivo do governo, foram indivíduos que começaram, em grande parte, mascateando e vendendo bugigangas de porta em porta, nas capitais e nas cidades do interior, e, segundo esses autores, progredindo economicamente até se tornarem prósperos comerciantes, sendo alguns, mais tarde, donos de indústrias e de grandes casas comerciais. Na segunda e terceira gerações, por sua vez, teriam prevalecido como bem-sucedidos aqueles que se enveredaram pelas carreiras liberais ou políticas. Todas essas conquistas seriam frutos de árduo trabalho. Assim se resumiria a saga dos imigrantes libaneses para muitos estudiosos do tema. É dessa maneira que os próprios libaneses e seus descendentes contam sua história.

<sup>103</sup> Microrregião do Maranhão situada a oeste e sudeste da Ilha de São Luís, formada por grandes planícies que se alagam formando grandes lagos durante o período de chuvas.

<sup>104</sup> Gattaz (2005), Fausto (1998), Truzzi (1997), França (1991), Santos (2000), Lima (1981) e Brito (2002).

As trajetórias das famílias Duailibe e Aboud são ilustrativas nesse sentido, como conta Santos (2000), que entrevistou Antonio Duailibe, filho de Salim, o qual era sobrinho de Abraão, provavelmente o primeiro Duailibe a chegar ao Maranhão. Abraão, nascido na cidade de Zarhle, chegou a São Luís em 1894, trabalhando inicialmente no comércio. Quatro anos depois chegou seu sobrinho, Salim, que por sua vez também foi trabalhar no comércio. Salim desembarcou em São Luís com a irmã Rosa e seu primo Moisés Duailibe. Depois de anos ajudando seu tio, montou seu próprio negócio, primeiro vendendo farinha, o que não deu certo, em seguida trabalhando com o comércio varejista. Já estabilizado, Salim mandou chamar os irmãos, Miguel e Jorge. Tempos depois, Jorge faleceu de febre amarela, enquanto Miguel separou-se do outro irmão e depois de algum tempo sendo sócio de um patrício, Sekeff, “conseguiu ampliar seus negócios no setor industrial, passando a trabalhar no ramo de torrefação de café [...]”. (SANTOS, 2000). Os Aboud, por sua vez, têm uma trajetória inicial diferente, que inicia com uma mulher, caso raro nos primeiros anos da imigração. (GATTAZ, 2005). Chames Aboud, viúva e mãe de quatro filhos, chegou ao Brasil em 1898, desembarcando primeiramente em Santos. Embrenhou-se pelo interior, a oeste, trabalhou no Acre e depois de acumular algum pecúlio dirigiu-se ao Maranhão, chegando por volta de 1902, onde fundou a Casa Otomana, que se transformou em um próspero comércio, no qual negociava estivas e miudezas. Segundo Santos, (2000), “a família continuava prosperando. Em 1931 a firma já era Chames Aboud & Cia. e se encontrava estabelecida no mais importante bairro comercial de São Luís, a Praia Grande [...]”. Comercializando babaçu, arroz e algodão, atuaram em vários municípios com filiais, diversificando sua atuação para a área de beneficiamento de arroz e óleos, “além da famosa fábrica de tecidos Santa Isabel”. (SANTOS, 2000, p. 39). Anos depois, parte do patrimônio foi ceifado, porém, os Aboud projetaram-se em outro campo, a política, sendo César Aboud, neto da matriarca, vice-governador do Maranhão.

Os textos que tratam da imigração libanesa no Brasil, independentemente da abordagem e do espaço que privilegiam, trazem exemplos de homens, mulheres e famílias bem-sucedidas, indivíduos que geralmente começaram mascateando e transformaram seus pequenos negócios em prósperas casas de comércio ou indústrias, corroborando com as representações elaboradas e difundidas pelos sírios e libaneses.

No Mato Grosso do Sul, Souza (2007) mostra como os sírios e libaneses que chegaram à região de Dourados no final do século XIX e início do XX, já na década de 1920, implantavam suas casas comerciais. Outros que chegaram posteriormente conseguiram a mesma façanha, como Elias Milan.

Elias chegou a Dourados em 1922, tornou-se o “primeiro comerciante forte da cidade”. Foi dono da casa comercial A Favorita, que, além de Dourados, atendia também à região de Juti, onde foi estabelecida uma filial. Milan possuía caminhões que iam buscar mercadorias em Campo Grande. Produziu cerâmica na fazenda Barreiro Seco, além de ter tido uma fábrica de essência de laranja. (SOUZA, 2007).

Souza (2007) descreve ainda as trajetórias de outros patrícios que conquistaram a prosperidade na cidade de Dourados. A história de vida do sr. Milan, descrita por Souza, seria a prova incontestável de que suas conquistas e enriquecimento foram frutos de muito trabalho. O autor não faz referência ou questionamento algum sobre a possibilidade de nem todos terem tido a mesma trajetória, apontando somente para os vencedores:

A imigração de sírios e libaneses para Dourados tem um significado econômico e demográfico importante, primeiro pelo fato de que estiveram neste local após um processo de trabalho do comércio móvel, como mascates, segundo por que acumularam um capital inicial a fim de abrir uma loja a varejo. A casa comercial representa o estabelecimento deste grupo em Dourados [...]. (SOUZA, 2007, p. 12).

Já no sul do país, Kemel (2000) estuda os sírios e os libaneses na perspectiva das sociabilidades, da família, das relações entre patrícios e nacionais, da comida e da religiosidade, tentando distanciar-se da representação mascate/comerciante/industrial. A autora, porém, deixa escapar essa mesma imagem, talvez de forma inconsciente. Sem tratar especificamente sobre a relação positiva dos sírios e libaneses com o trabalho, sem mencionar o espírito laborioso, tão propagado por eles e por outros, Kemel exibe uma foto de um velho sírio ou libanês sentado à mesa com pilhas e pilhas de tecidos ao fundo<sup>105</sup>, o que dá a conotação de um próspero negócio, fruto de trabalho intenso e duradouro. Algumas páginas depois, ela explica a forte ausência do homem, do pai, na família em função do trabalho.

---

<sup>105</sup> A legenda da foto diz: “trabalho no comércio, característico dos grupos sírios e libaneses”. (p. 46).





Figura 2: Trabalho no comércio, característico dos grupos sírios e libaneses  
Fonte: Kemel (2000).

Parece muito difícil para a maioria dos autores se desvencilhar dessa representação – a prosperidade socioeconômica – como fica explícito no texto de outra autora, Mauad (2000), que conta a trajetória de famílias libanesas no Rio de Janeiro, inclusive a sua, através de fotografias. A autora dá ênfase aos bem-sucedidos, analisando suas fotografias de família, nas quais ganham destaque carros, palacetes, viagens e estabelecimentos comerciais.

Esses ambientes privilegiados pelas fotografias, assim como a posse de uma máquina fotográfica no início do século XX, já denotavam riqueza, que por sua vez seria conquistada com o trabalho, como fica claro no seguinte depoimento selecionado pela autora: “[...] E o Sr. Jorge aceitou e começaram a trabalhar juntos [...]. O lugar chamava-se São Luiz. Lá eles abriram um armazém de café e de vender tudo. E começaram a trabalhar. Trabalharam e foi tudo pra frente [...]”. (MAUAD, 2000).

O trabalho, como se pode perceber, é outra representação elaborada e difundida pelos próprios libaneses, sírios e estudiosos da temática. Não quero dizer que a ideia de que muitos desses imigrantes e seus descendentes progrediram economicamente seja falsa, nem que, sendo verdadeira, não tenha se constituído a partir do trabalho.

Para Chartier (apud CARDOSO, 2000), “a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais para com suas determinações sociais. As próprias representações do mundo social é que são os elementos constitutivos da realidade”. (CARDOSO, 2000). De acordo com o autor, a separação entre estruturas objetivas e representações subjetivas é um equívoco, como defendeu os Annales, “as representações coletivas são ‘matrizes que dão forma às práticas de que o próprio mundo social é construído’”. (CARDOSO, 2000), logo, as representações elaboradas por esse grupo não são

invenções vazias e muito menos estão deslocadas da realidade. O que falam sobre si mesmos e o que é reproduzido por escritores e colaboradores diz respeito à forma como se veem e como querem ser vistos.

Quando acusados pelos maranhenses de perseguirem as famílias “com suas bugigangas, forçando a comprarem aquilo que não precisam” (A PACOTILHA, 13/01/1900), eles se defendem ou são defendidos a partir da referência ao trabalho: “por meio do trabalho honesto prover a sua subsistência”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 30/01/1900).

A imagem do imigrante trabalhador, por sua vez, contrapõe-se à imagem do brasileiro e do maranhense, em particular, como preguiçoso. Muito mais do que senso comum, teóricos apontavam para pouca vontade dos nativos de trabalhar, afirmando que a preguiça era um mal que só seria vencido com o branqueamento da população e que a miscigenação brasileira seria o fator preponderante de nossos males, entre eles, a pouca vocação para o trabalho, o que teria como consequência o atraso do país. “A mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso e uma possível inviabilidade da nação”. (SCHWARCZ, 1993). Essas teorias que desqualificavam a miscigenação chegaram ao Brasil tardiamente, porém, ganharam relevo entre muitos estudiosos e contribuíram para projetar nossa imagem, ligando-a ao malandro e ao preguiçoso: “Sabemos que não é de hoje que nós, povos nascidos nos trópicos, somos vistos como *primitivos, preguiçosos, malandros, desocupados* e tratados por muitos, mesmo agora, como *sub-raça*”. (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008).

Viajantes também se reportavam a essa característica do povo brasileiro. Ao passar por Lajes, em Santa Catarina, o médico alemão Avé-Lallemant afirmou nunca ter visto tanta indolência, “ou melhor, tanta preguiça como entre os camponeses de Lages”. (ALENCASTRO; RENAUX, 1999). Essa representação é reproduzida por membros dos sírios e libaneses e contraposta à visão do libanês trabalhador, como diz o sr. Michel Rabane<sup>106</sup>: “Os maranhenses são preguiçosos, enquanto os libaneses gostam de trabalhar duro”. Para esses imigrantes, que vieram com a intenção de trabalhar e de enriquecer, o valor atribuído ao trabalho ganha relevo. As fortunas constituídas entre alguns membros desse grupo são propagadas por muitos que, mesmo não alcançando o patamar de grandes empresários ou de profissionais liberais de sucesso, fazem da vitória econômica e social de poucos uma marca de seu grupo – o que Tomson (2002) chama de mito comunal. Nesse contexto, o trabalho ganha projeção. Se nem sempre a representação dos libaneses e sírios

---

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Michel Rabane, em São Luís, em 11 de novembro de 2005.

trabalhadores é convocada explicitamente, as narrativas que lembram a labuta diária no comércio, as tentativas comerciais diversificadas e o sucesso levam quem ouve ou quem lê seus depoimentos à conclusão de que a vida desses homens e mulheres foi o trabalho, pois o lazer aparece muito discretamente nesses depoimentos, dando ênfase sempre às atividades comerciais. Henry Duailibe<sup>107</sup>, quando narra a trajetória do pai, destaca a sua versatilidade no ramo comercial:

O libaneses estavam vindo pra cá, estavam se dando bem, né? Por que a vocação do libanês é ser empresário, você não vê um, vem pra cá monta restaurante, dono de padaria.

A riqueza está no libanês, ele sabe onde comprar as coisas e vender as coisas [...].

Salim [seu tio] já tinha o comércio, eles se expandiram, depois de uns cinco ou seis anos eles resolveram se separar. Papai se associou com outro libanês chamado Sekef e abriram uma loja de couro aqui.

O deslocamento do Líbano para o Maranhão também está relacionado com o trabalho. O libanês não vem a passeio, mas vem trabalhar e ajudar nos negócios dos parentes, como foi o caso do Sr. Abdom Salem<sup>108</sup>:

Porque meu irmão tava aqui trabalhando, lutando com meu tio Abdon Murad. Abdon Murad o mandou. Nabi mandou me chamar, meu irmão, pra ajudar ele trabalhar porque ele casou, porque ele queria uma ajuda, ajuda, eu vim pra cá, eu sai do colégio, eu vim diretamente pra cá pro Maranhão, pro Maranhão.

É ainda o sr. Salem quem nos conta sobre a sua rotina diária e as viagens comerciais do irmão, sempre ligadas ao trabalho: “Era mercearia, uma lojinha mercearia, era. Trabalhei com meu irmão, fiquei trabalhando. Ele viajando para o interior, viajando para o interior e eu fiquei lá pesquisando o preço, botando o preço”. O trabalho, então, explicaria as trajetórias positivas, de sucesso desses imigrantes, reproduzidas nos livros.

Outro exemplo de como a historiografia que trata do tema da imigração síria e libanesa reforça a representação do sírio e libanês bem-sucedido se encontra no livro *De mascates a doutores*, de Oswaldo Truzzi (1991). Nele, Truzzi analisa a trajetória desse grupo, evidenciando seu sucesso no comércio e nas profissões liberais.

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Henry Duailibe, em São Luís, em 23 de março de 2007.

<sup>108</sup> Entrevista concedida por Abdom Salem, em São Luís, em 15 de março de 2007.

Os sírios e libaneses foram, portanto em geral muito bem-sucedidos no comércio e nas profissões liberais, em particular na medicina. A história social da colônia evidencia a conquista de um setor comercial importante em São Paulo nas primeiras décadas do século e como isso possibilitou a entrada maciça de seus filhos no mercado das profissões liberais. (TRUZZI, 1991, p. 111).

Em outro texto, Truzzi (1997) mostra a inserção dos descendentes desses imigrantes na política nacional.

Na primeira eleição em seguida à ditadura e Vargas convocada para escolher os deputados à Constituição de 1946, um só político de ascendência sírio-libanesa foi eleito em São Paulo. O início de sua carreira política prenunciava um padrão de recrutamento de políticos da colônia que somente se mostraria vigoroso anos mais tarde. (TRUZZI, 1997, p. 31).

Em ambos os textos, ficam evidentes as conquistas desse grupo, o qual alcançou lugares de prestígio econômico, político e social.

O autor, descrevendo a trajetória de sucesso de um dos descendentes, Alexandre Kalil Yazbek, diz: “Tendo integrado a primeira turma de formandos da Faculdade de Medicina de 1919, [...] tornou-se um dos maiores médicos da colônia sírio-libanesa em São Paulo”. (TRUZZI, 1991, p. 85).

Seria trabalhoso e desnecessário catalogar e relatar histórias de sucesso em cada autor lido, mas o que fica evidente é que todos não fogem do estereótipo do imigrante vencedor. Não se está negando aqui, como já dito, o sucesso dessa etnia na sua jornada no Brasil, pelo contrário, é notório que muitos foram vencedores e que com muito trabalho chegaram ao sucesso, mas o que é interessante observar são as lacunas relacionadas aos imigrantes e descendentes que não deram certo. O silêncio dos autores em relação a esse outro grupo leva-me a crer que as representações propagadas foram tão eficazes que mesmo estudiosos experientes não se interessaram em discuti-las, acatando uma imagem já elaborada.

Entre tantas histórias de sucesso, os seguintes personagens não aparecem, pois são camuflados, evitando-se falar neles ou mesmo mencionar sua existência, quais sejam: o imigrante malsucedido, o libanês pobre, o patricio que não enriqueceu, o viajante marginal.

Essa questão é bastante delicada quando tratada com membros do grupo. Nas entrevistas, há uma tendência de negar sua existência. Nas minhas entrevistas, os libaneses, ou seus descendentes, assim como os sírios, não mencionaram sua existência, e, quando

questionados, negaram conhecer exemplos. O sr. Rabane<sup>109</sup>, por exemplo, afirma que “se existiram eu não me lembro, um ajudava o outro e assim ia”.

Cabreira (2001), estudando a imigração em São Paulo, identifica a dificuldade: “A ideia de que nem todos, apesar do trabalho, conseguiram chegar aonde queriam e de que entre eles existiam patrícios pobres foi encontrada em poucos entrevistados”. Ora, afirmar a existência de pobres significaria desconstruir uma representação positiva da imigração elaborada e difundida pelo grupo. Quando é admitida a sua existência, a justificativa está pronta: seriam vagabundos, bebedores, jogadores inveterados ou aqueles que preferiam se divertir com mulheres a trabalhar, como afirma um dos entrevistados de Cabreira (2001). Percebe-se que são colocados de lados opostos e devidamente justificados os bem-sucedidos e os que não deram certo. O trabalho ou a sua ausência aparece como motor do sucesso ou do fracasso, ou seja, quem trabalha se dá bem, quem não trabalha se dá mal, o que acaba reforçando o mito do libanês bem-sucedido, trabalhador. Os determinismos e generalizações são perigosos, é preciso questionar, investigar e sugerir outros caminhos de análise. Gattaz (2005), no capítulo intitulado “O mascate e o mito”, de sua tese de doutorado, aponta que

muitos imigrantes, ainda que vindos para o Brasil nas primeiras décadas do século só conseguiram atingir o patamar de pequenos comerciantes, nunca alcançando a ambicionada fase de atacadista ou industrial. Outros nem a isso chegaram, permanecendo como funcionários de seus parentes mais bem estabelecidos. Há ainda alguns poucos relatos de libaneses trabalhando em fazendas ou como sitiante. (GATTAZ, 2005, p. 100).

Cabreira (2001) e Gattaz (2005) apenas sinalizam para a existência dos malsucedidos economicamente, mas não avançam na discussão, preferindo o caminho trilhado pelos outros, ou seja, tratando, em geral, a respeito dos bem-sucedidos.

Nesse sentido, no Maranhão, os exemplos se multiplicam com facilidade. Para não me alongar em uma sequência de exemplos, abordando autor por autor, me deterei em somente dois textos, o que parece razoável para a confirmação de minha hipótese. Utilizarei um texto mais antigo, da década de 1930, de Lopes (1970), e outro mais contemporâneo, a monografia de Santos (2000), de 2000. O primeiro não trata especificamente dos sírios e libaneses, mas, em uma passagem, Lopes (1970) diz que “a princípio mercador ambulante, estabiliza-se e começa a se elevar na esfera comercial”.

Esse autor dedica dois parágrafos àqueles que ele chama de “sírios”. Em um, afirma que não são bárbaros, no outro, coloca-os como vencedores, por terem se elevado na esfera

---

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Michel Rabane, em São Luís, no dia 13 de novembro de 2005.

comercial. Parece não haver outra possibilidade de trajetória, senão a mudança de ambulantes a grandes comerciantes. A observação generaliza e não deixa outra saída para o libanês a não ser o sucesso. Santos (2000), mais de sessenta anos depois, trilha o mesmo caminho quando analisa os libaneses. O sumário da obra de Santos (2000) já aponta para a exaltação do grupo, quando escolhe abordar no capítulo 4 as famílias tradicionais e de grande fortuna décadas atrás. Neste capítulo, intitulado “Famílias Aboud, Dailide [sic] e Sekeff: estudos de caso”, o autor descreve as trajetórias vitoriosas dessas famílias, sem, no entanto, questionar se todos os membros foram realmente fervorosos trabalhadores e bem-sucedidos como parecem. Mesmo quando se trata de famílias muito numerosas, como ele mesmo observa, todos são “vencedores”, não existem “perdedores” nessas famílias ou no grupo como um todo, como demonstrado, anteriormente, a partir do texto de Santos (2000). Se retomarmos como exemplo a família Duailibe, Santos (2000) reafirma a competência de seus membros quando narra o caminho de sucesso de outro ramo dos Duailibe:

Mas a família Duailibe é muito extensa. Outro ramo destacou-se no setor de entretenimento, sendo proprietária de várias casas de cinema, entre os quais, existem hoje o Roxi e o Passeio. Outro, já mencionado – o originado do Sr. Miguel Duailibe –, que continua atuando no setor comercial [...]. (SANTOS, 2000, p. 44).

Se temos de um lado os Sekeff ou os Duailibe, que prosperaram até o patamar de grandes comerciantes e usineiros, temos, de outro, os casos do pai do sr. Tónico<sup>110</sup>, do sr. Abdon Salem<sup>111</sup> e de Manzur Miguel<sup>112</sup>, que não foram tão longe economicamente. O pai do primeiro, Snav Javera, ou Leão Santos, como foi “batizado” pelo tabelião quando chegou ao Brasil<sup>113</sup>, saiu da cidade de Homs (Síria) e aqui desembarcou no início do século XX. Primeiramente se estabeleceu no Pará, e de lá migrou para o Maranhão, fixando-se no município de Arari. Javera migrou para o interior do Maranhão sem conhecer ninguém naquela cidade, obtendo somente “informações com os antigos, patrícios que se deslocavam para diversos locais, no interior”, como revela seu filho. Na pequena cidade de Arari, abriu comércio, sem nunca ter exercido a profissão de mascate. O trabalho era duro, “comprava aqui [em São Luís], quando ele já está adaptado, ele fazia compra no Rio, nesses navios [inaudível], passava quinze dias de ida quinze dias de volta, trazia mercadoria, daqui botava

<sup>110</sup> O sr. Antonio Santos, que prefere ser chamado de Tónico, é pai do cantor e compositor Zeca Baleiro. Depoimento concedido, em São Luís, no dia 17 de março de 2005.

<sup>111</sup> Depoimento concedido por Abdon Salem, em São Luís, no dia 15 de março de 2007.

<sup>112</sup> Inquérito policial, 1901. Localizado no Arquivo do poder judiciário do estado do Maranhão.

<sup>113</sup> O depoente afirma que a troca do nome se deu em função de o tabelião ter problema de audição, porém, sabe-se que muitos dos sírios e libaneses trocaram de nome no Brasil para facilitar o contato.

em lancha e barco para Arari”. Apesar de trabalhoso, o negócio de fazendas e gêneros alimentícios prosperou, porém, não se estabeleceu como uma grande firma ou expandiu para outros lugares e ramos, como os patrícios bem-sucedidos economicamente. Com a morte do pai, Tônico e uma de suas irmãs assumem o comércio, que alguns anos depois fecha as portas<sup>114</sup>.

Abdon Salem, por sua vez, imigrou em 1936 pra trabalhar com o irmão Nabi em um comércio na cidade de Codó (MA). Este veio a falecer anos depois, deixando o negócio a cargo dos filhos. Insatisfeito com a mudança na chefia dos negócios do irmão, Salem decidiu migrar para a capital, onde se casou com uma descendente de libaneses. Com o dinheiro recebido de uma herança, comprou uma casa que pertencia a seu cunhado, no centro da cidade, e lá montou uma lanchonete que vendia comida árabe. Apesar de o seu negócio ter prosperado, ele atuou em outros ramos mais dinâmicos.

A trajetória de Manzur Miguel é mais reveladora no que tange às possibilidades de vida desses imigrantes. Nascido na Síria, mas habitando há mais de dez anos em São Luís e declarando-se negociante, morava há três meses na casa de seu sobrinho Alexandre Aboud e o ajudava no balcão do seu negócio. Manzur já era um homem de quarenta e oito anos e vivia, ao que parece, de favor na casa do sobrinho, sem casa própria ou de aluguel e sem seu próprio negócio, apesar de se declarar negociante<sup>115</sup>. O longo período vivido em São Luís e a falta de uma casa e de um comércio próprios revelam uma trajetória malsucedida economicamente. É possível, porém, que tenha em algum momento de sua vida constituído negócio próprio e falido posteriormente, mas o fato é que depois de dez anos de vida na capital maranhense não era um homem próspero do ponto de vista econômico.

Nota-se que apesar de ser uma minoria os que prosperaram e chegaram à condição de industriais, a impressão que sempre fica desses imigrantes é a de sucesso, como se pode notar nas palavras do historiador maranhense Viveiros (1992):

Pobres, mascateiam suas quinquilharias, jurando por Deus, que vende barato, enriquecidos, são os “grasbinnets” do pequeno parque industrial de São Paulo e Maranhão, tornando-se proprietários de usina de descascar algodão, fábrica de tecidos, de pilar arroz, de óleos, de sabão, etc. Desmentindo assim aqueles que só os julgavam capazes de mascate.

<sup>114</sup> Tônico muda de ramo e abre uma farmácia. Antes, estudou farmácia em São Luís, mas não conseguiu concluir o curso em função da administração do negócio do pai.

<sup>115</sup> Essas informações constam em um Inquérito policial de 1901, aberto para investigar a posse de moeda falsa pelo “árabe” Alexandre Aboud, que tentou fazer um pagamento ao tesoureiro do correio. Entre as testemunhas arroladas, estavam o seu irmão Wadir Aboud e o seu tio Manzur Miguel. Alexandre foi inocentado.

Já os que não prosperavam nem como grandes negociantes e industriais, como políticos e profissionais liberais de respeito ou ainda como pequenos e médios comerciantes eram lamentados pelos parentes. Inácio Abdulkader<sup>116</sup>, ao narrar sua vida, lembra-se de uma velha patrícia que ajudou na sua criação. Ela tinha, segundo seu depoimento, três filhos, “mas eram uns malandros e a velha Hawwa chorava por causa dos filhos, que não iam para frente”. (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998). O peso da não prosperidade devia ser grande para os que não alcançavam tal estágio e para a sua família, que muitas vezes investia no indivíduo e criava expectativas com relação a ele<sup>117</sup>.

Nas entrevistas realizadas por mim, como já explicitiei, quando questionados sobre a existência de patrícios pobres ou malsucedidos, os colaboradores foram enfáticos em negar sua existência. França (1991) foi mais feliz nesse ponto: ao entrevistar um descendente de libanês, o Sr. Ribamar Heluy, sobre o tema, ele afirmou que quando alguém não prosperava, os parentes e amigos o ajudavam a voltar para o Líbano: “Os que ficaram pobres aqui, que eu me lembro, foram embora, a colônia se juntava e mandava embora daqui, mandava famílias inteiras embora”. (FRANÇA, 1991).

A rede de conterrâneos funcionava também em sentido inverso, ou seja, se eram ajudados para chegar ou a se estabelecer quando aqui chegavam, também podiam contar com ajuda para voltar. Se não era somente um ato de solidariedade, possivelmente era uma maneira de se livrar daqueles que fatalmente só dariam trabalho e despesas, por isso, o melhor a fazer era despachá-los de volta. A fala do sr. Heluy pode ter a mesma intenção daqueles que “desconhecem” a existência de patrícios pobres ou marginais, como uma tentativa de escamotear os limites da ascensão social destes, pois, ao que parece, nem todos que não prosperaram trabalhando quiseram ou puderam voltar à terra natal, restando-lhes outros caminhos, como o da falcatrú, do roubo, da marginalidade ou simplesmente da pobreza e da precariedade.

É possível que muitos desses imigrantes tenham tido em suas trajetórias passagens pelo trabalho formal ou mesmo informal, trabalhando como balconistas ou vendedores ambulantes pelo centro da capital, mas acabaram fracassando, tendo como outra alternativa a criminalidade. Menezes (2000), pesquisando sobre trajetórias de jovens portugueses no século XIX, relata algumas histórias de fracassos desses jovens, que começaram como balconistas ou

---

<sup>116</sup> Inácio Abdulkader em depoimento a Greib, Maluf e Mattar em *Memórias da imigração* (1998).

<sup>117</sup> Como demonstrado no capítulo I, muitos dos que partiam da Síria ou do Líbano vinham com economias ou empréstimos contraídos pela família, que depositava suas esperanças em um único membro, que era enviado ao Brasil para fazer fortuna.



caixeiros e terminaram atrás das grades ou deportados acusados de roubo e vadiagem. Para os libaneses e sírios, não foi encontrada nenhuma fonte que apontasse explicitamente para esse aspecto, porém, é possível deduzir que os “árabes” trilharam caminhos semelhantes.

Se imigravam, era com a intenção de progredir financeiramente. As histórias sobre o êxito dos patrícios se multiplicavam a cada dia nas suas cidades e vilas, como vimos no capítulo I, estimulando-os a atravessar o atlântico, porém, mesmo contando com uma forte rede de solidariedade, nem todos deram certo economicamente, o que revelaria os limites dessa rede, bem como da imigração em si.

Nos registros da delegacia de polícia, observei que alguns dos sírios e/ou libaneses foram soltos sem pagar fiança por não terem condições financeiras para tanto<sup>118</sup>. Essa falta de recursos para pagar a fiança me leva a deduzir que esses indivíduos, além de não possuírem dinheiro, não tinham quem os ajudassem, estando entregues à própria sorte, já que a família ou os patrícios não mais se importavam com eles. A rede de solidariedade que amparava os conterrâneos na sua chegada, alojando-os e indicando lugares para morar e trabalhar, dando-lhes trabalho como vendedores nos balcões de suas lojas ou como mascates, emprestando dinheiro ou mercadorias para começar seu próprio negócio, ou ainda, como citado por um dos depoentes de França (1990), mobilizando-se para enviar de volta à terra natal os fracassados, desfaz-se para aqueles que ficaram e não progrediram com o trabalho. Por outro lado, a existência da sociedade de assistência, que tinha um papel importante no auxílio aos necessitados, revela a existência de desamparados.

A Sociedade Libanesa Feminina, fundada em 1933, em São Luís, tinha como função ajudar os pobres, mas não necessariamente libaneses e libanesas pobres. Nos seus registros, de 1933 a 1938, não foi encontrado qualquer tipo de amparo ou menção aos que estavam presos, patrícios ou não. No Rio de Janeiro, a Sociedade do Bem-estar dos Caixeiros assegurava nos seu estatuto ajuda aos desempregados e aos que fossem presos, porém, não inscrevia aqueles considerados vagabundos e marginais, revelando as dificuldades encontradas pelos jovens imigrantes portugueses que viviam naquela cidade nas primeiras décadas do século XX, cuja maioria trabalhava como caixeiro. (MENEZES, 2000).

Ainda que tenha tido vida curta e nem todos pudessem se tornar membros da Sociedade – que recusava, por exemplo, aqueles que eram rotulados como desordeiros e vagabundos – a relação de dificuldades e problemas contemplados nos estatutos da associação é um registro precioso das desventuras e dificuldades que podiam afetar os jovens sós fixados na cidade

<sup>118</sup> Delegacia de polícia de São Luís. Registros de flagrante (1905-1921).

do Rio de Janeiro. Muitos dos que ficaram [portugueses] entregues à própria sorte acumularam fracassos e enterraram, em terras brasileiras e de forma definitiva, os sonhos que haviam embalado na difícil e longa travessia oceânica. (MENEZES, 2000).

Outra entidade “síria”, fundada na década de 1910, também na capital maranhense, prestava assistência aos patrícios necessitados. O jornal *A Pacotilha*, em 23 de agosto de 1915, noticia que desde maio a Sociedade Jovem Síria estava funcionando, composta inicialmente por vinte e quatro membros. Entre seus objetivos estava “engrandecer moralmente o nome sírio no Maranhão, *prestar auxílio aos sírios necessitados*, defendê-los contra qualquer opressão e representá-los condignamente”. (A PACOTILHA, 23/08/1915, grifo nosso). Essa sociedade parece realmente ter atuado na assistência aos conterrâneos. Em 11 de julho de 1919, o jornal *Publicador* denuncia a precariedade e o abandono nos quais vivia uma “síria” acometida de cancro no peito:

Uma pessoa caridosa, que a tratava, já a abandonou há dias de maneira que a infeliz ali vivia sozinha, noite e dia, socorrida apenas pelos vizinhos que, de quando em quando, lhe mandavam um pedaço de pão e um copo d’água. Se não fosse isso, talvez já tivesse morrido de inanição.

Dias depois, o jornal se retrata, explicando que a enferma estava recebendo assistência dos seus patrícios através da Sociedade Jovem Síria, que assim que teve conhecimento do fato nomeou uma comissão

a qual vem se encobrimdo da patrícia, que vive cercada de todo conforto. Assim é que há uma pessoa encarregada do tratamento dela, ganhando cinco mil réis diários e outros tantos são gastos com a alimentação da doente, que é todos os dias visitada por membros da referida comissão. (PUBLICADOR, 12/07/1919).

O livro de registro de prisão da estação policial de São João e cadeia pública da capital (1905-1921)<sup>119</sup> também nos dá algumas pistas sobre a existência desse outro grupo. Esses livros registram a data da ocorrência ou da entrada na cadeia, o motivo, o nome do suspeito, a sua profissão e, quando estrangeiro, a nacionalidade.

<sup>119</sup> Livro n. 2328, localizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Entre as ocorrências registradas envolvendo “árabes”, podemos encontrar com frequência o “distúrbio”<sup>120</sup> e em menor proporção a “arruaça” e a “embriaguez”. Os envolvidos geralmente têm sua profissão registrada como negociante. Por outro lado, é possível resgatar algumas ocorrências nas quais os “árabes” classificados de vagabundos são presos por participarem de jogatina, por furto ou ainda por distúrbios. Em 26 de agosto de 1918, dão entrada na cadeia pública os “árabes” Vadi e Jorge, acusados de estarem jogando. Não foi possível, a partir dessa fonte, identificar os tipos de jogos, mas se sabe que fazem parte da cultura dos sírios e libaneses, que se juntavam para jogar em casa e nos clubes fundados por eles. Entre os jogos, o mais comum é o de cartas. Latife Rcy<sup>121</sup>, lembrando sua vida social na juventude em São Paulo, conta que

depois de casada a vida social era a família de Karam [seu marido], que se reunia duas vezes por semana, jogavam brigde enquanto as moças acho que jogavam cucan<sup>122</sup>. Os homens sempre jogavam brigde. Teve depois uma turma aos sábados que vinham também: Chucrí Suriâmi, Dr. Haidar, todos casados. Jogavam pôquer e nós cucan. (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998).

Nessa atividade de lazer que poderia ser praticada tanto em casa com a família como na rua com os amigos, por vezes, era apostado dinheiro, como revela Kalil Sarkis, um libanês de Zarhle, que imigrou em 1925 e viveu em São Paulo, quando fala de sua vida amorosa em seu depoimento: “Chega lá em casa a patroa está boa, os meninos estão bons, a gente esquece que perdeu no jogo [...]”. (GREIBER; MALUF; MATTAR, 1998). Outro jogo comum entre eles é o Gamão, bastante praticado nos clubes e reuniões de família. O sr. Tonico<sup>123</sup> conta que as poucas famílias libanesas e sírias residentes na cidade de Arari (MA) se visitavam e se reuniam para jogar Gamão: “não existia televisão nem nada, depois admito é que veio rádio, mas clube não tinha nada, jogavam gamão, que é um jogo de origem síria também, o Gamão, até hoje existe, mas poucas pessoas usam jogo de Gamão, jogo de pedras”.

No entanto, os jogos não estavam somente ligados ao lazer individual ou familiar. Alguns libaneses fizeram disso uma atividade lucrativa, seja jogando apostando com amigos ou desconhecidos, seja transformando-o em negócio, como foi o caso do sírio Jacob Aristoffi, que “introduziu em Dourados [MS] uma espécie de jogo do bicho” (SOUZA, 2007), ou de

<sup>120</sup> Outros, sem o rótulo de árabe, sírio, turco ou libanês, aparecem presos por distúrbio. Não podemos afirmar se são estrangeiros, mas o nome indica uma possível descendência, como é caso do menor Duailibe, sem profissão registrada, preso por distúrbio.

<sup>121</sup> Filha de libaneses que imigraram para o Brasil em 1880, seu pai foi mascate e depois proprietário de loja na 25 de Março, em São Paulo, fazendo fortuna como comerciante.

<sup>122</sup> Abreviatura de *any cook can play*, em português, “qualquer cozinheiro consegue jogar”.

<sup>123</sup> Depoimento concedido por Antonio Santos (Tonico), em São Luís, no dia 17 de março de 2005.

Manuel Abas, cunhado do sr. Tónico<sup>124</sup>, que chegou a fundar um cassino: “Manoel Abas, ele acabou fazendo um cassino, de dança de jogo, sabe... e hotel ao mesmo tempo [...]”. Ainda hoje, o jogo parece estar presente na cultura desse grupo. Em São Luís, entre os fundadores do Clube de Xadrez, está um descendente de libaneses, que é também um grande entusiasta do pôquer.

Entretanto, os motivos para detenção ou prisão de “árabes” iam além da embriaguez, do distúrbio ou do jogo. Em janeiro de 1921, é preso o sírio Amaro, sem acusação registrada, porém, ele aparece novamente dando entrada na cadeia seis dias depois, dessa vez acusado de furto<sup>125</sup>. Nesse caso, a ideia de “vagabundo profissional” é reforçada pelas prisões em um curto intervalo de tempo.

No dia 04 de maio de 1915, compareceu à delegacia a sra. Hilda Alves, queixando-se de ter sido vítima do conto do vigário pelo “árabe Miguel de tal”, que teria levado dela um objeto de brilhante. O endereço do acusado era conhecido, morava na rua de Santana, esquina com a travessa cinco de outubro, no centro da cidade<sup>126</sup>.

No mesmo ano, dois meses antes, outro árabe, Jorge Nicolau, foi preso acusado de roubar uma roseta, com brilhante, de uma senhora. Jorge já teria vendido a joia a outro árabe.

Está preso no posto policial de São João, à ordem do Sr. Delegado Geral, o arabe Nicolau Jorge. Esse árabe furtou uma banda de roseta, com brilhante, pertencente a uma senhora moradora no Porto Grande, Bacanga, segundo confessou. Jorge já tinha vendido a roseta ao árabe Nagibe, proprietário do botequim em frente ao cinema S. Luiz pela importância de 50\$000. A joia, porém, já se achava em poder do Dr. Delegado. (A PACOTILHA, 13/03/1915).

Esse tipo de ocorrência podia envolver mais de um “árabe”, que podiam ser os executores ou os mandantes, ou os compradores e/ou receptores. Ainda em 1915, um acusado, menor de idade, de roubar fazendas de um armazém acusa o sírio Nagib Lopes de ser o mandante e afirma que as mercadorias roubadas eram vendidas a seus patrícios:

Declarou o larapio à autoridade que cometêra furtos nos citados armazéns, já por umas oito vezes, até que hotem fora prezo em flagrante. Disse mais que faltava a mandado do sírio Nagib Lopes, que vendia a outros negociantes de sua nacionalidade e que, elle próprio, também havia vendido fazendas de tal procedencia, aos sírios Nicolau Elias, Eliza Mattar e Nicolau Monnaier. (O JORNAL, 28/08/1915).

<sup>124</sup> Depoimento concedido por Antonio Santos (Tónico), em São Luís, no dia 17 de março de 2005.

<sup>125</sup> Registros da delegacia de São Luís. Registros de flagrante (1905-1921).

<sup>126</sup> Jornal A Pacotilha, 05/05/1915.

O mandante dos furtos tinha negócio estabelecido em uma das principais ruas comerciais da capital, a rua Grande, na qual funcionava um botequim com bilhar, assim como uma outra envolvida, também “síria”, Eliza Mattar, que possuía comércio de venda a retalhos. Os outros dois patrícios citados estavam estabelecidos em ruas próximas. (O JORNAL, 28/08/1915).

Nota-se que alguns dos “árabes” envolvidos em casos de furtos não participaram do crime por necessidade extrema, por sua sobrevivência diária, mas para garantir maiores possibilidades de lucro. No último caso, o mandante, Nagib Lopes, faz parte daquele grupo que não progrediu economicamente, sendo proprietário de pequeno estabelecimento.

## 2.1 Entre textos e contextos: os imigrantes sírios e libaneses e a mudança de suas representações

Poucos escritos sobre a imigração libanesa e síria podem ser encontrados no Maranhão. A parca quantidade inclui artigos em jornais e revistas, como é o caso do artigo “A libanização do Maranhão”, do jornalista Sérgio Brito, publicado em dezembro de 1991 na *Revista Hoje*, que posteriormente compôs um livro, *O Maranhão Reportagem*, lançado em 2002, coletânea de textos jornalísticos publicados em revistas e jornais do Maranhão na década de 1990 e nos dois primeiros anos de 2000. O artigo de Sérgio Brito, como anteriormente comentado, é uma homenagem aos libaneses que viveram e vivem no Maranhão. Outro artigo, publicado na revista do Centro Caxeiral, foi “O Maranhão e os sírios”, uma feroz crítica a esses imigrantes, que são chamados de parasitas. Logo depois, em 1901, esse artigo foi republicado no já extinto jornal *A Pacotilha*.

É possível encontrar nos jornais *A Pacotilha* e *Diário do Maranhão* do final do século XIX e início do XX uma série de artigos escritos por pessoas que se posicionavam contra ou a favor da presença dos libaneses no Maranhão, ou, sendo mais objetivo, da sua presença no comércio local. Os autores se identificavam por pseudônimos, como Golias, Epaminondas ou Al-arab, talvez para não se comprometerem, e argumentavam em defesa dos sírios e libaneses sobre o direito que todos tinham de trabalhar no que quisessem, conforme garantia a constituição brasileira. Já seus detratores diziam que os “sírios” enchiam as ruas como negociantes e não como mão de obra, que era o que a lavoura necessitava. Entre os jornais desse período, estão *A Regeneração*, *Diário do Maranhão* e *A Pacotilha*. De 1916 a 1921,

destacam-se *A Pacotilha*, *O Publicador*, *O Estado* e *O Jornal*<sup>127</sup>, nos quais os sírios e libaneses já são tratados com respeito e deferência.

Além destes, alguns poucos capítulos de livros trataram do tema, como é o caso de *Uma região tropical*, de Raimundo Lopes, publicado em 1970, mas com textos da década de 1930, de *O Maranhão e suas riquezas*, escrito por Eurico Teles Macedo, ou ainda de *Sírios e libaneses no Maranhão*, publicado pelo professor universitário Olavo Correia Lima em 1981, todos já comentados neste trabalho. Existem ainda duas monografias produzidas para conclusão do curso de história da Universidade Federal do Maranhão, também já mencionadas, nas quais Santos (2000) e França (1990) tentam reconstituir a trajetória desses imigrantes do Líbano ao Maranhão, de sua condição de não comerciantes a de empresários de sucesso, de anônimos no seu lugar de origem a homens de projeção social e política no Maranhão.

Analisando esse pequeno número de escritos, percebe-se uma mudança radical no tratamento dado aos sírios e libaneses. Se no final do século XIX e início do XX esses imigrantes eram vistos com desconfiança, como já tratei no capítulo anterior, e taxados de ladrões, sonegadores de impostos, parasitas e ludibriadores, por volta da segunda metade da década de 1910, nota-se uma mudança no tom, em que os sírios e libaneses passam a ter outro tratamento nos jornais, ganhando destaque pequenos eventos nos quais são protagonistas. Lê-se, por exemplo, uma nota de parabéns ao filho de um “árabe” com direito a elogios: “Hoje, a data do seu aniversário natalício, o inteligente menino Nagib Lauand, aplicado aluno do colégio S. Vicente de Paula, e filho do Sr. Carlos Lauand, proprietário do creditado café ‘Rio Branco’” (O ESTADO, 29/11/1917), uma sobre um casamento entre patrícios: “Dia 19 consorciaram-se Nicolau Elias Haback e Maria Abas Minier” (O ESTADO, 21/09/1916) e ainda outra sobre a chegada de Nicolau Minaier e sua esposa: “Sócio da conceituada firma de nosso praça Neme Minaier e Irmãos”. (A PACOTILHA, 02/02/1920). Se no início do século XX é necessário que escrevam em sua defesa, retrucando os constantes ataques feitos por setores da sociedade que se sentiam incomodados com sua presença no comércio local, nos anos a partir de 1916 e 1917 ganham destaque nos jornais por outros motivos, como a fundação de uma sociedade síria, o “Club Syrio Brasileiro”, a oferta de uma bandeira brasileira ao exército, as doações a entidades de caridade e os elogios ao “operoso povo sírio”. (O ESTADO, 14/11/1917).

---

<sup>127</sup> A lista completa dos jornais pesquisados pode ser encontrada na introdução do trabalho.

O historiador Rocha Pombo no seu livro *Notas de Viagem* notou a mudança na relação com os “sírios”:

E o que é certo é que a colônia em toda a parte *se torna* simpática e estimada e vê a sua integração com o povo brasileiro e com o Brasil, dissipando diferenças: O sirio fica logo amando o país, fazendo causa conosco, sentindo nossas alegrias e as nossas dores. (A PACOTILHA, 06/07/1918, grifo nosso).

Essa mudança estaria relacionada às condições econômicas desse grupo e à sua maior inserção na sociedade maranhense, especialmente ludovicense, como se pode perceber pela composição dos novos dirigentes da Associação Comercial do Maranhão, eleita em 1917. Entre eles, estava na comissão fiscal José Francisco Jorge (O ESTADO, 02/02/1917), provavelmente sírio ou libanês. Outro indício de sua forte inserção social é a presença de três “sírios”, os senhores José Jorge Azar, João Kalil Facure e Miguel Jorge, em uma comissão da Loja Renascença Maranhense, que visitou o governador do estado: “Essa comissão foi, em nome da dita Loja, apresentar a S. Exc. pela sua posse no governo do Estado, felicitações e cumprimentos”. (O ESTADO, 10/11/1917). A penetração desses imigrantes e seus descendentes ia bem mais além. Em 20 de janeiro de 1921, foi nomeado 2 subdelegado da cidade de Alcântara, entre eles, José Nicolau Salomão. (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 20/01/1921).

Se na passagem do século XIX para o XX esses homens e mulheres que desembarcavam em São Luís com uma língua estranha e uma estrutura física diferente impressionaram – não só pelas diferenças, mas também pela escolha quase exclusiva pelo comércio e pela forma como o exercia, vendendo de porta em porta, andando pelas fazendas do interior, trocando suas mercadorias pelas dos clientes, vendendo a preços módicos, ou ainda pela rápida ascensão de alguns – na segunda década, eles parecem já ter se integrado à paisagem e à rotina da cidade. Os negócios se multiplicaram e cresceram, como se vê nos anúncios de jornais de suas lojas e mercadorias, que no início do século XX não apareciam e já na década seguinte surgiram com frequência<sup>128</sup>. A variedade de produtos oferecidos por esses imigrantes e seus descendentes faziam com que ganhassem mais projeção e notoriedade e colocava parte da população em contato direto e cada vez mais frequente com eles, por recorrerem a suas lojas quando necessitavam, o que implicava a convivência entre os

<sup>128</sup> Em 1909, foram encontrados dois anúncios. Em 1912, um; em 1914, dois; em 1918, dois; em 1919, cinco; e em 1920, seis, em diversos jornais, tais como *A Primavera*, *A Pacotilha*, *Palace-Jornal*, *O Imparcial* e *O Publicador*.

membros dos dois grupos. Podemos encontrar lojas como a Estrella de ouro, que anunciava ao “freguês mais exigente” fantasias, cambraias, linho, algodão, rendas, bordados, lenços, meias, perfumes e muitos outros produtos. (A PRIMAVERA, 03/10/1909). Próximo dali, na rua Affonso Penna, Salim Chuayri anunciava “um variado stock de fazendas de todas as qualidades” e, anexo à loja, uma mercearia do mesmo proprietário, que oferecia “um optimo sortimento de estivas e miudezas de todas as qualidades e preços”. (PALACE JORNAL, 16/08/1914). Encontravam-se também artigos para sapateiros e alfaiates (A PACOTILHA, 23/05/1918) ou comida pronta, como uma coalhada importada, que o proprietário do estabelecimento, o sr. Lauand, batizou de “Coalhada Libaneza”. (O JORNAL, 13/01/1919).

Essa maior convivência fez com que já não fossem mais taxados pelos costumes diferentes, como o de comer carne crua, não mais criticados por casarem entre si, nem chamados de ladrões ou parasitas, como antes, por aqueles que se sentiam incomodados com sua presença no comércio local. Obviamente, essa nova postura não atingia a todos. Nos círculos mais fechados, em festas privadas ou em conversas pessoais, muitos, certamente, ainda se ressentiam da forte e crescente presença de alguns membros dessa etnia no mais alto meio social, como descreve Nascimento de Moraes no seu romance *Vencidos e degenerados* (1982). Nos jornais, a intensidade dos ataques diminuíram sensivelmente, a ponto de praticamente desaparecerem para dar lugar a uma outra forma de percebê-los e representá-los. Em 1915, a fundação da Sociedade Jovem Síria é noticiada como uma prestante associação que o jornal faz questão de divulgar e desejar sorte: “Folgamos em noticiar a incorporação de tão prestante associação, a qual desejamos um florente porvir no movimento associativo local”. (A PACOTILHA, 23/08/1915). A morte de Salim Lauand, proprietário do Café Rio Branco e presidente da Sociedade Jovem Síria, é anunciada com pesar, e seus atributos positivos são destacados: “[...] sua morte foi recebida com grande pesar, não só no nosso meio social, onde gozava de estima pelas excelentes qualidades de exemplar chefe de família [...]”. (A PACOTILHA, 06/12/1919). O jornal *O Estado*, noticiando a entrega de uma bandeira nacional pela colônia síria, em nome da mulher maranhense, ao exército, descreve-a como “laboriosa e amiga”. (O ESTADO, 14/11/1917).

Contudo, não eram unânimes as opiniões positivas sobre a “colônia”. Em 1917, em pleno conflito mundial (Primeira Grande Guerra), surgem novas acusações em relação aos sírios em um artigo de jornal, citado em outro artigo, redigido por um funcionário do consulado francês. O artigo rebatia acusações feitas contra os sírios e os libaneses, associando-os aos turcos e alemães. Sabemos que aquela região foi dominada com muita



violência pela Turquia durante séculos e que, naquele período, a Síria e o Líbano eram protetorados da França. O autor refaz esse percurso em sua defesa, afirmando que

são os syrios do Maranhão leaes amigos da França e não podem, pois, merecer de uma população tão affeiçãoada à grande nação latina, como é os maranhenses, as repulsas e as ogerizas que se procurava entre elles despertar. (A PACOTILHA, 13/04/1917).

É interessante observar que as acusações não têm associação com o comércio, motivo maior da desavença dos ludovicenses com os libaneses e os sírios, que pode ser justificada pelo contexto de guerra, no qual os estrangeiros aliados aos inimigos daquele momento são vistos com desconfiança.

É notória a mudança de tom em relação às queixas contra os sírios e os libaneses. Se no início do século são duramente atacados, não só em relação à sua moral e à sua ética, quando são acusados de sonegar impostos e roubar nos pesos e medidas, mas também em relação à sua língua e à sua cultura, como já demonstrado, na segunda metade da década de 1910, as acusações que pesam sobre eles, ainda que sejam morais e éticas, são menos agressivas.

Em julho de 1916, um leitor indignado, possivelmente um comerciante que se sentia prejudicado pelas atitudes dos “árabes”, reclama da resistência deles em não obedecerem às determinações do poder público, que proibia o funcionamento do comércio depois das 19h:

[...] têm alguns arabes donos de casas comerciais que, pela falta de exação por parte dos srs. Fiscais, vão sorrateiramente cometendo certos abusos, atentatórios às leis e aos interesses dos que habitam na mesma vida. Alem de atravancarem as portas de suas lojas com mercadorias expostas em cadeiras, caixas, etc., etc., colocadas sobre os passeios, obstando o transito; fazerem das paredes externas mostradores, onde se achavam expostas, ceroulas, camisas, etc., ainda praticam a inqualificável teimosia de fecharem seus estabelecimentos às 19 ½ horas, quando não o azem às 20. Acrescenta-se a circunstancia de sob o pretexto de habitarem nos mesmos estabelecimentos, conservarem uma das portas abertas e assim irem vendendo abertamente. (A PACOTILHA, 28/07/1916).

A acusação, apesar de atentar contra a ética, na medida em que eram responsabilizados por fazerem uma concorrência desigual ao abrirem suas lojas quando as outras estavam fechadas, utilizava-se de palavras moderadas, não fazendo uso, o acusador, de nenhum adjetivo negativo. Sete meses depois, na coluna “As reclamações do povo”, do jornal *A Pacotilha*, surge mais uma reclamação contra os “sírios”, mas também contra um português que não obedecia outra determinação do poder público: o fechamento das lojas nos feriados.

Quem ora vos escreve teve a ocasião de verificar, de visu, que algumas lojas de sírios e uma portuguesa faziam negócios no dia 24 do findante, aquelas mesmo pelas portas da frente e esta pelo corredor. (A PACOTILHA, 28/02/1917).

São artigos muito esporádicos, em número insignificante se comparados aos do final do século XIX e início do XX, que se referem aos sírios e aos libaneses sem expô-los de forma degradante.

No início do século XX, não encontramos capítulos de livros, livros (de literatura ou não) ou trabalhos acadêmicos sobre o tema em São Luís ou no restante do Maranhão. A única exceção nesse sentido é um artigo publicado na *Revista do Centro Caxeiral* em fevereiro de 1901 e reproduzido no jornal *A Pacotilha* em 12 de março do mesmo ano. Esse artigo é de autoria de Firmino Saraiva, vereador recém-eleito, de estilo bastante conservador que ataca tudo o que pode e vê, tendo como alvo preferencial os “sírios”. No texto, critica a ociosidade e a falta de produtividade dos ex-escravos que libertos se deslocaram para a capital. Não desperdiça palavras contra a tentativa de instalação do parque fabril maranhense, condenando-o ao fracasso diante das dificuldades de concorrer com outros polos. Não se furta de fazer críticas ao sistema de transporte fluvial do Maranhão, que cobrava altas taxas para o deslocamento de mercadorias, o que inviabilizaria a produção no interior, e reclama da falta de estradas de ferro. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

Quanto aos sírios, ele é implacável quando analisa a questão da falta de mão de obra, em função da abolição, e chama a atenção para a necessidade de promover uma corrente migratória para o estado, não se referindo à imigração síria e libanesa, ou melhor, se referindo, mas de forma negativa:

Para cumulo da nossa perturbação, tem convergido para o Maranhão o rebutalho do elemento colonial, o sírio, que vem apenas argumentar o aumento de consumidores improdutivos. Todos se entregam ao commercio, parecendo que nossa cidade compõe se exclusivamente de vendedores sem compradores. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

Para o jovem vereador, os “sírios” não passavam de parasitas: “gente que sempre viveu por justaposição, digo, parasitando, em qualquer parte que esteja, pois so fica onde já encontra vida e que os ature”. (A PACOTILHA, 12/03/1901). Firmino continua investindo ferozmente contra esses imigrantes, criando uma distância entre eles e nós a partir de nossas diferenças: “Não tem o sírio nenhum poder assimilador, não se liga com o indígena, fala uma

língua arreversa e feia, tem não sei que credo e outras queijandas queixas”. (A PACOTILHA, 12/03/1901).

O autor não só aponta para as diferenças, como também destaca negativamente seu conteúdo, como a “língua feia” ou o credo desconhecido. A posição conservadora e agressiva de Saraiva não é isolada, é a postura de um grupo provavelmente ligado ao comércio, já que as críticas nesse momento estão relacionadas à sua presença na praça comercial.

Em outro texto, a obra de Nascimento de Moraes, *Vencidos e degenerados*, um romance publicado em 1915, em São Luís, ambientado nos anos seguintes à abolição dos escravos, seu autor, filho de um negro com uma mulata, nasceu ainda durante a escravidão (1882) e descreveu com maestria esse período. Conhecedor da causa, sofreu preconceito de cor durante sua vida, o que não o impediu de se tornar um dos intelectuais mais respeitados do Maranhão. Moraes escreveu em quase todos os jornais de sua época.

Nas quase trezentas páginas da sua obra mais conhecida, faz referência pelo menos três vezes aos sírios, de forma nada lisonjeira. Em uma delas, o cenário é uma festa com membros da sociedade ludovicense. Médicos, advogados, engenheiros e alguns “rapazes do comércio” dividem a atenção das donzelas. Na sala, o doutor Sampaio, bacharel em Direito, houve d. Arminda, jovem por quem nutria forte afeto, queixar-se de suas amigas “que preferiam os portugueses”. Sampaio, ensaiando um discurso sobre eles, “os portugueses!...”, é bruscamente interrompido por Sigismundo Costa, “um leão da moda, tipo muito comum, muito imbecil e enfatuado, metido a sebo, no conceito de Costa Rego [...]”.

Segue uma pequena querela entre os dois sobre os portugueses, enquanto d. Arminda ouve atentamente, sem demonstrar interesse. Na sequência dos argumentos de Sigismundo, ele diz que

contudo é preferível a colônia portuguesa a colônia síria, a mais arruinadora de todas as colônias, prejudicial a lavoura e ao comércio, composta de indivíduos que não participam de nossa sociedade, que não fazem parte de nossa família [...]. (164).

O próprio Sigismundo já havia elogiado anteriormente as vantagens da colônia portuguesa, que, segundo ele, seus habitantes “trabalham com desespero no comércio, muitos até na lavoura e na indústria; aqui constituem famílias, a quem deixam tudo que ganha numa vida laboriosa de tantos anos”. (164). Nos jornais, é comum encontrar comparações e exaltações à “colônia” portuguesa, em detrimento dos sírios, como no jornal *Diário do*

*Maranhão*, publicado no dia 11 de janeiro de 1900, no qual o autor do artigo afirma, em sentido comparativo, que

essa distinta colônia portuguesa, entre nós, a maior parte delles são casados com as nossas patrícias, todos negociam com nossas regras e costumes, os seus nomes claros e conhecidos, são nossos amigos e irmãos, fallam a nossa língua. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 11/01/1900).

Nas passagens anteriores do livro de Nascimento de Moraes, a personagem faz uma comparação entre as duas “colônias”, exaltando os valores dos portugueses, que constituem família com as maranhenses, enquanto os sírios se fecham dentro de seu grupo. Ora, os portugueses estavam no Maranhão, em São Luís, desde o tempo colonial, com uma presença marcante, primeiramente a serviço da coroa portuguesa, mas também como degredados ou aventureiros, nos termos de Sérgio Buarque de Holanda<sup>129</sup> – mais tarde, como comerciantes da praça de São Luís. Sua longa história nessas paragens justificaria uma melhor aceitação entre os ludovicenses, além disso, muitos eram conceituados socialmente e/ou bem-sucedidos nos negócios, o que facilitava sua inserção social no meio. Talvez por isso as amigas de d. Arminda, personagem de *Vencidos e degenerados*, preferissem os portugueses. Além disso, como frisa o autor do artigo do jornal *Diário do Maranhão*, citado anteriormente, “[...] fallam nossa língua”. Inseridos e integrados na sociedade ludovicense, achavam com facilidade quem os defendessem e, em comparação com os sírios, quem os elogiassem. Por outro lado, os sírios haviam desembarcado no porto de São Luís há bem pouco tempo e muitos não falavam português. A velocidade com que ganhavam espaço no comércio da praça de São Luís, passando rapidamente de vendedores ambulantes a donos de casas comerciais, causava estranheza aos que não os viam com bons olhos.

Em outro trecho de *Vencidos e Degenerados*, d. Arminda, tentando retomar a conversa sobre os sírios: “Os sírios, os sírios!”, é interrompida por seu interlocutor: “São um poder entre nós. Um poder!”. (166).

Esse poder que Dr. Sampaio atribui à crescente presença no comércio de São Luís por esse grupo, que ocupava os espaços daqueles já estabelecidos. A sua presença no comércio ambulante ou fixo gerou desavenças, críticas, perseguição e preconceitos para com os libaneses e sírios, diminuído já na segunda década do século XX e ganhando prestígio e notoriedade a partir da década de 1930 em função de sua melhor colocação socioeconômica.

---

<sup>129</sup> Para o autor de *Raízes do Brasil*, os portugueses se diferenciavam dos europeus do norte (holandeses) por seu espírito aventureiro em oposição ao espírito trabalhador daqueles. Os portugueses seriam caracterizados pela vontade de novas sensações.

Deixaram de figurar somente nos jornais e passaram a ser objetos de observação e análise, com maior frequência, em livros, capítulos de livros e trabalhos acadêmicos a partir da década de 1930. Mesmo que incipiente, a produção voltada para a temática faz referências a esse grupo sempre de forma positiva, enaltecendo-os. Já não é mais necessária a defesa dos sírios e libaneses por eles próprios, pois já encontram quem escreva por eles.

Retomo aqui a análise das publicações já comentadas anteriormente, mas com outra perspectiva, apontando para a mudança em comparação com os textos produzidos no início do século e não referentes às formas de representá-los, como fiz anteriormente.

Entre 1936 e 1938, Raimundo Lopes publica uma série de artigos no Boletim do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sobre o Maranhão, os quais na década de 1970 são transformados em um livro, *Uma Região Tropical*, sendo que um dos capítulos trata da formação humana no Torrão maranhense. Nesse capítulo, Lopes discute os tipos de habitação, recursos da floresta e do subsolo, a tentativa fabril entre outros temas, que incluíam as “raças – O autóctone e seus refúgios – o branco, o negro e o mestiço – Adventícios”.

O autor comenta sobre as populações indígenas e sobre o regime escravista, concluindo que “[...] a fusão branco-negra foi o defeito do tipo ‘mulato’, resultante fisicamente e mesmo moralmente de enfibertura mais frágil que o tipo ‘caboclo’, branco-índio”. (LOPES, 1970). Quanto à imigração, diz que o português sempre aportou aqui e que sua ocupação principal era o comércio, tanto na cidade quanto no interior. Coincidindo com os argumentos do personagem de Nascimento de Moraes, afirma que “o ‘português’ se alia facilmente à sociedade pelos laços de família, pelo sentimento, pelos interesses”. (LOPES, 1970). Quanto aos outros estrangeiros de origem europeia (franceses, italianos, alemães, ingleses), seriam em número insignificante, pois os últimos “influem na economia comercial, como representantes de capitais e de empresas”. (LOPES, 1970). Sobre os sírios e libaneses, reserva dois parágrafos, o que parece pouco, porém é mais do que destinou aos outros estrangeiros juntos. Logo de início os chama de “carcamano”, alcunha pejorativa, como já foi dito no capítulo anterior. Compara-os aos portugueses, mas sem denegri-los, apontando somente para o interesse de ambos no comércio. No parágrafo seguinte, diz o sírio: “[...] não é um bárbaro”. Se não os lisonjeia, pelo menos não os critica. Até a expressão “carcamano” usada pelo autor é justificada: “é a alcunha do sírio no Maranhão”, ou seja, não seria uma expressão preconceituosa usada por ele.

Essa mudança de atitude frente a esse grupo está relacionada à mudança de *status* econômico e, conseqüentemente, social. Gattaz (2005) observou esse fenômeno também em

São Paulo: “Pode-se dizer, entretanto, que em geral a apreciação nacional do imigrante árabe, até os anos 1930, foi mais negativa do que positiva”, e mais adiante conclui:

Formou-se assim um mito abraçado pelos *intelectuais da colônia* – poetas, jornalistas, escritores – que tratam de dar um corpo “teórico” à imigração levantina, especialmente a libanesa. Estes escritores destacavam a coragem, a perseverança, a frugalidade e a honestidade dos mascates pioneiros, e a sua dedicação ao trabalho, à família e à religião (cristã ou islâmica- Enquanto as histórias que denegriam os libaneses eram reduzidas a inverdades ou casos isolados. (GATTAZ, 2005, p. 103-104).

No Maranhão, a tese da mudança de atitude em relação aos libaneses a partir da década de 1930 pode ser confirmada com outra obra: *O Maranhão e suas riquezas*, de Eurico Macedo Teles, publicada pela primeira vez nos anos 1940. O autor dedica um pequeno capítulo aos sírios, intitulado “Colônia síria”. Neste, Eurico Teles faz uma verdadeira apologia aos sírios, colocando-os no mais alto grau de méritos e qualidades. O que descreve é em parte o que o grupo dizia sobre si mesmo: laboriosos, econômicos e de boa relação com os naturais da terra. Reforça o mito do libanês que deu certo: “prosperam até alcançar o nível de negociantes [...]”. (MACEDO, 2001).

O sírio se converte, nas poucas páginas do texto, no mais nobre elemento civilizador, por suas qualidades morais, psíquicas e físicas, pois criam “os filhos de costumes os mais rigorosamente moralizados, ao mesmo tempo que dotados de ótima robustez física [...] sem vícios, e moderados em tudo que diz respeito a festas e bebidas, casando-se ainda jovens e mantendo-se rigorosamente monogâmicos [...]”. (MACEDO, 2001). O autor mais adiante compara-os com os europeus e conclui que nenhuma “raça europeia ou asiática resistiria aos invernos tropicais reinantes nas selvas do Maranhão, como resistiram os sírios e libaneses”. Por último, apresenta-os como o elemento civilizador nos meios mais atrasados, ou seja, no sertão maranhense. Percebe-se no texto de Macedo o inverso do que era publicado nos jornais quarenta anos antes ou mesmo na obra de Nascimento de Moraes de 1915. É verdade que quando o autor descreve a população maranhense evita críticas e valor de juízo negativos, ao contrário, elogia praticamente todos os grupos que encontra. O português “exerce muito justamente a liderança dessa digna profissão do comércio; o imigrante [português] passava a emitir ao nativo o seu mais elevado espírito e iniciativa; o caboclo, por sua vez, é robusto e prestativo” (MACEDO, 2001), além de trabalhador. O sírio, então, é corajoso e moralizador, entre outros atributos, destacando-se em relação aos outros pela maior quantidade de elogios.

Na década de 1960, outra publicação, *História do Maranhão*, do renomado historiador Jerônimo Viveiros, traz um capítulo com esses imigrantes como protagonistas. O autor conta

a história do Líbano, exalta os recursos naturais do lugar, elogia a educação e, dentro de uma tradição historiográfica que se inicia na década de 1930, perdurando até os dias atuais, reforça as representações positivas sobre esses imigrantes, taxando-os de empreendedores disciplinados, amantes da ordem e do respeito às instituições públicas. O texto de Viveiros reproduz a ideia do imigrante que chegou mascateando e alcançou os espaços mais nobres no comércio, na indústria e na política maranhense. Suas reflexões não passam por outra possibilidade, para ele, a imigração libanesa foi um sucesso e acredita, ao que parece, foi também para todos, pois não questiona a possibilidade da existência de outros que não se sobressaíram em sua empreitada. O autor reproduz um longo trecho, como já foi demonstrado no capítulo anterior, do livro *Galhos de Cedro*, de Conceição Aboud, um romance apologético à imigração. A obra não foi publicada<sup>130</sup>, o que é lamentável, pois o longo fragmento exposto por Viveiros nos dá uma ideia do valor do romance para a história dos libaneses no Maranhão. O livro narra a história de Nabira, que depois de ficar viúva se lança em uma viagem transatlântica em direção ao Brasil, tendo como destino final o Maranhão. O texto descreve as dificuldades da viagem, a escolha pelo lugar, a dura rotina do trabalho pesado, ambulante, nas ruas. A história contada tem um diferencial, as mulheres, como sabemos, vieram em pouca quantidade e foram associadas à família. O registro de mulheres viajando sozinhas é muito raro, como é o caso de Nabira, que veio sem marido, sem pai ou irmão, sem ter quem a esperasse. Mas o texto de Conceição Aboud não poderia ter outro tom, afinal ela é uma descendente desse grupo e, por isso, procura heroificar seus ascendentes. Logo, o texto tem o sentido de louvação dos seus pares, de engrandecimento da imigração, o da heroificação do libanês.

*Sírios e libaneses no Maranhão* foi escrito pelo professor Olavo C. Lima em 1981 e logo na sua primeira página, intitulada “Página de honra”, homenageia Aziz Sequeff, imigrante que se mudou para o Maranhão em 1882 e aqui fez fortuna, e muitos amigos, inclusive o interventor Paulo Ramos. Ess homem de muitos conhecimentos, segundo o autor, “escrevia em árabe com correção e elegância, inclusive colaborava em jornais árabes do sul do país [...]”. (LIMA, 1981). Aziz era reconhecido pelo professor Olavo como um homem “modesto, amável, conversador. Gastador, farto e generoso [...]”. O antropólogo não poupa elogios ao velho libanês e à comunidade como um todo, exaltando seus atributos relacionados

---

<sup>130</sup> O livro não está nas referências bibliográficas de *História do Maranhão*, v. 3, e também não foi encontrado nas principais bibliotecas da capital (Biblioteca Pública Benedito Leite, Casa de Cultura Josué Montelo, Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Maranhão, Casa de Cultura Domingos Vieira Filho e a Biblioteca da Academia Maranhense de Letras). Em conversa com o atual presidente da Academia Maranhense de Letras, Lino Moreira, fui informado de que o livro não teria sido publicado.

ao trabalho, à civilidade. Lima (1981), por outro lado, não nega que ainda há resquícios preconceituosos em relação aos “carcamanos”: “Em compensação não me emprenharei com o etnocentrismo habitual do maranhense, que subscreve o velhíssimo conceito homérico, quando o vagabundo herói Odisseu e seu fiel Eumaios, humilde pastor de porcos, afirmaram que os homens do Líbano eram ‘velhacos e trapaceiros’”.

A desmontagem da representação negativa é lenta e se dá devido ao empenho de alguns estudiosos em reforçar os atributos positivos criados e propagados por esses imigrantes e seus descendentes.

Na década seguinte, encontramos o texto do jornalista veterano Sérgio Brito, “A libanização do Maranhão”, incluso no livro *O Maranhão Reportagem*. Brito trabalhou no rádio maranhense, em uma revista no Rio de Janeiro, e escreveu para a maioria dos jornais de São Luís a partir de 1965. O texto descreve o Líbano e sua história desde os primórdios, passando pela chegada dos primeiros imigrantes ao Maranhão, e termina com a conhecida representação do libanês bem-sucedido: “Se Said Ackel, o poeta de Zarhle, vier visitar-nos nessa época e verificar o quanto é forte e expressiva a presença de seus filhos em nossos quadros políticos e administrativos [...]”. (BRITO, 2002).

O interesse do jornalista em escrever sobre o tema pode estar relacionado às suas ligações afetivas e de amizade com membros desse grupo, como revela a apresentação do seu artigo no livro: “Ligado por fortes laços de amizade a muitas das famílias de libaneses radicadas em São Luís, Sérgio Brito conta, em *A libanização do Maranhão*, a heróica saga desse povo que começou a chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX”. Esse experiente jornalista não deixa de dignificar e heroificar esses imigrantes quando os descreve:

Foi assim, obreira e ordeiramente, que eles se espalharam pelo Maranhão inteiro, correndo campos, vadeando rios, subindo serras, atravessando matas, a pé ou em lombo de burro, com suas enormes malas de quinquilharias e de sonhos. E nessa vida “tormentuosamente heróica” [...]. (BRITO, 2002, p. 243).

As monografias de Magda França (1990) e Robson Santos (2000) seguem caminhos semelhantes. Elaboradas para serem defendidas na conclusão do curso de História da UFMA, em São Luís, ambas foram orientadas pela professora Regina Faria no intervalo de dez anos. Os temas abordados e a tônica é a mesma: a exaltação desses imigrantes. O primeiro trabalho, defendido em 1990 por Magda França, tem o título de *O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão*. A estrutura do trabalho se assemelha aos muitos existentes fora do Maranhão e aos poucos do estado. Primeiramente, disserta sobre o Líbano, em seguida discute os motivos



da imigração e finalmente sua chegada e inserção social e econômica. A tônica de ambos os textos é traçar as trajetórias (do grupo ou individuais) como bem-sucedidas e não há menção a elementos negativos de sua cultura, defendidos por outros, nem referências a características denegridoras, pelo contrário, há uma valorização desses homens e mulheres e seus descendentes, como vencedores.

Fica claro que as representações construídas e difundidas pelos sírios e libaneses foram muito bem-sucedidas, enquadrando escritores e pesquisadores profissionais. A bibliografia mesmo diferindo em temáticas e abordagens não consegue se desprender desse estereotipo, mantendo assim até os dias atuais as representações dos libaneses e sírios, e não a dos seus detratores. Nesse sentido, podemos afirmar que nessa guerra de representações os sírios e libaneses saíram vitoriosos.

### **3 O USO DA FORÇA, CARIDADE E CIVILISMO COMO PRÁTICAS DE RECONHECIMENTO**

A chegada e a estadia na nova terra, geograficamente tão distante de sua origem, na língua ou nos costumes, não foram para boa parte de sírios e libaneses o que esperavam. Muitos não conseguiram enriquecer como um dia sonharam, outros tiveram de voltar para casa mais cedo do que pensavam e sem a riqueza imaginada. O trabalho não resolveu todos os seus problemas e a falta deste para alguns os levou para outros caminhos. A dura realidade que tiveram de enfrentar esses homens e mulheres, sírios(as) e libaneses(as), no Maranhão não se resumiu a sonhos frustrados ou expectativas não alcançadas, pois encararam ainda a resistência de parte da sociedade que os viam com desconfiança, com um olhar preconceituoso, criticando sua fala, sua comida, sua escolha profissional e seu modo de trabalhar. Esse olhar preconceituoso e as dificuldades encontradas por eles em serem aceitos em uma sociedade que os via com desconfiança os obrigou a usar instrumentos, como a força, e táticas<sup>131</sup> para alcançar o reconhecimento desejado.

O desejo leva o homem a procurar coisas fora dele mesmo, enquanto que a razão ou o cálculo mostra o melhor modo de consegui-las. Porém, além disso, os seres humanos procuram o reconhecimento do próprio valor, ou das pessoas, das coisas ou dos princípios por eles investidos de valor. A tendência para investir o próprio eu de um certo valor, e exigir o

---

<sup>131</sup> Por tática entendo a “arte do fraco”, a “astúcia”, “a ação calculada” do indivíduo, “o movimento dentro do campo do inimigo”, como quer Certeau (1994).

reconhecimento desse valor, é o que na linguagem popular de hoje chamamos “autoestima”. (GOFFMAN, 1999).

Essa busca pelo reconhecimento obrigou-os a usarem determinados expedientes, como a força, ou a se metamorfosearem em situações que exigem um comportamento ou atitude que não seria a sua, mas que o outro esperava ou aprovava. A discussão que se segue não trata do uso da força como tática para o reconhecimento da coletividade social, mas sim da individualmente nos embates pessoais, “homem a homem”. Isto é, esses imigrantes quando fazem uso da violência como forma de ser reconhecido pelo outro não buscam premeditadamente o respeito e a consideração da coletividade, da sociedade em geral, a sua solução é para aquele momento, com aquele(s) indivíduo(s).

Não trato aqui do reconhecimento como forma elaborada, planejada, como estratégia dos sírios e libaneses de serem reconhecidos socialmente pela coletividade. Por outro lado, não desconsidero a possibilidade de em outros momentos essa ação ser deliberada, planejada, o que quero dizer é que, de uma maneira ou de outra, as suas ações tinham um sentido, o reconhecimento. Os meios para alcançar esse reconhecimento, como disse, são difíceis de identificar como planejados ou não, conforme coloca Goffman (1999): “[...] a própria vida é uma encenação dramática. o mundo todo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não é”.

A defesa da honra, o machismo ou a proteção da família são tratadas como formas de reconhecimento individual, nas quais em cada embate ou conflito é preciso fazer frente ao outro para que este reconheça o lugar do sírio e do libanês. Para Goffman (1999), “quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir”.

No tópico “Caridade e inserção na vida cívica do Brasil”, trabalho em outra perspectiva, analisando os atos, as práticas, como forma de se fazer reconhecer pela coletividade, aproveitando-se das brechas deixadas pelos que controlam os maranhenses que se colocavam em oposição a esses imigrantes, revertendo normas e instituições do outro em seu benefício.

### **3.1 As várias faces do recurso à violência**

No Brasil contemporâneo, sociólogos e antropólogos, e mais recentemente historiadores, vêm tratando do tema da violência. Não vou aqui fazer uma revisão

bibliográfica sobre o tema, porém, vou apresentar três trabalhos de historiadores que penso serem relevantes para a discussão que faço do uso da violência. Esses historiadores discutem o tema – não necessariamente de forma central nos seus trabalhos – no Brasil do século XIX e início do XX.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), em *Homens livres na ordem escravocrata*, estudou uma comunidade de livres pobres em Guaratinguetá, no século XIX, onde homens e mulheres viviam apartados da produção para o mercado devido ao uso de mão de obra escrava nas grandes propriedades. Se no início da colonização a presença do escravo podia ser justificada pela falta de mão de obra, no século XIX essa já não era a realidade, pois contingentes significativos de homens e mulheres livres estavam disponíveis para o trabalho na lavoura e nas cidades. Dispensados, muitos desses livres pobres organizaram-se em comunidades, prestando serviços, em geral, à grande lavoura ou simplesmente vivendo da cultura de subsistência.

A autora trabalha em uma perspectiva diferente daquela até então hegemônica de que a solidariedade prevalecia na comunidade, demonstrando, por sua vez, que a violência era parte integrante do cotidiano dos moradores, seja no trabalho, seja no lazer. Os conflitos emergiam a qualquer instante e ligavam-se, “em boa parte das vezes, a acontecimentos que são irrelevantes [...]”. (FRANCO, 1997). Porém, Franco (1997) insiste que os conflitos e o uso da força por membros dessas comunidades estão ligados à disputa do “mínimo vital”, em que “as competições pelas raras oportunidades de obtê-lo também se desenvolve por meios violentos”.

Diante da dificuldade de conseguir dinheiro e de ter uma fonte segura e constante de recursos, homens e mulheres podiam se digladiar por pecúlios, mesmo que mínimos, que garantiriam sua sobrevivência. Resumindo, ainda que advertindo os leitores de que o uso da força se daria por motivos aparentemente torpes, o que geraria o conflito e consequentemente a violência seria a disputa por recursos.

*Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub (2001), por sua vez, apresenta o cotidiano da classe trabalhadora no Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse trabalho, delimitado pela história social, Chalhoub propõe-se a ir além da visão clássica do trabalhador “com consciência política”, militante de associações, sindicatos ou partidos políticos. Seguindo um caminho inverso ao de Maria Sylvia, o autor demonstra no capítulo intitulado “Matando o ‘bicho’ e resistindo aos ‘meganhas’” que as querelas entre os trabalhadores que

se davam aparentemente por motivo fútil eram motivadas por rixas<sup>132</sup> antigas ou pelo menos com antecedentes, “nesse contexto, a violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade”. (CHALHOUB, 2001). Nesse sentido – o da previsibilidade –, os argumentos de Chalhoub, estudando a classe trabalhadora no Rio de Janeiro no início do século XX, aproximam-se dos de Galvard (2001), quando este se refere aos conflitos na Idade Média: “A violência obedece, então, em todas as categorias sociais, a um encadeamento lógico dos fatos. Aquele que conduz da injúria ao gesto injurioso, dos golpes e feridas à morte”. Ao que parece, para um fenômeno atemporal, a injúria inicial terá como fim quase certo o confronto do injuriado e do injuriador. Quem acompanha a contenda desde o início praticamente tem como prever o final, já que esses conflitos, segundo Chalhoub e Galvard, têm um encadeamento lógico.

Chalhoub vai adiante e elenca o machismo como detonador da violência entre os homens: “Os conceitos machistas de coragem pessoal e destemor contaminam inteiramente o ambiente. O apelo aberto a tais conceitos parece indicar aos circundantes que a tensão é agora irreduzível e o conflito é praticamente inevitável”. (CHALHOUB, 2002). Nas discussões que antecedem o confronto, insultos são trocados com alusões a preconceitos machistas ou com conteúdo de rivalidade. (CHALHOUB, 2002, p. 324).

Já Ivan de Andrade Vellasco (2004), autor de um artigo publicado na *Revista Tempo da Universidade Federal Fluminense*, intitulado “A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes-Minas Gerais no século XIX”, que analisa a documentação judicial daquela comarca, afirma que a violência era uma cultura que permeava as relações sociais oitocentistas, extrapolando os condicionantes econômicos, do “mínimo vital”, como quer Franco, ou ainda “do homem despossuído”, de Chalhoub<sup>133</sup>. Para Vellasco (2004, p. 175), “a violência não pode ser explicada apenas como resultado derivado das condições de marginalização e escassez”.

Os homens e as mulheres recorriam constantemente ao uso da força para resolver problemas, delimitar seus espaços e defender o que consideravam direitos seus. Para Vellasco

<sup>132</sup> O autor entende rixa como “situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente, ao conflito direto entre os contendores”. (CHALHOUB, 2001).

<sup>133</sup> Para Chalhoub (2001), “o homem despossuído constrói a identidade social a partir do que faz, e não, obviamente, a partir do que tem, pois, por definição, ele pouco ou nada tem. Sendo assim, para ele, ser é fazer, e não possuir. Por isso, a ideologia machista como reconstrução dos despossuídos reveste-se de todo um sentido de ação” [...]. Hobsbawm (1998) encaminha seu raciocínio em sentido semelhante: “É o fato de que, para os marginalizados sem orientação, para os pobres fracos e abandonados, a violência e a crueldade – às vezes sob a mais personalizada forma sexual e ineficaz socialmente – são os substitutos do êxito pessoal e do poder social”.

(2004), a prática da violência era uma forma de defender seus valores, como honra, valentia e coragem, que nada mais eram que outros nomes para a dignidade.

Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria. (VELLASCO, 2004, p. 176).

Aqui a questão da honra aparece como valor a ser protegido, como valor maior desses homens e mulheres, mas principalmente dos homens envolvidos em querelas.

O que pretendo não é afirmar que o uso da força seja inerente aos sírios e/ou libaneses, que a violência seja um atributo desse grupo, longe disso. Entendo que o uso desses recursos para resolver querelas pessoais seja *in group*, seja *out group* pode fazer parte do *métier* de qualquer grupo ou indivíduo, independentemente da classe social, grupo étnico ou sexo:

Homens e mulheres – e sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais – tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução de problemas, de enfrentamento de conflitos. (VELLASCO, 2004).

Para Vellasco (2004), “a violência estava longe de ser um atributo de uma classe ou grupo social específico”. Conflitos resolvidos com uso da força envolvendo sírios e libaneses aparecem constantemente nas páginas policiais dos jornais da capital maranhense, nos flagrantes de delitos lavrados na delegacia de polícia de São Luís e esporadicamente nos processos criminais<sup>134</sup>.

Muitos buscam resolver seus problemas com outros através do diálogo ou pela forma legal, procurando a polícia e denunciando seus desafetos, em vez de solucionar a questão por conta própria, como aconteceu com Carlos Lauande, que na noite do dia 29 de maio de 1920 teve seu estabelecimento comercial, o Café Rio Branco, no centro da cidade, invadido por um sujeito, brasileiro, que lhe fez inúmeros insultos. Lauand, segundo descreve o jornal, conseguiu retirá-lo da sua casa comercial sem feri-lo ou ferir-se, porém, no dia seguinte, outro sujeito, Antonio “Palhaço”, invadiu seu estabelecimento armado de faca, querendo vingar o espancamento de um amigo por um outro “árabe”, sendo dominado pelo proprietário, que chamou a polícia para recolhê-lo à delegacia<sup>135</sup>.

<sup>134</sup> Dentre a documentação judicial, encontrei duas denúncias de estupro, o que não é objeto de estudo aqui, mesmo considerando o crime como uma violência e um confronto entre um brasileiro e “sírios” no centro de São Luís, já descrito no capítulo I.

<sup>135</sup> A *Pacotilha*, 01/05/1920.

Em outra ocasião, Elias Nacif procurou a polícia para denunciar um praça do corpo militar do estado que teria raptado uma menor que vivia em sua companhia<sup>136</sup>. A matéria, muito curta, não esclarece nada sobre o ocorrido. Nos dias seguintes, nenhuma outra referência ao ocorrido foi encontrada. Que idade teria o “árabe”? Qual a relação que mantinha com a menor que vivia com ele? Eram amasiados? Ela trabalhava para ele? Diante de tais lacunas, fica difícil fazer qualquer tipo de especulação sobre o ocorrido. Não foi possível averiguar se a questão foi resolvida, e, se foi, por quem, se por ele ou pelas autoridades policiais<sup>137</sup>.

Em outro caso, que envolvia mulheres próximas aos “árabes”, o desfecho é conhecido, e dessa vez a procura pela ajuda da polícia se dá após eles mesmos terem resolvido a questão. Raimundo Dantas, de 19 anos, *chauffeur*, foi amarrado e espancado por quatro “árabes” que depois o entregaram à polícia, acusando-o de roubo. O motivo relatado na matéria seria o flerte do motorista com a filha de um deles. Apesar de longa, vale a pena a reprodução de parte da matéria.

[...] na ocasião em que estava conversando com sua amada, cerca de 22, 30 horas, ouvindo-lhe as queixas e reclamações, entram Nicolau Azar e Elias de Tal. Dantas procurou escafeder-se, mas foi agarrado pelos dois árabes. Nesse ínterim Miguel e Nicolau Jorge aparecem também e com os outros levam o rapaz para um compartimento do sobrado, onde depois de lhe atarem as mãos, o esbordoaram, fazendo-lhe várias contusões e ferimentos no rosto e na cabeça. Em seguida levaram-no para o posto de S. João, entregando-o, ainda amarrado, como suspeito de roubo<sup>138</sup>.

O flerte da garota com Raimundo Dantas não explica por si só o espancamento do jovem por quatro homens em um cômodo de um sobrado no centro da cidade. Temos que considerar o valor dos filhos e da família para esses imigrantes e seus descendentes. “A família parece ser o bem mais precioso dos sírios e libaneses. O bem-estar de todos os seus descendentes é o objetivo e a responsabilidade do chefe: esposo e pai”. (KEMEL, 2000). No depoimento do sr. Henri Duailibe<sup>139</sup>, a importância da família fica explícita na vontade de reunir toda a família em almoços de domingo:

<sup>136</sup> A *Pacotilha*, 22/12/1916.

<sup>137</sup> Um dos problemas de trabalhar com os jornais foi a dificuldade de encontrar a continuidade das matérias, mesmo que em jornais diferentes, o que obviamente impossibilita o cruzamento das fontes. Na documentação de polícia, os dados também são muito limitados.

<sup>139</sup> Henri Duailibe, entrevista concedida em São Luís, em março de 2007.

Quando casamos, todos, todo domingo íamos almoçar com papai. Isso eu faço também, aqui todo domingo é uma festa, são vinte netos que eu tenho, uma bisneta, todos vêm pra cá, minhas noras, meus genros, as namoradas dos netos, é uma festa, é uma festa, todo domingo tem essa reunião aqui. O nosso hábito, do meu pai, da minha mãe, depois os filhos casaram, era fazer uma reunião todo domingo. (A PACOTILHA, 29/04/1920).

Além da importância da família e da obrigação e responsabilidade em protegê-la, outro ponto deve ser levado em consideração: o casamento inter-racial. Alguns dos meus depoentes casaram-se com mulheres libanesas ou descendentes<sup>140</sup>. Lima (1981) transcreve um trecho do livro de Conceição Aboud, *Galhos de Cedro*, no qual a personagem Nabira reclama ao neto que case com uma patriciã: “Sérgio, pelo amor de Deus, case com moça de sua raça”. Ora, se havia uma predisposição dos homens em casar com mulheres do mesmo grupo, pode-se deduzir que os pais das moças também preferiam o casamento entre iguais, então era preciso resguardar filhas e irmãs para um casamento com patrícios, o que poderia explicar a pancadaria a qual foi exposto o jovem Dantas.

No entanto, outra questão se impõe: por que outros homens, que parecem não ser parentes<sup>141</sup>, se envolveriam no caso? Seria um dos irmãos, Jorge, pretendente ou namorado da moça? A fonte não traz essa informação, porém, outra hipótese pode ser levantada: a solidariedade entre patrícios. A ideia de família para esses imigrantes iria além da ideia ocidental moderna de família nuclear. Os vínculos eram marcados pela origem da cidade, da aldeia, da vizinhança, exceto a síria ou libanesa. (TRUZZI, 1997). Essa solidariedade de grupo pode ser percebida também no conflito entre o moleiro Cantidio e os libaneses que o espancaram. Cantidio reclamou que apanhava enquanto seus conterrâneos assistiam à cena, sem que ninguém interviesse a seu favor. Do outro lado, vários patrícios dos “carcamanos” envolveram-se no confronto<sup>142</sup>.

Quanto à acusação de roubo sofrida por Dantas, o motorista, parece ter sido inventada para justificar o espancamento, já que ele tinha profissão, ia fazer uma entrevista e contratou um advogado imediatamente após o episódio.

Em outro evento envolvendo “árabes” e uso da força contra brasileiros, várias versões emergem das páginas de três jornais de São Luís, que narram os fatos no dia do acontecido e no dia seguinte. O ocorrido envolve diretamente os irmãos “árabes” Jorge e Nicolau Jorge Walkim, proprietários de um armarinho no centro da capital, e o maranhense, de 20 anos,

<sup>140</sup> Abdon Salem, Michel Rabane, Faíçal Maluf e também os pais de Henri Duailibe, Alberto Duailibe e Antonio Santos (Tonico).

<sup>141</sup> Os sobrenomes são diferentes.

<sup>142</sup> Refiro-me aqui ao processo crime que envolve o moleiro brasileiro Cantidio e os libaneses que o agrediram, narrado no capítulo I.

comerciário, Guilherme Pacheco. Na primeira versão, Pacheco e seu amigo Guedes encontram-se na frente do estabelecimento dos Walkim. Os “gracejos e pilhérias” dos primeiros ofenderam tanto que, depois de uma discussão, estes foram atingidos por uma cadeira, revidando com uma tranca, a qual acertou a cabeça de Guilherme, que desferiu vários golpes em Nicolau e em seu irmão<sup>143</sup>.

Em outra versão, publicada no dia seguinte, Guilherme Pacheco conversava com Antonio Ferreira quando foram interrompidos por Nicolau. Tentando resolver calmamente a situação, Guilherme sai andando, quando é atingido com uma tranca na cabeça por Nicolau Walkim. Caído no chão, teria ainda recebido vários golpes de tamboretas dos dois irmãos. “A multidão logo se reuniu, protestou indignada e os mais exaltados lançaram-se aos dois irmãos, quebrando a cabeça de Nicolau e a cabeça e o braço esquerdo do Salim<sup>144</sup>”. Os envolvidos de última hora gritavam “morram os carcamanos!”<sup>145</sup>.

Na terceira versão, os limites das redes de solidariedade mais uma vez são expostos. O jornal denuncia a participação de outros membros do grupo na querela. Guilherme, ao passar em frente ao estabelecimento comercial dos “árabes”, foi agredido, tendo seu amigo José Guedes lhe ajudado quando caminhava pelo local. Caso contrário, poderia ter sido linchado, pois “surgiram árabes de todas aquelas cazas. Brandindo cacetes, para esbordoar o rapaz<sup>146</sup>”.

Em outras situações de conflito, os “árabes” se armam para confrontar seus desafetos, seja protegendo sua integridade física dos ataques de outros, seja investindo contra terceiros. Sem a mesma polêmica e riqueza de detalhes do fato narrado anteriormente, o periódico *O Jornal* divulga um episódio envolvendo um “árabe” e um brasileiro:

Hontem, às 19 horas, o árabe Gabriel Hitanit<sup>147</sup> ao passar pela casa de seu cunhado, à Rua Grande, encontrou sua mãe em lágrimas, devido à mulher Maria Luiza dos Santos, moradora à Rua Direita tê-la insultado. (O JORNAL, 23/08/1915).

Gabriel foi à casa da insultante, “pulou a cerca e gritou: ‘mato-te, miserável!’ e deu um tiro para os ares”. O rapaz, segundo a fonte, dirigiu-se “a casa do sr. Thiago Torres, 2 delegado, ao qual comunicou que examinava a sua arma, quando esta disparou”. O desfecho do caso foi a denúncia contra Gabriel e sua prisão junto com Maria Luiza. (O JORNAL, 23/08/1915). Aqui, mais uma vez, parece ser invocada a importância da família, em que cabe ao homem proteger esposa, filhas e mãe. Em outra ocasião:

<sup>143</sup> *O Estado*, 13/10/1915.

<sup>144</sup> Que seria Jorge em outra versão.

<sup>145</sup> *O Jornal*, 14/10/1915.

<sup>146</sup> *O Jornal*, 13/10/1910.

<sup>147</sup> Ou Haitanite, como divulga o jornal *O Estado*, no mesmo dia.



“[...] diversos indivíduos estavam cantando hontem às primeiras horas da noite, numa venda de frutas à rua da Fonte das Pedras, canto com a da Cruz, quando chegou o árabe Elias Catelo intimando-os a acabarem a cantarola, pois queria dormir, visto ser morador ali perto”. O pedido teria gerado uma discussão que acabou com Catelo disparando seu revólver e sendo preso. (A PACOTILHA, 16/08/1915).

Outra notícia divulgada por *O Jornal* diz que Catelo vinha do cinema e teria “encontrado diversos ‘cidadãos’ que faziam algazarra alarmando os moradores daquele ponto”. Pediu que parassem, o que resultou em insultos e ofensas contra ele e sua origem, o conteúdo de rivalidade ao qual se refere Chalhoub (2001). Um dos “beligerantes” teria dito que “carcamano não tem bandeira”. Sem reagir, Catelo teria ido embora, sendo seguido por um homem e uma mulher; para assustá-los, teria disparado sua arma para o ar. Elias acabou preso para dar explicações. (O JORNAL, 16/08/1915).

As ofensas aos sírios e libaneses ainda aparecem, mesmo que esporadicamente. O insulto preferido parece ser chamá-los da “carcamanos”, como se pode observar nos dois casos acima narrados. No primeiro exemplo, a injúria teria sido pronunciada somente no fim da contenda. No segundo exemplo, o nome “carcamano” teria sido citado no meio da discussão, o que poderia ter gerado maior conflito, já que não gostavam de ser assim chamados.

Nem sempre os conflitos entre sírios, libaneses e brasileiros envolvendo o uso de armas terminavam sem feridos. Em 1919, José Mariano, descrito pelo jornal como “um turco de índole má”, “munido de duas pistolas, como que alucinado, desfechou tiros a torto e a direito em algumas ruas, resultando balar 3 pessoas”. O “turco” foi perseguido por policiais e por uma multidão que queria linchá-lo. Sem munição, refugiou-se no prédio do consulado português, onde foi preso e encaminhado à delegacia. Os motivos da ação não são descritos na matéria<sup>148</sup>.

Nos confrontos envolvendo armas brancas ou de fogo, brasileiros e sírios e/ou libaneses se feriam, como foi o caso “do árabe Zacarias Antonio, ferido por arma de fogo, pelo indivíduo Luis de Tal”. O ferido encontrava-se na casa de outro “árabe”, Filipe Duailibe, ou em outro evento: “o árabe Abílio Chatak, foi preso por esfaquear um indivíduo”. (O JORNAL, 10/02/1919).

As ocorrências extrapolam os limites da capital. Em uma cidade do interior do Maranhão, São Bento, o confronto entre nacionais e sírio-libaneses tomou proporções maiores, sendo um enfrentamento de grupos e não de indivíduos. “Syrios e nacionais” se enfrentaram, tendo como consequência diversos feridos, inclusive a filha de um desses imigrantes. O governo enviou uma força de 30 soldados e um delegado para manter a ordem pública na cidade. (A PACOTILHA, 13/02/1907). Três dias depois dessa notícia, outra era publicada sobre São Bento: “As auctoridades procederam a corpo de delicto, horem, nas contusões e ferimento na pessoa de um árabe, tomando também conhecimento do apedrejamento e violências praticadas na casa da família Atta”. (A PACOTILHA, 16/02/1907).

O que se pode perceber é que o conflito foi muito sério, com confrontos de grupos, espancamentos e ataques a residências de “sírios”, e que não foi um episódio isolado, mas com duração de alguns dias, obrigando o governo do estado a enviar tropas para a localidade.

Se os adultos maranhenses e sírio-libaneses e seus descendentes enfrentavam-se individualmente ou em grupo, as crianças também se envolviam em confusões. No romance maranhense *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes (1982), os “sírios” sofriam ataques de crianças, que puxavam suas fazendas e os xingavam em árabe, provocando a ira desses imigrantes que, indignados e com armas em punho, ameaçavam os delinquentes.

Escolares e moleques que brincavam por ali puxavam fazendas de amostras colocadas às portas, gritavam-lhes obscenidades em frases árabes já deles conhecidas, e os carcamanos furiosos, ameaçavam com a mão fechada, esbravejavam, mostravam, selvagememente, as trancas das portas, ou, no auge da cólera por ouvirem repetidos os insultos lhes zunirem irritantes aos ouvidos, as vaías, sacavam revólveres das gavetas, com o que se afastava a troça. (MORAES, 1982)

O episódio narrado no romance encontra sua versão na vida real. O jornal *A Patria* traz uma nota denunciando as ações de um punhado de estudantes que provocam os “árabes” em seus estabelecimentos comerciais e prevê as consequências, chamando a atenção para a tragédia que poderia ocorrer devido a essa prática.

Scena desagradável, certamente, teremos a registrar em breve, si providencias enérgicas não forem tomadas. O facto é que estudantes de diversas escolas, ao passarem em o estabelecimento de bebidas de um árabe, à rua Affonso Penna, investem com ditérios e chufas contra o proprietário, numa gritaria enorme, e ao raro lhe atiram pedradas, latas, cofos, etc. O árabe reppelle-os, e nos últimos dias a reação tem sido mais forte. Informam-nos que elle já se acha preparado par “recebê-los” na

primeira ocasião. É melhor prevenir que remediar. Aos pais de família avisamos para que não tenham a lamentar, nesta terra sem segurança publica, algum facto lamentável. (A PATRIA, 04/05/1908).

O “árabe” comerciante parece se armar para esperar seus pequenos e incômodos desafetos, preferindo resolver seu “problema” sem a ajuda das autoridades.

Em fevereiro de 1917, na rua Grande, à época já uma das principais ruas comerciais do centro da cidade de São Luís, crianças são presas por atirar pedras umas nas outras. “O major Tiago Torres vai providenciar para fazer cessar os distúrbios provocados, diariamente quase, por moleques e pequenos árabes, na rua Grande, trecho da loja Otomana à loja Brasil”. (A PACOTILHA, 26/02/1917). Os “pequenos árabes” certamente eram filhos ou parentes de proprietários de lojas nessa rua. A Casa Otomana, assim como a Casa Brazil, eram de propriedade de libaneses. Os “moleques”, por sua vez, poderiam ser, também, filhos de comerciantes brasileiros ou portugueses daquela rua. Uma hipótese para a troca de pedradas quase diária na rua Grande entre os grupos de crianças pode estar relacionada simplesmente a uma brincadeira, porém, uma outra pode ser levantada: seriam provocações dos “moleques” em relação aos “pequenos árabes”, referindo-se à sua origem, à sua língua e à sua fama de roubar em pesos e medidas de mercadorias. Henri Duailibe lembra que seu pai não quis que ele e os irmãos aprendessem árabe para não serem chamados de carcamanos<sup>149</sup>. Os sírios e libaneses eram vítimas constantes das brincadeiras de mau gosto, insultos e provocações de crianças e adolescente maranhenses, o que gerava indignação e reações enérgicas das vítimas, como pode ter sido o caso de um escolar espancado por um “syrio” na rua Grande. Possivelmente, os insultos e provocações eram práticas dos “moleques”, e não casos isolados.

Os conflitos solucionados com o uso da força nem sempre se davam entre grupos ou membros de grupos opostos. Assim como os brasileiros, os libaneses também se enfrentavam. As brigas podiam ocorrer não só no nível do mesmo grupo, mas também de relações proximais, “de camaradagem”, como revela uma das matérias dos jornais. No dia 20 de outubro de 1916, encontravam-se em um botequim à rua Grande “os árabes” José Jorge e Nacer Homici, por volta das onze e meia da noite, quando lá discutiram. No meio da confusão, Nacer “avançou para seu amigo malhando-o de murros”. (*O ESTADO*, 20/10/1916). Esses confrontos entre patrícios estão relacionados, segundo Kemel (2000),

a sua emotividade quase passional, reconhecida pelos imigrantes descendentes de ambos os grupos, há uma facilidade muito grande dos

<sup>149</sup> Entrevista concedida em São Luís em março de 2007.

indivíduos sentirem-se ofendidos uns com os outros. Esse comportamento provoca, portanto, muitos rompimentos entre amigos e famílias, estendendo-se ao grupo como um todo.

Muitas vezes, esse rompimento pode prolongar-se por anos, e o casamento entre membros das duas famílias em crise retoma a relação conflituosa. (KEMEL, 2000).

Além da emotividade, outros motivos podem levar patrícios ao confronto com o uso da violência. Truzzi (1991) fala do sectarismo religioso ou de lugar, que muitas vezes atrapalhavam a fundação de empreendimentos, como associações ou instituições filantrópicas. Já Viveiros (1992) lembra a forte rivalidade que existia entre as casas comerciais e lojas da capital maranhense. Essa rivalidade e os interesses comerciais podem ter motivado a briga entre os “árabes Abrão Abdala e Dufik Dadir”, que se engalfinharam “em plena rua pública”. No meio da briga, apareceu um guarda que os levou à delegacia, onde se descobriu que Abrão trazia mercadorias do Pará sem pagar impostos: “a sua bagagem, em todas essas viagens, consta de 5 e 6 malas que vão vazias e voltam cheias<sup>150</sup>”. É possível sugerir que a briga tenha se dado em função do comércio, já que Abrão vendia esse tipo de mercadoria, o que possibilitava a ele vender mais barato e/ou ter mais lucro que seus concorrentes, e Dadir poderia ser um deles.

Como já mencionado, a violência não é privilégio de classe, grupo social ou sexo, mas algo que fica claro na leitura das fontes é a prevalência do masculino e da ocupação ligada ao comércio dos sírios e libaneses envolvidos em conflitos<sup>151</sup>. Em relação à preponderância do masculino, entendo que passa, primeiramente, pela maior quantidade de imigrantes do sexo masculino. No que tange à sua ocupação, tinham uma maior proximidade com o mundo exterior a casa, pois passavam o dia na rua, ou atrás de balcões de lojas, vendendo suas mercadorias em contato permanente com outros indivíduos. Não que as mulheres não trabalhassem no comércio, como já demonstramos no capítulo I, mas a proximidade dos homens com outros homens e mulheres fora do ambiente familiar era maior desde a época dos primeiros mascates. Logo, o contato maior, em função dos negócios e relações de vizinhança e de amizade, podia levar à tensão mais facilmente os homens do que as mulheres. Para Vellasco (2004), “homens e mulheres, sempre mais os primeiros em todos os estratos sociais,

---

<sup>150</sup> *A Pacotilha*, 24/05/1921.

<sup>151</sup> Quanto à primeira questão, Truzzi (1997) e Gattaz (2005) apontam para a maior quantidade de homens migrantes, o que pôde ser confirmado por minhas fontes, tanto nos registros de pensões e hospedarias, nos quais o número de mulheres é insignificante (décadas de 1930 e 1940), quanto nos registros do porto de São Luís, no final do século XIX e início do XX, e também nos Certificados de Matrícula (1920 a 1923). Em relação ao segundo ponto, nota-se essa prevalência a partir dos registros policiais e judiciais e dos jornais, quando os envolvidos se declaram comerciantes ou negociantes.

tornavam-se violentos, ou recorriam à violência física” como forma de solucionar seus problemas.

A ligação da atividade profissional voltada ao comércio da maioria dos envolvidos em casos de uso da força está obviamente relacionada a uma tradição que se construiu na imigração sírio-libanesa no Brasil, pois esses imigrantes, mesmo não exercendo essa função no seu local de origem, desenvolveram essa atividade no Brasil, já que necessitavam, a princípio, na época dos mascates, de poucos recursos.

Creio que outra possibilidade de análise, para compreender o uso da força e da violência por esse grupo, deve ser levada em consideração: o preconceito sofrido no Brasil, onde eram representados de forma negativa, associados a tudo que a sociedade rejeitava<sup>152</sup>. Bandeira e Batista (2002), em artigo publicado na *Revista Estudos Feministas*, intitulado “Preconceito e discriminação como expressão da violência”, discutem a construção do preconceito e a visibilidade das discriminações decorrentes e afirmam que

[...] uma sociedade que prega a construção diferenciada e não plural de seus membros, como signo do preconceito, que admite o acesso particularizado de alguns, seja aos bens materiais, seja aos bens culturais, que dá valorização positiva a desigualdade substantiva de seus membros está fadada à instauração da violência nas suas variantes materiais e simbólicas.

A sociedade ludovicense das primeiras décadas do século XX pode ser descrita dessa forma. Com uma tradição de preconceito contra os negros – em parte justificada pela sua presença abundante durante os séculos XVII e XIX, do qual o romancista Nascimento de Moraes foi vítima nas primeiras décadas do século XX –, não foi diferente com os sírio-libaneses que desembarcaram em São Luís. Boa parte dessa perseguição está ligada ao comércio, à sua rápida ascensão na praça comercial da capital, e, como demonstrado, extrapolaria esse campo, atingindo-os em outros aspectos como a fala, a moradia, o jeito de comerciar ou o casamento endogâmico.

Se tomarmos os dois pontos citados pelas autoras no fragmento do texto acima, a saber, o acesso particularizado de alguns e a valorização negativa da desigualdade, podemos melhor vislumbrar a relação dos dois grupos e a construção do preconceito. Parte da sociedade ludovicense que se opunha à presença dos libaneses na cidade, principalmente à sua participação no comércio, invocava os direitos dos nacionais em detrimento dos direitos do estrangeiro ao exercício do comércio, um deles chegando a lembrar uma lei provincial que

---

<sup>152</sup> Parte da discussão foi realizada no capítulo I.

criava um imposto para tentar impedir os judeus de comerciar no Maranhão (DIÁRIO DO MARANHÃO, 31/01/1900), outros questionando a liberdade de escolha da profissão garantida na primeira constituição republicana: “O que importa dizerem ‘Justus’ e ‘Golias’ que sendo a liberdade de commercio um direito garantido, nada há que possa impedir o exercício da profissão. Bem... não é porem tanto assim<sup>153</sup>”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 25/01/1900). Em segundo lugar, valorizavam a diferença entre ambos, nacionais e “árabes”, reforçando aspectos que ditos de outra maneira soavam como feios, estranhos e diferentes, como o hábito de casarem entre si, a forma de falarem que ninguém entendia ou ainda o costume de “atacar” os fregueses que passavam na frente do seu comércio. O preconceito, segundo Bandeira e Batista (2002, p. 8-9), faz-se presente

[...] em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, como lógica de inclusões/exclusões consequentes, porque geralmente associadas a situações de apreciação-depreciação/desgraça. O preconceito se contrapõe as qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, honestidade, propósitos que afirmam valores atemporais e regras éticas.

Esses destaques e a desqualificação das diferenças, assim como o achincalhamento público, levariam muitos desses imigrantes, em defesa de sua honra e de sua história, a atos de violência.

O uso da força pelos sírio-libaneses não foi pontual, mas também não pode ser caracterizado nem como uma prática social, nem como uma característica. A violência e o uso da força estão em todo lugar e a qualquer tempo, porém podemos caracterizá-los em um tempo e espaço determinados.

### **3.2 “Caridade” e inserção na vida cívica do Brasil**

Da existência latente de preconceito e diferença na sociedade maranhense do início do século XX, a uma maior integração social percebida a partir de meados da década de 1910, os sírios e libaneses conquistaram maior visibilidade positiva, o que pode ser justificado, em parte, como fruto das ações de uma fração desse grupo. Com doações ao asilo da cidade, a entrega de uma bandeira ao exército durante a primeira Guerra mundial ou a abertura de

---

<sup>153</sup> “Justus” e “Golias” escreviam nos jornais em defesa dos “sírios”, tinham argumentos em seu favor e recorriam à constituição brasileira, que garantia o direito de profissão a qualquer um, independentemente da nacionalidade.

estradas, esses imigrantes aparecem como sujeitos preocupados com os acontecimentos e problemas do Brasil e do Maranhão.

A colonia síria deste Estado, querendo, mais uma vez, dar uma prova publica e solene da sua profunda gratidão para com a nossa pátria, a quem tudo deve, e da sincera disposição em que se encontra de defender o Brazil como de fora sua pátria de origem [...]. (A PACOTILHA, 20/04/1917).

Uma das sociedades instituídas por esse grupo, a Sociedade Beneficente Feminina Libanesa, fundada em 1933, por exemplo, como já mencionado nos capítulos anteriores, tinha como objetivo ajudar os pobres. O seu último estatuto, de 1987, mantém essa função, como pode ser lido no seu artigo I:

A Sociedade Beneficente Libanesa Feminina, fundada em 03 de outubro de 1933, com o nome de Sociedade Beneficente de Senhoras da Colônia Síria Libanesa, destina-se a criar um ambiente de maior convívio social ente os membros da Colônia Síria Libanesa radicada no estado do Maranhão, formar um fundo para donativos, auxiliar as instituições de caridade e incrementar o desenvolvimento cultural e artístico. (ESTATUTO..., 1987).

Mas as boas ações dos sírios e libaneses para com os maranhenses não se limitavam às intenções das sociedades beneficentes: o Asilo de Mendicidade, por exemplo – existente até hoje –, recebia doações esporádicas e mensais daqueles que se prestavam a contribuir com a instituição. Os doadores não ficavam anônimos, tendo seus nomes divulgados nos jornais da cidade. Em abril de 1919, o jornal *O Publicador* divulgava a lista dos doadores mensais daquela instituição, sendo pessoas jurídicas e físicas. Entre eles, figuravam “árabes”, como José Jerissate & Irmãos, Abrão Azar & Irmãos, Abrão Sequef, entre outros. (O PUBLICADOR, 17/04/1919). O interessante a ser observado é que entre os valores das doações, que variavam de 5\$ a 25\$, os libaneses contribuía com a menor parcela, como a maioria dos doadores. Essa simbólica contribuição me leva a crer que os sírios e libaneses se apropriavam dessas ações filantrópicas e as transformavam em seu benefício, a exemplo dos indígenas durante a colonização espanhola, que transformavam as práticas religiosas do outro em seu favor, como explica Certeau (1994):

Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as

subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las [...].

Para o poder instituído, ou seja, para aqueles que definem as ações, o ato de doar representaria solidariedade e caridade para com os que necessitavam. Assim, para os sírios e libaneses era a oportunidade de desconstruírem uma imagem negativa e passarem a ser respeitados. As doações a entidades por parte de membros desse grupo parecia ser uma prática recorrente. O jornal *A Pacotilha*, em 1915, divulgava o nome do proprietário do Café Rio Branco, o sr. Kalil Lauand, como doador de recursos a serem distribuídos “entre os lázaros e a Assistência à Infância”. (*A PACOTILHA*, 20/04/1915). Os pequenos também faziam doações a entidades de assistência e tinham seus nomes anunciados em listas públicas, como a que foi publicada em 1919: “Enviaram-nos cupões da Ferro Carril, para os lázaros e assistência à infância: a menina Afife Nahas, 2\$ [...]”. (*A PACOTILHA*, 26/12/1919). Se o nome dos nacionais eram divulgados, os seus também eram, dando-lhes maior visibilidade diante da sociedade maranhense.

Mas a prática de doar recursos a entidades de assistência é bem anterior à década de 1910, podendo-se encontrar registros ainda no final do século XIX, quando da chegada das primeiras levas de imigrantes sírios e libaneses. (*DIÁRIO DO MARANHÃO*, 15/01/1900). Em um dos debates que se travaram nos jornais, no final do século XIX, sobre a presença dos sírios e libaneses no comércio da praça da capital maranhense, um dos seus críticos, que assinava sob o pseudônimo de “Sansão”, os acusava de nada contribuir para a sociedade ludovicense e os criticava pela sua escolha quase exclusiva pelo comércio. “Golias”, que assinava o artigo em defesa dos sírios e libaneses, lembrava a Sansão que os tratando bem, no futuro poderiam colaborar para a melhoria da cidade:

Quanto a não nos prestarem os syrios presentemente serviço algum nem assim devemos offendel-os, por que quer parecer-nos que se os tratarmos bem, mais tarde melhor relacionados com os nossos hábitos e costumes poderão até se tornar até úteis, já subscrevendo para edifícios de caridade e já contribuindo para abertura de estradas e limpeza publica da que actualmente existe [...]. (*DIÁRIO DO MARANHÃO*, 15/01/1900).

As doações não eram simplesmente ações de caráter cristão, da prática da caridade, elas tinham um fim que atendia aos interesses desses imigrantes, que era o de diminuir a resistência da sua presença no estado, ou, mais especificamente, no comércio local, e coexistir “pacificamente”.

Mayol (1994), quando analisa as práticas dos sujeitos ordinários no bairro, diz que “a organização da vida cotidiana se articula ao menos segundo dois registros: Inicialmente, “os



comportamentos [...]” e “Os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro”. Quanto ao segundo registro, apesar de o autor se referir às práticas cotidianas no bairro, essa categoria de análise se adéqua à discussão das táticas utilizadas por esses imigrantes com o intuito de serem bem-vistos e aceitos socialmente no Maranhão. Para Mayol (*apud* CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1994), a convivência representa “um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando a anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fim de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”. Mais adiante, Mayol (1994) afirma que “a contrapartida desse tipo de imposição é para o usuário a certeza de ser reconhecido [...]”.

Outro exemplo de tática praticada por esses imigrantes está relacionado a ações de caráter civilista. Em 1917, em pleno conflito mundial, a “colônia síria” oferece ao “tiro Coronel Rondon” uma “custosa bandeira nacional”. (O ESTADO, 14/11/1917). A bandeira era oferecida em nome de todas as mulheres maranhenses e não somente em nome da colônia ou das mulheres sírio-libanesas. Simbolicamente, a não vinculação exclusiva do ato de entregar a bandeira à mulher sírio-libanesa ou à colônia como um todo repercutia positivamente, provocando um reconhecimento pelos maranhenses, aproximando-os e tornando-os iguais.

Merece aplausos, bem justos, portanto, este nobilante gesto da colonia síria, neste momento grave em que o Brazil se acha pronto para a guerra, a fim de batalhar em prol do Direito, em defeza da Humanidade, colocando-se ao lado das nações aliadas, contra a barbarie prussiana, que tantos flagelos vem causando ao mundo e de quem os sírios teem recebido os maiores martírios. (O ESTADO, 08/11/1917).

A solenidade de entrega foi pomposa, o que facilitava o conhecimento sobre o evento e o reconhecimento de ação.

À hora marcada formação na referida praça três companhias respectivamente dos tiros 47, 344, 48 batalhão de caçadores, como também o grupo de escoteiros maranhenses. A graciosa menina Olga Lauand, em nome da colonia síria, fará o discurso de entrega do pavilhão, ao bravo e disciplinado tiro. (O ESTADO, 14/11/1917).

No dia anterior à festiva solenidade de entrega, a bandeira fora exposta no estabelecimento ‘o Brasil’, de propriedade de Salim Lauand, no centro da cidade (O ESTADO, 14/11/1917), revestindo o evento de um caráter simbólico significativo.

Outra questão deve ser levada em consideração. O evento, como já mencionamos, aconteceu em meio à Primeira Guerra Mundial, em que alemães e turcos lutavam do mesmo lado e contra os países ao qual o Brasil se solidarizava. Em meio ao conflito, especulações vinculavam aos turcos os sírios e libaneses e seus descendentes. Os ataques à “colônia síria” geraram um artigo do representante do consulado francês em defesa desses imigrantes. O sr. Pierellevé trata de desconstruir tal ligação, demonstrando a partir de fatos históricos a longa dominação dos turcos no Líbano e na Síria, motivo pelo qual esses imigrantes e seus descendentes não compactuariam com os alemães e seus aliados. (A PACOTILHA, 19/04/1917).

Lembro que os libaneses eram obrigados a lutar ao lado de turcos e germânicos, sendo muitas vezes maltratados e humilhados pelos primeiros, como revela Mussa Chacur, que foi obrigado a lutar no exército turco. (GREIBB; MALUF; MATTAR, 1998).

Fiquei um ano e meio escondido. Assim que saí na rua me pegaram. Só que agora estava sujeito à força! A lei marcial! Enforcaram muita gente mas tive sorte... não sei se me achava muito novo ainda, pequeno, qualquer coisa, não me mataram mas me mandaram para o pior batalhão do exército turco: para abrir trincheiras, trabalhar na terra. (GREIBB; MALUF; MATTAR, 1998).

Posso deduzir que os que os escreviam contra esses imigrantes, associando-os aos inimigos do Brasil, naquele momento, faziam de má-fé. Explico: A imigração dos sírios e libaneses para o Brasil se dava desde o fim do século XIX, ou seja, há pelo menos vinte anos. Entre os motivos da mudança estava a dominação turca, e isso parecia ser notório, principalmente para aqueles que escreviam em jornais, por serem letrados e discutirem sobre assuntos diversos, convocando artigos da constituição brasileira ou versando sobre a história do Oriente. O próprio agente consular percebeu a intencionalidade quando escreveu:

“Sei, positivamente, que procuram certos inconscientes indispor o povo maranhense contra a colônia syria deste Estado, apregoando-se, aleivoamente e à socapa, que os syrios são turcos, e, portanto aliados dos alemães. Tais acusações se dão num momento bastante específico, quando deu-se em consequência do infame incidente germanico- brasileiro” (A PACOTILHA, 19/04/1917), o que consequentemente poderia aumentar a desconfiança dos maranhenses com os libaneses.

As ações no sentido de desconstruir essa ligação e reafirmar os laços dos sírios e libaneses com o Brasil continuaram naqueles dias. Em 20 de abril, é noticiado o envio de um

telegrama da “colônia síria” ao presidente da república, colocando-a “à disposição, de forma incondicional, na defesa do Brasil”. O próprio jornal “denuncia” a intenção da colônia:

A colônia síria deste Estado, querendo mais uma vez, *dar uma prova pública e solene* da sua profunda gratidão para com a nossa pátria, a quem tudo deve, e da sincera disposição em que se encontra de defender o Brasil como se fôra sua pátria de origem, pois que é aqui que está o seu presente e aqui guarda o seu futuro [...]. (A PACOTILHA, 20/05/1917, grifo nosso).

No que tange a essas ações ou a esse consumo, nas palavras de Certeau (1994), “poder-se-ia afirmar que a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre esse fundo sem serem seus proprietários”, em outras palavras, a função já é programada, determinada, como é o caso das doações em dinheiro para entidades assistenciais e o “Tiro de Guerra”. O primeiro caso diz respeito a ajudar os necessitados, mas também a praticar caridade, ato condicional para ser um bom cristão; o segundo representaria a força protetora do país ou o próprio Brasil.

Os sírios e libaneses conduziriam suas ações dentro desse espaço, inventado e controlado pelo outro, por aqueles que lhe criticam e rejeitam, transformando em benefício próprio. As maneiras de atuar são inventadas por aqueles que deveriam obedecer. As táticas então praticadas por esse grupo estariam na “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”, do “movimento dentro do campo do inimigo”, como dizia Von Bulow, e no espaço por ele controlado. (1994).

O ato da doação da bandeira pela “colônia síria” e o telegrama enviado ao presidente podem estar relacionados às acusações de aliados dos alemães, já que se dão alguns meses depois, sendo possivelmente uma tentativa de diminuir a desconfiança dos nacionais para com eles – o que reafirmaria assim sua identidade distinta da dos turcos – ou, ainda, uma oportunidade de demonstrar sua “real” ligação com os brasileiros. Seria então uma ação calculada, objetivando uma leitura que os aproximaria dos brasileiros. A ideia de igualdade entre sírios e libaneses e brasileiros aparece com maior ênfase em um artigo publicado no calor dos acontecimentos narrados acima. O autor frisa a doação da bandeira ao “tiro” e lembra a disposição deles em marchar com os brasileiros contra a tirania. Em outro parágrafo, acentua a identificação entre os sírios e libaneses e os brasileiros: “Não precisamos, no entanto, para justificar a identificação da colônia syria conosco, para demonstrar a comunhão estreita de ideias pelas quaes ellas se liga [...]”. Em outro artigo, o autor lembra a relação afetiva desses imigrantes com o Brasil e a solidariedade com os brasileiros: “O syrio

fica logo amando o país, fazendo causa conosco, sentindo nossas alegrias e nossas dores”. (A PACOTILHA, 06/07/1918).

Ainda no texto de Salim Lauand, presidente da Sociedade Jovem Síria, ao agradecer a Edgar Rostand pela defesa imprimida em favor daquela comunidade, reafirma que

hoje, mais do que hontem, estamos perfeitamente unidos aos filhos da terra das palmeiras, dispostos a defender, com elles, o imenso país do Cruzeiro do Sul, das garras [ilegível] da águia negra que esvoaça, faminta, sobre quase todo o mundo”. (O ESTADO, 12/11/1917).

Mais adiante, diz que “ao lado dos maranhenses, e, portanto, ao lado dos brasileiros, formaremos quando a pátria chamar sem sermos surdos a ella; porque a pátria não os fala ao ouvido nos fala à alma, e a alma não pode ser surda”. (A PACOTILHA, 19/04/1917).

O cenário estaria montado pelos sírios e libaneses para “ludibriar” o outro, tentando parecer como o outro gostaria que ele fosse. Para Goffman (1999), “o inferior pode estar tentando, como muito tato, colocar o superior à vontade, simulando o tipo de mundo que se julga que o superior considera natural”.

Esses recursos, conscientes ou não, seriam legítimos, pois a inserção social desses imigrantes não foi fácil, na medida em que houve muita resistência por parte da sociedade, que os via de forma diferente, acusando-os das mais torpes ações e questionando seu caráter publicamente. Se vinte anos depois as impressões mudaram, como podemos observar a partir dos jornais e textos escritos sobre eles, é possível perceber que nem todos estavam convencidos de sua “boa índole”, pois continuavam a sofrer ataques e questionamentos mesmo que de forma esporádica, e se boa parte da desconfiança foi vencida, foi por que esses homens e mulheres souberam usar de astúcia para com os que os destrataavam, convencendo-os de que sua visão era equivocada e que eles tinham muito a contribuir.

## CONCLUSÃO

Entre a chegada dos sírios e libaneses ao Brasil e o seu reconhecimento pelos antigos moradores, uma longa trajetória se impôs, com inúmeros percalços, dificuldades e problemas, obrigando esses imigrantes a fazerem escolhas, usando expedientes ou táticas para driblá-los e alcançarem os objetivos desejados e seus projetos de vida. Ganhar dinheiro, melhorar de vida, enriquecer e ser reconhecido social e culturalmente podem ser considerados os objetivos e/ou projetos de vida desses imigrantes que começaram a chegar ao Maranhão nas últimas duas décadas do século XIX.

Deixaram para trás suas vilas e cidades, sua família, sua língua e sua cultura para reencontrá-las em fragmento do outro lado do mundo, onde parte de sua vida parecia os esperar – vizinhos, amigos ou parentes, a língua, a culinária ou a religião praticada pelos patrícios que aqui primeiro chegaram. Os esperavam também os desafios de uma nova terra, onde quase tudo lhes era estranho, a não ser pelas cartas dos que aqui já estavam e pelos depoimentos dos que retornavam. Para muitos dos que desembarcaram no porto de São Luís, já havia quem os amparassem. Comida, emprego e dormitório eram oferecidos pelos primeiros desembarcados e constituíam a garantia, pelo menos em tese, de uma vida senão promissora, pelo menos sem maiores dificuldades, aquelas enfrentadas pelos pioneiros. Se por um lado havia essas facilidades para alguns, para o grupo em geral a recepção não foi calorosa, pelo contrário, seus integrantes eram vistos como uma ameaça por aqueles já estabelecidos no comércio local da capital maranhense, que os acusavam de ludibriar seus clientes ou de não pagar impostos. O campo estava demarcado e os objetivos, além daqueles que os trouxeram, isto é, ganhar dinheiro e melhorar de vida, estavam definidos: conquistar respeito e reconhecimento.

A inserção social foi marcada pelas dificuldades em se firmarem no comércio local. Inicialmente vendendo de porta em porta nas cidades e fazendas, nas ruas ou em barracas, frações desses imigrantes conquistaram seu espaço na praça de São Luís e em cidades do interior, negociando entre eles, com os maranhenses ou ainda com os portugueses, viajando para o interior e para os centros comerciais em busca de mercadorias, trocando seus produtos com o dos fregueses e fazendo incursões em outros ramos de produtos e comércio. Parte desses homens e mulheres ascendeu rapidamente, passando de mascates ou vendedores ambulantes a comerciantes estabelecidos, e uma fração menor ainda chegou a comandar empreendimentos industriais ou a se tornar profissionais liberais reconhecidos. Para estes, a

inserção social foi mais fácil, o que não quer dizer que as suas trajetórias tiveram inúmeras dificuldades, como citado acima.

O sucesso econômico e reconhecimento social desse grupo levaram à mudança de paradigma no trato dispensado a eles pela sociedade ludovicense. De ladrões e golpistas, passaram a ser descritos com respeito e certa deferência, sendo classificados como obreiros e sujeitos portadores de ilibada moral. No entanto, essa mudança no trato não se deu somente pela sua ascensão econômica, mas também pelas maneiras de fazer, do uso de táticas e pelas bricolagens praticadas por esses imigrantes, que se aproveitavam dos espaços, tradições e práticas do outro – do ludovicense – para tirar proveito próprio, construindo uma imagem de próximo, de igual ao brasileiro, ao maranhense, momento em que passa a reconhecê-lo não mais como um estranho, mas como sujeitos integrantes de uma mesma comunidade.

Nem todos conseguiram êxito em seus projetos, muitos não passaram de pequenos comerciantes, donos de botecos ou de lanchonetes; outros não saíram da condição de empregados, trabalhando atrás de balcões de comércio; existiram ainda aqueles que não “deram certo”, que não se estabeleceram nem de uma forma, nem de outra; e os que enveredaram por outros caminhos, como o da ilegalidade. Essas duas últimas fatias da imigração buscaram como saída para a sobrevivência, ou tentativa de melhoria de vida, negócios escusos, como o roubo, pequenos golpes e contravenção, escapando daquela representação criada e propagada pelos sírios e libaneses, a de que todos os seus patrícios foram bem-sucedidos.

A partir dos que não tiveram sucesso, como também daqueles que lograram êxito, estabeleceram-se dois conjuntos de representações, um construído e difundido pelos próprios sírios e libaneses, que insistiam que todo patrício teria sido bem-sucedido e que homens e mulheres vindos da antiga Síria apresentariam uma vocação incondicional para o comércio e forte apego ao trabalho. Em contrapartida, os brasileiros – maranhenses e ludovicenses – elaboraram uma outra imagem desses imigrantes, associando-os ao roubo, à falcaturia e à desonestidade e acusando-os de enriquecerem ilicitamente, de desestruturarem o comércio da praça de São Luís, de quererem viver som-ente da atividade comercial, bem como de não trabalharem.

Essa luta de representações se deu com maior vigor no final do século XIX e início do XX e perdurou pelas duas próximas décadas, perdendo força ainda nesse período e tendo como vencedora a representação dos imigrantes, consolidada a partir da década de 1930, como se pode observar nos jornais e na literatura sobre o tema, quando deixam de ser acusados e passam a figurar como exemplos de moral e comportamento a serem seguidos.

Entendo que essa luta pelo imaginário coletivo, por um conjunto de representações que devem ser fixadas, teve como vencedora a dos sírios e libaneses, pois foi a versão que fizeram de si mesmos que prevaleceu, seja na literatura descomprometida academicamente, seja nos escritos acadêmicos, seja no senso comum. A mudança do tom nos livros que abordam o tema pode ser percebida, embora ligeiramente, a partir da década 1930; nos jornais, ainda na década de 1910, mas com maior vigor, na de 1920. É importante notar que esse conjunto de representações positivas aparece nos trabalhos acadêmicos recentes em todo o Brasil, nos quais autores e autoras, mesmo que de forma inconsciente, repetem essas representações sem questioná-las.

Porém, afirmar que luta foi vencida integralmente seria um erro, entendo que essas imagens elaboradas pelos sírios e libaneses sobre si mesmos que permanecem no imaginário coletivo sofrem contínuos ataques e por isso precisam ser reforçadas constantemente. A permanência da alcunha dada, no Maranhão, a esses imigrantes (carcamanos) e da fama que têm de obter dinheiro sem necessariamente ser fruto de trabalho árduo são indicativos de que a representação positiva precisa ser reelaborada.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Filipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes In: ALENCASTRO, Luís Filipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anália Soria. Preconceito e discriminação como expressões da violência. **Revista Estudos Feministas**, 2002.

BRITO, Sérgio. A libanização do Maranhão. In: LIMA, Felix Alberto (Org.). **Maranhão em reportagem**. São Luis: Clara, 2002.

CABREIRA, Márcia Maria. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 1, v. 3, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBAS, Jurandir. **Representações: uma contribuição para o debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre . **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botecoim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Trabalhos da memória, Projeto História**, São Paulo, n. 17, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, jan. 1900.

EPAMINONDAS. Questão vigente I. **Diário do maranhão**, São Luís, 1900.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em



História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades campo. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

FEITOSA, Raimundo Moacir. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. 1998. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

FRANÇA, Magda. **O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão**. 1991. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1991.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GALVARD, Claude. Violência. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval, II**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral dos imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GREIBER, Betty Loeb; MALUF, Lina Saigh; MATTAR, Vera Cattini. **Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo**. São Paulo: Discurso, 1998.

HOBSBAWM, Eric. As regras da violência In: HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**. São Paulo: Vozes, 1999.

KARAAN, Amir Ibrahim. **Os libaneses no Brasil**. Disponível em: <[www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Amir](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Amir)>. Acesso em: 22 set. 2006.

KEMEL, Cecília. **Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LIMA, Olavo Correia. **Os sírios e os libaneses no Maranhão**. 2. ed. São Luís, 1987.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon, 1970.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Donos de um certo olhar: trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2000.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: Histórias de trabalho, histórias de sucesso, histórias de fracassos. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2000.

MORAES, José de Nascimento. **Vencidos e degenerados**. 4. ed, São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Neurose do medo e cem artigos de Nascimento de Moraes**. São Luís: SECMA; Civilização Brasileira, 1982.

OSMAN, Samira Adel. **O papel da mulher árabe no processo migratório entre o Brasil e o Líbano**. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/ Samira\\_Osman\\_45.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Samira_Osman_45.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2007.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república: república ludovicense**. São Luís: IPES, 1988.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Robson Ruiter Mendonça. **Estudo da imigração libanesa no Estado do Maranhão**. 1998. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1887-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. v. 1 47, n. 02 Campinas, jul/dez. 2008.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração Sírio-libanesa no Brasil**. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcia\\_Siqueira\\_55.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcia_Siqueira_55.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2007.

SOUZA, Roney Salina de. A imigração de sírios e libaneses no antigo Sul do Mato Grosso: o caso de Dourados. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 1, jan./jun. 2007.

TOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história ora e estudos de imigração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. Brasília: Sumaré, 1991.

\_\_\_\_\_. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais século XIX. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18, 2004.

VIVIEROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão (1896-1934)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v. 2.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

#### JORNAIS:

**A Regeneração**, 1899.

**O Jornal**, 1910/1915/1919.

**A Pátria**, 1908.

**O Publicador**, 1919.

**O Estado**, 1916/1917.

**Diário do Maranhão**, 1900.

**A Província**, 12 jan. 2007.

**A Pacotilha**, 1900/1901/1907/1912/1915/1916/1917/1919/1920/1921.

#### ESTATUTOS:

Estatuto da Sociedade Beneficente Feminina Libanesa, 1987.

#### ENTREVISTAS:

Abdon Salem, depoimento concedido em São Luís, no dia 15 de março de 2007.

Alberto Duailibe, depoimento concedido em São Luís em março de 2007.

Antonio Santos, depoimento concedido em São Luis, no dia 17 de março de 2005.

Façal Saad Maluf, depoimento concedido em São Luís, em março de 2007.

Sarah Santos, depoimento concedido em São Luís, no dia 12 outubro de 2005.

Henry Duailibe, depoimento concedido em São Luís, no dia 23 de março de 2007.

Michel Rabane, depoimento concedido em São Luis, no dia 11 de novembro de 2005.

